

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

Paio Pires - Seixal
30 e 31 de Março
de 1985

**Conferência
Nacional
do PCP**

**Aviada
DESENVOLVIMENTO
PARA VENCER A CRISE**

Os camaradas **Carlos Costa** e **Álvaro Cunhal** pronunciarão, respectivamente, os discursos de abertura e encerramento da Conferência.



Assistirão aos trabalhos, como convidados, representantes dos partidos comunistas e operários da RDA, Bulgária, Checoslováquia, Hungria, Jugoslávia, Polónia, Roménia, União Soviética, Grécia, França, Itália, Bélgica, RFA, e também uma delegação da Revista Internacional.

Mais informações na página 3 e no Suplemento

REFORÇO DA LUTA DE MASSAS

No seguimento da Jornada de 16, a CGTP-Intersindical reafirma o seu apelo ao reforço e intensificação das acções de

massas. Hoje: jornada nacional de luta no sector químico. Reúne-se amanhã em Lisboa o Plenário Nacional de Sindicatos

Pág. 7



As mais altas individualidades dos países visitados receberam a delegação do PCP dirigida pelo camarada Octávio Pato. Da esquerda para a direita: o camarada Truong Chinh, membro do Bureau Político do CC do PCV e Presidente do Conselho de Estado do Vietname; o camarada Hun Sen, membro do Bureau Político do CC do PPRK e Presidente do Conselho de Ministros e Ministro dos Negócios Estrangeiros do Kampuchea (o segundo a contar da direita); o camarada Ali Nasser Mohammed, Secretário-Geral do CC do PSI e Presidente do Conselho Supremo do Povo, do Iemen Democrático

Págs. 4/5

AMIZADE E SOLIDARIEDADE

Delegação do PCP no Vietname Kampuchea e Iemen Democrático



**CORAGEM E FIRMEZA
EM DEFESA
DA REFORMA AGRÁRIA**

Pág. 7

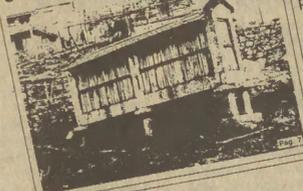


Sintra
Amadora
Portalegre
Gaia
Algarve
Alentejo

Pág. 6

Suplemento

Trás-os-Montes:
O FUTURO HÁ-DE CHEGAR



Uma força política
atenta às realidades
Analisar e propor soluções
para os problemas locais

**CASTELO
BRANCO
E GUARDA**

Os presos
de
Buchenwald
organizam-se
e vencem!



As desnacionalizações são em toda a acepção da palavra
UMA VIGARICE!

SEMANA

20 Quarta-feira



Legalidade no Alentejo

Os trabalhadores agrícolas e a população do distrito de Portalegre defendem — apesar da presença em força da GNR — as terras das Cooperativas «5 de Outubro» e «25 de Abril». A Comissão Permanente do PSD põe em causa o modo como o Governo — de que faz parte — tem conduzido as negociações com a CEE. ■ Surto de sarampo em Lisboa: 650 crianças internadas ■ Termina, no Porto, o Congresso do Sindicato dos Bancários do Norte ■ No sul do Líbano, o exército sionista assalta a aldeia de Aba ■ Na sua qualidade de presidente em exercício do Movimento dos Países Não-Alinhados, Rajiv Gandhi tenta travar a escalada do conflito que opõe o Iraque ao Irão ■ Na Bolívia, agrava-se a tensão entre o presidente Siles Zuazo e a Central Operária Boliviana, em greve geral há treze dias.

21 Quinta-feira

Mais de 150 democratas subscrevem apelo onde exortam à participação popular nas comemorações do 11.º aniversário da Revolução de Abril. ■ O Sindicato dos Professores do Norte salienta, em comunicado, que o esquema da nova profissionalização é «presente envenenado». ■ Em Alcáçovas, os trabalhadores e a população impedem a entrega de uma reserva da Cooperativa «Povo Alcaçovense». ■ Segundo a Federação dos Sindicatos do Comércio, o Governo pretende extinguir todos os organismos de coordenação económica. ■ Autárquicas e escolas comemoram o Dia Mundial da Árvore. ■ 25 anos depois de Sharpeville, a polícia racista volta a massacrar. 17 mortos, no mínimo, entre os manifestantes que assinalavam a data do massacre e que hoje é o Dia Internacional de Luta contra o Racismo e o Apartheid. ■ O Iraque impõe um bloqueio aéreo ao Irão, medida que poderá ampliar a guerra do Golfo. ■

22 Sexta-feira

Mário Soares, na sua qualidade de Primeiro-Ministro, assiste à inauguração do primeiro banco privado em Portugal. No seu discurso, considera «fático» o ano de 1975, por causa das nacionalizações, e desmerece violentos ataques à banca nacionalizada. ■ Estudantes lisboetas concentram-se frente ao Ministério da Educação, para exigirem um ensino melhor. ■ Utilizando bastões e cães-policiais, a GNR impõe à força a ilegalidade na Cooperativa «5 de Outubro». Vários trabalhadores agrícolas têm que receber tratamento hospitalar. ■ O PCP e o Movimento Ecologista Português — Partido «Os Verdes» mantêm o seu acordo eleitoral. ■ O Governo impede a visita a Portugal, a convite da CGTP-IN, de uma delegação da Federação Sindical Mundial, ao recusar os vistos de entrada no nosso país. ■ Rui Machete volta a insistir numa cimeira entre os dois partidos da coligação governamental. ■ Já com o champagne encomadado, o Conselho de Ministros da CEE volta a chumbar a proposta de acordo para a entrada de Portugal no Mercado Comum. ■ Para Reagan «só coisas que acontecem»: tropas sionistas assassinam dois profissionais da televisão norte-americana. ■

23 Sábado



Estudantes querem novo Ensino

Com a decisão de se intensificar a luta de massas termina em Lisboa a reunião do Conselho Nacional da CGTP-IN. ■ O PCP impugna um projecto de lei do PSD que pretendia impor sérias restrições à liberdade de expressão e de propaganda. O PCP considera esta proposta de diploma, como sendo inconstitucional e ilegal. ■ Segundo o seu presidente, o PRD está preparado para intervir nas eleições autárquicas e legislativas. ■ No encontro concelhio da Amadora da APU o objectivo traçado para este concelho é a maioria absoluta na Câmara Municipal. ■ No cimo de uma tribuna na Praça da Figueira, os estudantes dizem de sua justiça e exigem um ensino melhor. ■ Agricultores franceses, alemães e belgas protestam contra o alargamento da CEE a Portugal e a Espanha. ■

24 Domingo



Lopes campeão

Dia do Estudante ■ Aos trinta e oito anos, Carlos Lopes sagrou-se pela terceira vez campeão do Mundo de cortamatão, proeza até então nunca conseguida por nenhum outro atleta. ■ O PSD «está farto de ser muleta do PS», daí que Balsemão afirme que existe «uma excessiva ligação ou até intromissão de Washington na vida portuguesa». ■ Para o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, o projecto que anula o sistema de profissionalização em exercício traria a instabilidade de emprego para cerca de 16 mil professores. ■ No concelho de Sintra existem possibilidades reais para uma vitória da APU, é reafirmado num encontro promovido pela APU no Cacém. ■ Andrei Gromyko reafirma a disponibilidade da União Soviética para a normalização das relações com a China. ■ As principais cidades-dormitório negras da província do Cabo, na África do Sul, encontram-se cercadas pela polícia racista. Desde quinta-feira, os confrontos causaram pelo menos 44 mortos. ■ Por ter alcançado a sua principal reivindicação, a Central Operária Boliviana interrompe a greve geral que durava há 17 dias.

25 Segunda-feira

Silva Marques, dirigente nacional do PSD afirma que, uma vez que o seu partido mudou de vice-primeiro-ministro, o PS deve mudar de primeiro-ministro. ■ Ramalho Eanes afirma, em Coimbra que a crise não é «uma situação estranha, imposta pelo destino e que nos aconteceu de modo surpreendente». ■ O Conselho de Comunicação Social reconhece que o escasso tempo dado pela RTP ao PCP pode «levar a uma importante deformação da realidade política nacional». ■ No Algarve, os objectivos da APU são ganhar as Câmaras de Faro e Silves e lutar pela presidência dos municípios de Olhão, São Brás e Aljezur. ■ Centenas de trabalhadores da UCP/Cooperativa agrícola de São Brás do Regedouro impediram a concretização de mais um roubo de terras. ■ Os bandidos contra-revolucionários espalham o terror na Nicarágua, ao atacar centros de saúde e matando médicos e enfermeiros, acusa uma organização norte-americana de trabalhadores de saúde. ■ Um sismo abala a zona central do Chile. ■ Na RFA, oficiais das forças armadas contestam a corrida aos armamentos e condenam a política do governo de Helmut Kohl. ■ Em Budapeste, inicia-se o 13.º Congresso do Partido Socialista Operário Húngaro.

26 Terça-feira

Deputados da oposição requerem a inconstitucionalidade do decreto governamental que cria duas novas empresas de navegação. ■ A Rainha de Inglaterra inicia uma visita oficial de quatro dias a Portugal a convite do Presidente da República. ■ O director-geral da Polícia Judiciária afirma que o sigilo bancário, tal como existe, entrava a investigação policial. ■ Os comunistas de Santarém afirmam que a situação social no distrito é «a mais grave de sempre». ■ Forças da resistência patriótica libanesa levam a cabo ataques armados contra as tropas israelenses que ocupam o sul do Líbano. ■ A FAO apela para a realização de um debate das Nações Unidas sobre a fome em África. ■ Três centenas de pessoas são presas em Joanesburgo quando protestavam contra os recentes massacres perpetrados pelo regime racista de Pretória.

Editorial

A CONFERÊNCIA NACIONAL DO PCP E A ALTERNATIVA DEMOCRÁTICA

A Conferência Nacional do PCP, subordinada ao tema de palpitante actualidade «a via de desenvolvimento para vencer a crise», vai animar no próximo fim-de-semana a grande zona industrial e operária do Seixal e de Paio Pires.

Pode-se dizer que abriu as suas portas numa zona de eleição. A Conferência culmina um intenso trabalho diversificado de elevada qualidade. Durante meses um vasto material foi recolhido, discutido, elaborado. Centenas de especialistas — economistas, quadros técnicos, trabalhadores qualificados do PCP e alguns outros que com os comunistas partilham objectivos e preocupações fundamentais comuns — em contacto directo com os problemas, a produção e a vida, submetem a um sério exame a situação económica e financeira do País e a uma profunda crítica a política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista dos últimos nove anos nas suas desastrosas incidências sociais e económicas.

Na base do estudo, da reflexão e do conhecimento directo dos candentes problemas que de frontamos são avançadas de maneira prospectiva, num projecto de Documento Base, soluções nacionais e sectoriais válidas, na linha da Conferência Nacional do PCP para o desenvolvimento económico de 1977 e do X Congresso de Dezembro de 1983.

O projecto de documento sairá seguramente enriquecido dos debates e conclusões da Conferência e constituirá, na sua versão definitiva e complementado pelas intervenções dos delegados, uma importante contribuição para a abordagem de uma verdadeira política nacional de recuperação e desenvolvimento sem o que é inconcebível vencer a crise.

A Conferência Nacional do PCP despertou o interesse de largos círculos da actividade económica do País. Para muitos portugueses realmente interessados em arrancar Portugal do atoleiro e encontrar uma saída democrática e nacional para a crise na via de recuperação e do desenvolvimento, os trabalhos preparatórios da Conferência são seguidos com atenção, os resultados são esperados com inegável interesse.

Para a clique governante e a sua clientela a conduta é, porém, o silêncio ou a ignorância pura e simples. O primeiro-ministro, Mário Soares, malabarista da intriga política ao serviço dos monopólios — um retórico do «parlapié» político de salão, que não domina nem conhece os mais instantes problemas nacionais (sabe-se que «estudar os dossiers» não é com ele...) — está naturalmente alérgico ao debate que já hoje envolve numerosos especialistas e estudiosos de vários quadrantes, preocupados com a aguda crise económica e financeira do País e as graves consequências que acarreta sobre as condições de vida do povo português, situação para a qual a política do actual Governo não abre qualquer saída.

E mais alérgico ainda está, relativamente ao trabalho superior e abnegado dos comunistas portugueses, totalmente identificados com as aspirações populares mais sentidas, activamente empenhados na busca de soluções para os problemas que mais afectam o povo e o País. Soares ignora e farsela as propostas políticas do PCP para enfrentar e vencer a crise nos caminhos que Abril abriu, tenta abafar no silêncio da sua comunicação social manipulada a enorme contribuição que os comunistas portugueses estão dando para a superação das dificuldades actuais da nossa Pátria.

Para este inepto Primeiro-Ministro o PCP é um partido

«sem projecto», apenas do «botar-abaixo»... Mas na Conferência deste fim-de-semana, no Seixal, o PCP dar-lhe-á de novo a resposta adequada com propostas de soluções para os problemas nacionais que ninguém validamente pode refutar.

Um ponto tem razão o Primeiro-Ministro: na verdade, no momento actual, em uníssono com a imensa maioria do povo português e com a sua incontestável força política, o PCP considera como tarefa patriótica primordial inadiável «botar abaixo» o Governo Soares, Machete & C., considera como questão prioritária e vital correr com a clique governante do PS e do PSD, libertar o País dos covetores que o arrastam para a bancarrota económica e financeira, o caos social, a limitação da democracia, o comprometimento da Independência nacional.

De facto, «botar abaixo» o Governo PS/PSD tornou-se uma operação sanitária vital para abrir o caminho a uma solução nacional e democrática da crise, para uma alternativa política e uma política de alternativa à situação actual.

Cada dia mais que passa com este Governo no leme do País constitui mais um bordo na rota do naufrágio. O Governo dirigido por Mário Soares funciona cada vez mais em termos de «marketing» eleitoral, de agência de chorudos empregos, de «tachos» e de «postas» no aparelho de Estado e nas empresas estatizadas para uma numerosa clientela política; à sua sombra e em certos dos seus órgãos medra a corrupção, a imoralidade do Poder, a irresponsabilidade governativa.

Sem dúvida, a Conferência Nacional do PCP não deixará de espalçar uma nefasta política que em termos económicos conduziu e aponta à recessão, ao crescente endividamento externo, à inflação galopante, à destruição criminosa da nossa capacidade produtiva e que, em termos sociais, gera diariamente a queda dos salários reais e do poder de compra dos mais largos estratos da população portuguesa, engendra cada dia mais desemprego, maior extensão do flagelo dos salários em atraso mais carências de toda a ordem na prestação da saúde, na habitação, no ensino, na segurança social, mais miséria e fome e que em termos de independência nacional nos coloca cada vez mais sob a pata do capital estrangeiro e dos interesses estratégicos do imperialismo.

Comunicado conjunto PCP/«Os Verdes»

No passado dia 21, foi divulgado o seguinte comunicado conjunto: O Partido Comunista Português e o Movimento Ecologista Português/Partido «Os Verdes» acordaram as modalidades e os termos da sua cooperação em relação às eleições para os órgãos das autarquias locais e às eventuais eleições para a Assembleia da República, no quadro das listas da Aliança Povo Unido. Neste caso, no âmbito local os eleitos da APU encontrarão as formas de coordenar a sua actividade que considerem mais convenientes, quer sejam militantes do PCP, do MDP/CDE, do MEP/PV, democratas sem partido ou de outros partidos políticos. As delegações do PCP e do MEP/PV considerarão que nas presentes circunstâncias e de acordo que estabeleceram apresentará uma contribuição para a defesa e aprofundamento do regime democrático constitucional, em especial para a realização do direito a um ambiente humano sadio e ecologicamente equilibrado e para a concretização de uma política alternativa com esse objectivo.

Sábado A história da guitarra no Vitória

Carlos Paredes e Luísa Amaro vão contar, a partir das 21 horas de sábado, a história da guitarra portuguesa. A iniciativa é promovida pela Dinamização Cultural da SIP/DORL e realiza-se no Centro de Trabalho Vitória. Assim, quem quiser saber como nasceu a guitarra portuguesa, como cresceu e como se espalhou por esse mundo fora, só terá que se dirigir ao Vitória e ouvir-lo da boca de Carlos Paredes. A sessão será animada com slides e com a música de Carlos Paredes e Luísa Amaro. Não se esqueçam, no Vitória este sábado... podem levar os amigos que quiserem! Entretanto, realiza-se hoje, também no Vitória, um debate conduzido por José Gaspar Teixeira, sobre «o homem na conquista do Cosmos».

DIA 28/3/85
Quinta-feira
21 horas
CENTRO DE TRABALHO VITÓRIA

O HOMEM NA CONQUISTA DO COSMOS

COM JOSÉ GASPAR TEIXEIRA

DEBATE ILUSTRADO COM A EXIBIÇÃO DE DIAPPOSITIVAS E FILMES.

DIVULGA! PARTICIPA! TRAZ UM AMIGO CONTIGO!

25 de Abril Apelo de dezenas de democratas

Um numeroso grupo de destacados democratas lançou, no passado dia 21, um apelo à participação no desfile comemorativo da revolução de Abril. Para os subscretores, mais um ano volvido sobre a data histórica do 25 de Abril de 1974, hoje como ontem, «permanece a afeição do Povo à liberdade. Mas permanecem, também, em cada vez mais largas camadas da população, as dúvidas, os desencantos e as perplexidades, pois a «crise» que está na sua raiz não foi vencida, antes de agravou e abraçou a sociedade portuguesa».

«A democracia política em Portugal — aquisição inestimável do 25 de Abril — parece suficientemente firmada, na consciência colectiva e nas instituições, para que se considere viável a democracia económica, social e cultural» — salientam ainda os 150 democratas que subscreveram o apelo.

Subscreveram o apelo: Adelino Teixeira Carvalho, Adriano Sampaio, Alberto Andrade, Alberto Aires de Carvalho, Alberto Antunes, Alcina Bastos, Alcina Nogueira, Alfredo Pereira Gomes, Alfredo Pinto da Silva, Alvaro Rato, Américo Botas, António Dias Lourenço, António Elói, António Ferreira Guedes, António Galhardas, António Lopes, António Lopes Leite, Augusto Guedes, Aurora Murteira, Avelino Gonçalves, Carlos Abaim Inglês, Carlos Brito, Carlos Cantal, Carlos do Carmo, Carlos Costa, Carlos Costa Moreira, Carlos Georger, Carlos Luís Figueira, Carlos Machado, Carlos Marques, César Oliveira, Daniel Branco, Duarte Vidal, Edite Estrela, Eduardo Pires, Emílio Fernandes (Farrica), Emídio Rangel, Emílio Queiroz, Eulálio Pereira, Faustino Martins, Fernando Almeida, Fernando Piteira Santos, Fernando Vello, Francisco Pereira, Gomes Carneiro, Guilherme Bastilo, Gustavo Pimenta, Heitor Coelho, Heitor Madeira, Helena Andrade e Silva, Helena Cidade Moura, Hélio Baxiga, Henrique Barros, Henrique Neves, Jacinto Batista, Jaime Serra, Jerónimo Sousa, João Cravinho, João Cunha Serra, João Faria Borja, João Lima, João Miranda, João Paulo Oliveira, João Silva, João Soares Louro, Joaquim Caldeira Rodrigues, Joaquim Laginha Soratim, Jorge Patrício, Jorge Sampaio, Jorge Santos Veiga, José Afonso, José Augusto Brás, José Casanova, José Dias Urbano, José José Constantino Alves, José Elio Suença, José Luís Judas, José Magalhães Godinho, José Manuel Galvão Teles, José Maria Dias Carvalho, José Medeiros Ferreira, José Pinho Guedes, José Saramago, Kálidás Barreto, Luís Azevedo, Luís Carvalho Oliveira, Luís Felício, Luís Franco, Luís Motta, Luís Oliveira Dias, Luís Vale, Luís Irene Dias Amado, Manuel da Costa, Manuel Micaelista Malheiros, Manuel dos Santos, Manuel Sá Marques, Manuel Valente Fernandes, Margarida Elisa, Margarida Marques, Maria Belo, Maria Carmilo, Maria da Glória Pedroá, Maria Helena Mira Mateus, Maria Santos, Marília Villaverde Ca-

Sábado A história da guitarra no Vitória

trabalhadores, às associações estudantis e juvenis, aos movimentos de mulheres de reformados e deficientes, às juntas e assembleias de freguesia, enfim aos democratas, aos trabalhadores e à população da cidade, para que se associem às comemorações do 11.º aniversário do 25 de Abril. Tal como dizem no referido apelo, as organizações signatárias tomaram a iniciativa de promover as comemorações e fazem-no «como renovada, mas sempre devida, homenagem aos militares de Abril, mas igualmente como expressão da sua vontade de defender e retomar o caminho de Abril, cujos objectivos se confirmam passados que são 11 anos, os que mais adequados à resolução dos problemas do país e do povo português».

«Portugal-URSS» tem novo presidente

O embaixador Mário Neves, primeiro representante em Moscovo do Estado português depois do 25 de Abril, vai ser empossado este sábado como presidente da Associação Portugal-URSS. O Conselho Directivo desta Associação considera ser Mário Neves a figura indicada, uma vez que é «uma individualidade pública e cultural de destaque, cidadão independente e com marcante provas dadas no campo de uma maior cooperação entre todos os povos e, nomeadamente, entre o povo português e o povo soviético.» A cerimónia da tomada de posse realiza-se às 18 e 15, na sede nacional da Associação Portugal-URSS.

Wante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 2.º 1000 Lisboa Tel. 779829 779825 769751

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Sécúlo 80 - 1200 Lisboa Tel. 372238

Centro Distribuidor de Évora: Alcaçovas de Baixo 13 - 7000 Évora Tel. 28361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro Tel. 24417

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 57B - 4000 Porto Tel. 63908 699615

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva 6 - 3000 Coimbra Tel. 28394

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57.4.º Esq.º - 1000 Lisboa Tel. 766402

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova 2700 Amadora Tel. 900044

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos 6-B - 1100 Lisboa Tel. 776936 776750 - Porto - Rua do Almada, 16-2.º Esq.º - 4000 Porto Tel. 381067

Composto e impresso na Heka Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/85

Tiragem média do mês de Fevereiro: 40227

PCP A Conferência é já neste fim-de-semana

Paio Pires-Seixal
30 e 31 de Março
de 1985

Conferência Nacional do PCP

É já no próximo fim-de-semana — no sábado e no domingo — que os cerca de mil delegados se vão reunir, no pavilhão dos trabalhadores da Siderurgia Nacional, em Paio Pires, Seixal, na Conferência

Nacional do PCP sobre a «Via de Desenvolvimento para Vencer a Crise».

O milhar de delegados e os mil e quinhentos convidados que se vão deslocar a Paio Pires, utilizando os mais variados

meios de transporte — cacilheiros para a travessia do Tejo, carreiras da Rodoviária Nacional — que vai manter serviço reforçado no Sábado e Domingo entre Cacilhas e Paio Pires —, encontrarão, a facilitar

o seu trabalho, toda uma estrutura montada pelos camaradas das organizações do Seixal e dos concelhos vizinhos.

Não apenas as instalações estão preparadas para o funcionamento do plenário e das 19 secções, como haverá serviços de bar e de refeitório e de cafetaria — com funcionamento permanente.

Tudo isto exigiu, além de organização, muito trabalho. E exigirá ainda mais nos dois dias do fim-de-semana.

E agora, lembremos o horário:

Sábado, dia 30

9.30 às 12.30 — funcionamento em plenário;
14.30 às 19.30 — funcionamento das secções.

Domingo, dia 31

9.30 às 13 horas — plenário;
15.00 às 19.30 horas — plenário.

Depois de um amplo e intenso trabalho preparatório, os dias do fim-de-semana, reunindo a Conferência, darão um contributo importantíssimo para os objetivos desta iniciativa do PCP, sobre a qual remetemos o leitor para os artigos do nosso Suplemento de hoje.

CONFERÊNCIA NACIONAL DO PCP
SECÇÕES
Funcionamento — sábado das 14.30 às 19.30 horas

Secção 1	Agricultura	Secção 11	Construção e Obras Públicas
Secção 2	Pescas	Secção 12	Banca
Secção 3	Grandes projectos nacionais	Secção 13	Seguros
Secção 4	Indústrias de base	Secção 14	Comércio e preços
Secção 5	Indústrias extractivas	Secção 15	Turismo
Secção 6	Indústrias transformadoras ligeiras	Secção 16	Papel das diferentes formações económicas
Secção 7	Transportes	Secção 17	Relações económicas externas
Secção 8	Comunicações	Secção 18	Questões sociais
Secção 9	Energia	Secção 19	Desenvolvimento regional
Secção 10	Tecnologia		

AS SALAS DAS SECÇÕES FUNCIONAM TODAS NA ÁREA DO PAVILHÃO, EXCEPTO A SECÇÃO 1 (AGRICULTURA)

Cada secção tem um número, que é bom fixar, para que delegados e convidados se possam devidamente orientar. A secção de agricultura funciona na «Sociedade Musical 5 de Outubro», localizada nas proximidades

No próximo fim-de-semana, todos os caminhos vão dar a Paio Pires para quem participe ou assista aos trabalhos da Conferência Nacional do PCP

Os trabalhos que em plenário e em secções vão reunir mil delegados e mil e quinhentos convidados na Conferência Nacional do PCP, vão desenrolar-se no pavilhão dos trabalhadores da Siderurgia Nacional. Na imagem, a «planta» do pavilhão, com os locais do plenário e das secções e os diversos serviços de apoio

ASSEMBLEIAS DAS ORGANIZAÇÕES

● Setúbal

Por unanimidade, cerca de trezentos delegados à 4.ª Assembleia da Organização Concelhia de Setúbal do PCP aprovaram os documentos fundamentais da Assembleia — o relatório da Comissão Concelhia cessante e um plano de objetivos que os comunistas se comprometeram a alcançar, continuando a sua luta. Durante os trabalhos, a que assistiram muitas centenas de convidados e se desenrolaram na sala de espetáculos Luísa Todt, no passado sábado, foram aprovadas também várias moções — sobre a situação social e política no concelho, sobre a paz, sobre a campanha para o novo centro de trabalho da DORS, sobre a ofensiva governamental contra as liberdades e contra os trabalhadores. Foi ainda aprovada uma resolução sobre o Poder Local democrático.

A Assembleia, a cujos trabalhos assistiram os camaradas Domingos Abrantes, da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central, e Carlos Ramalhes, da Comissão Política do CC, elegeram ainda a nova Comissão Concelhia que dirigirá, até nova Assembleia, o trabalho do Partido no concelho de Setúbal.

Estudar a realidade

Como é natural, o relatório apresentado e votado pela Assembleia, reflecte o conhecimento aprofundado dos comunistas da realidade do concelho, a sua ligação aos problemas e às massas, o seu empenhamento num trabalho em prol das liberdades e do progresso. Traçando o panorama do que é o concelho e das transformações que tem sofrido ao longo dos anos, o relatório analisa não apenas os fatos estruturais mas detém-se sobretudo no aspecto político e

social, dando, por exemplo, especial relevo à luta organizada dos trabalhadores e do povo em defesa das conquistas de Abril.

Num concelho onde o sector empresarial do Estado tem um peso significativo, a luta dos trabalhadores contra a ofensiva política do Governo que pretende destruir as nacionalizações adquire particular relevo. «No conjunto das empresas do SEE do concelho», diz o relatório, «são de realçar as lutas travadas pelos trabalhadores da Setenave que, com formas de luta inovadoras como os chamados "babeles", as descidas à cidade de milhares de trabalhadores com corte de trânsito e linhas férreas, as idas a Lisboa aos ministérios e RTP, as greves e concentrações à portaria com proibição de entrada de subempregados e administração, cujos resultados se traduziram numa forte derrota dos governos e na viabilização e consolidação da

Reforma Agrária, num concelho de transição e de grande variedade de estruturas económicas como é o de Setúbal, mereceu também atenção especial. Nas duas unidades colectivas que se mantêm, a 1.ª de Maio da Gâmbia e a Vitória da Mourisca, onde se têm feito sentir os efeitos da ofensiva governamental que reduziu substancialmente a importância económica das mesmas através do roubo de terras e de gado, o esforço patriótico dos trabalhadores continua e a sua luta não esmorece.

No sector privado — onde também a ofensiva do Governo tem deixado marcas, conduzindo ao encerramento de empresas, ao desemprego, aos salários em atraso — também as lutas dos trabalhadores têm contribuído para travar o avanço contra-revolucionário, destacando-se a classe operária na firmeza das suas posições. Na administração pública, onde laboram cerca de 6500 pessoas, também se têm registado lutas pelos seus direitos reunindo cada vez maior número de trabalhadores.

A luta dos reformados, a dos



4.ª ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO CONCELHIA DE SETÚBAL

deficientes, a actividade dos Pioneiros e a dos jovens, a luta emancipadora das mulheres, o trabalho desenvolvido no campo da cultura e do desporto, a luta pela paz, foram ainda aspectos analisados pelo relatório que, mais adiante se debruçou sobre a importância do movimento operário e popular.

Outro dos capítulos, dedicado ao Poder Local democrático, analisa não apenas a ofensiva a que tem estado sujeito, mas também o trabalho desenvolvido pelos eleitos da APU, cujo balanço foi considerado positivo.

Planear o futuro

Com uma organização concelhia que conta 4555 membros, o PCP aumentou, em Setúbal, em relação a 1980, 9 por cento. Reflectindo o grande peso da classe operária no concelho, a organização conta com 63,3 por cento de operários industriais, a que se juntam 3,9 por cento de operários agrícolas e pescadores. Ho-

mens, mulheres e jovens, organizados em 226 organismos diversificados, que vão continuar a desenvolver as suas tarefas militantes a partir de um plano de objetivos que a Assembleia aprovou.

Um desses objetivos, o mais geral e que se enquadra no âmbito nacional da luta dos comunistas, é a luta pelo derube do Governo PS/PSD, pela melhoria das condições de vida, pela defesa da economia nacional e pela democracia.

Não é uma luta nova ou objetivos completamente novos os que os comunistas do concelho se propuseram. As expressões «reforçar», «intensificar», «dinamizar», «desenvolver», «apoiar», «defender», «melhorar», são as que mais aparecem no plano, nas suas várias áreas que são outros tantos campos de luta.

Defender, consolidar e desenvolver as empresas nacionalizadas e participadas; consolidar e desenvolver as suas Cooperativas existentes no concelho; no sector privado lutar contra o encerramento das empresas, pela defesa dos postos de trabalho, contra os contratos a prazo e à tarefa, pelas regalias alcançadas, tais são alguns dos objetivos apontados à luta organizada dos trabalhadores e do povo de Setúbal, ao mesmo tempo que, no campo do movimento popular, se aponta o desenvolvimento da luta de massas em todas as frentes.

Juventude

Dia Mundial da Juventude

Hoje, concentrações em Lisboa e no Porto

Em Portugal, mais de 400 mil jovens estão desempregados e outros duzentos mil procuram o primeiro emprego. Esta é a razão que leva a juventude a concentrar-se hoje, quinta-feira, pelas 18 horas, frente à Assembleia da República. A iniciativa é promovida pelo Movimento Sindical Unitário, no âmbito das comemorações do 28 de Março, Dia Nacional da Juventude.

No Porto, mais concretamente na Praça da Liberdade, os

jovens concentram-se para discutir e votar um documento reivindicativo a entregar ao governador civil.

Para além destas duas iniciativas, realizaram-se reuniões e plenários de jovens em diversas empresas, estando ainda programadas, um pouco por todo o País, iniciativas de âmbito cultural e desportivo.

No próximo dia 30 (sábado), vai haver convívio no Estádio Nacional e, em Alameda, no do-

mingo, realiza-se um concerto com Rão Kyo, numa iniciativa conjunta com a Câmara Municipal local.

Em Faro, sábado, realiza-se o Encontro Regional da Juventude Trabalhadora do Algarve e, finalmente, em Pombal jogam-se, domingo, os torneios desportivos.

Comemorações do 28 de Março, porque «queremos contribuir com a nossa força e energia para a construção do País».

24 de Março Unidade estudantil por um ensino melhor

A semana passada os estudantes portugueses trouxeram para a rua os seus problemas e anseios. Da degradação das escolas à degradação do sistema de ensino, de tudo um pouco nos disseram os jovens do Secundário e os jovens do Superior. Foram as comemorações do Dia do Estudante.

Em Lisboa, uma delegação de jovens do Secundário dirigiu-se ao Ministério da Educação. No final da reunião com o ministro, confirmaram, aos colegas que os esperavam cá fora, que o impasse se mantém, pelo que continuam actuais as razões da sua luta,

que se traduz numa frase — «Unidade estudantil por um ensino melhor».

Ainda na sexta-feira, mas no Porto, os estudantes tiveram dispensa das aulas para poderem participar na festa comemorativa do 24 de Março, que se realizou no pavilhão do Académico.

Em Lisboa, Praça da Figueira foi, no sábado, palco para a Tribuna Juvenil, que funcionou como um tribunal de opinião onde foi posta em causa a actual política para a educação. Nesta iniciativa, para além dos muitos estudantes que disseram da sua justiça, houve músicos e teatro.

O Dia do Estudante foi também comemorado em diversas escolas, com iniciativas de carácter reivindicativo, cultural e desportivo.

Por seu turno, os estudantes universitários reuniram-se, sábado, naquelas que foram as «Jornadas Pedagógicas 24 de Março». Aí, debateram diversos problemas, desde a autonomia universitária, aos serviços sociais universitários. No domingo houve reunião de quadros associativos, tendo o Encontro Nacional de Direcções Associativas (ENDA) estado reunido na segunda-feira.

● Sesimbra

Com a participação de 120 delegados e numerosos convidados realizou-se no passado domingo a IV Assembleia da Organização Concelhia de Sesimbra do PCP.

Nesta reunião foi feito um balanço do trabalho de três anos, tendo-se concluído, à vista dos resultados, que a 3.ª Assembleia representou um enorme contributo para a melhoria da nossa organização e para o alargamento da influência do Partido entre os trabalhadores e a população de Sesimbra, embora continuem a subsistir atrasos, deficiências e lacunas que importa corrigir e ultrapassar». Por isso, a Organização Concelhia de Sesimbra está certa do forte contributo que esta sua 4.ª assembleia vem dar para o reforço do Partido.

Os participantes concluíram pela necessidade de se imprimir uma maior dinâmica aos organismos do Partido, para o que é necessário que cada vez maior número de militantes participem regularmente no trabalho do Partido.

Na Assembleia, em que foi discutida a situação social, económica e política no concelho, sublinhou-se «o insubstituível papel dos comunistas da Organização Concelhia de Sesimbra em toda a luta da classe operária, dos pescadores, dos pequenos e médios industriais, comerciantes e agricultores, dos empregados, dos quadros técnicos e intelectuais, das mulheres e dos jovens, e de outras camadas sociais e socioprofissionais».

● Ovar

O reforço orgânico e o alargamento da influência do PCP em todas as áreas da vida na região, constituiram dois dos temas que estiveram no centro das atenções dos 90 delegados que participaram no último domingo, na III Assembleia da Organização Concelhia de Ovar.

Os trabalhos — que tiveram como lema «Reforçar o Partido Defensor Abril» — decorreram nas instalações da Escola Preparatória local e contaram com a presença dos camaradas Jaime Serra e Vidal Pinto, respectivamente membros efectivo e suplente da Comissão Política do Comité Central.

O Vitória para o Partido!

— dia de salário
Mais um esforço no final do mês
foi editada nova rifa

O mês de Março entrou já na sua recta final, assim como a campanha dos 60 mil para a compra do Centro Vitória; daí que, hoje mais do que nunca, esteja na hora do dia a contribuição de um dia de salário para o Partido — campanha lançada pela DORL para este mês de Março.

Agora que a campanha entrou já na sua fase final há que recuperar o ritmo, «dar agora prioridade ao dia do salário e concretizar até final de Abril as

missão Política do Comité Central.

Ao longo do debate, que se prolongou durante todo o dia, os participantes analisaram detalhadamente o concelho de Ovar nas diversas áreas da sua vida económica, política e social, apreciaram as questões ligadas à luta de massas e às frentes de trabalho no concelho, designadamente os trabalhadores, agricultores, mulheres, juventude e reformados, e, por último, discutiram os vários aspectos ligados à actividade do Partido.

Caracterizados por uma discussão viva e participada os trabalhos puseram ainda em

evidência a profunda ligação e conhecimento dos comunistas de Ovar aos problemas dos trabalhadores e das populações da região e o seu empenhamento na busca de soluções que lhes permitam dar resposta.

A nova comissão concelhia, eleita já perto do final da Assembleia é constituída por 28 membros representantes do conjunto dos militantes e organizações do concelho.

O encerramento dos trabalhos coube ao camarada Jaime Serra que proferiu uma intervenção onde analisou circunstancialmente a actual situação política e social.

centenas de aborçagens que estão previstas mas ainda não realizadas».

O boletim número 5 da «informação da campanha» salienta que, a partir de hoje, quinta-feira, os intelectuais comunistas vão realizar uma exposição-venda de obras de arte plástica. A mostra estará patente ao público na Casa do Alentejo durante um mês.

No Santo António vai ser sorteada uma nova rifa da campanha. Os boletins já estão distribuídos e o primeiro prémio é um Fiat Uno 45. O segundo uma viagem à URSS para duas pessoas durante oito dias e o terceiro um mini-computador.



A aquisição do Centro de Trabalho Vitória é parte integrante para o reforço do Partido, vamos pois contribuir para a campanha «O Vitória para o Partido».

Dia do Pioneiro é da Primavera

● Sábado festa na Praça da Figueira

Primavera é sinónimo de alegria, de confiança, de vida e foi na Primavera que houve Abril, por isso os Pioneiros de Portugal decidiram, no domingo, que o Dia da Primavera (20 ou 21 de Março) passa também a ser o Dia do Pioneiro.

Esta decisão foi tomada pelas mais de 600 crianças que participaram no 2.º Encontro Nacional do Pioneiro. No decorrer do Encontro, os Pioneiros aprovaram mensagens à juventude portuguesa, à juventude de todo o Mundo e aos novos Pioneiros. Foram também lidas intervenções sobre o XII Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes e sobre o Ano Internacional da Juventude.

Este sábado terminam as comemorações do 10.º aniversário dos Pioneiros de Portugal. Da parte da manhã, na Casa do Alentejo, onde está a decorrer uma exposição subordinada ao tema «crescer, brincar, estudar — viver no Portugal de Abril», realiza-se uma Assembleia da Paz e a praça da Figueira vai servir de palco para uma ginçana, já da parte da tarde. Para acabar a festa, José Jorge Letria lá estará com as suas cantigas.

Mas enquanto decorre a exposição, a Casa do Alentejo está a ser palco de diversas iniciativas. Assim, ontem houve conversa com resistentes anti-

fascistas e com Alice Vieira, hoje é a vez de o Centro Cultural de Alameda, a Luísa Basto e João Fernando e o Carlos Alberto Moniz entreterem a miudagem.

Finalmente, na sexta-feira lá estará o Teatro de Campolide. Haverá também uma mesa dos ofícios e filmes para toda a gente.

Podem-se dizer que as comemorações do 10.º aniversário dos Pioneiros de Portugal, que se iniciaram o ano passado, acabam em beleza.



PCP

DELEGAÇÃO DO PCP NO IEMEN DO SUL, VIETNAME E KAMPUCHEA

Reforço da amizade e solidariedade

As conversações e o conhecimento que tivemos da situação real que se vive no Iemen do Sul, no Vietname e no Kampuchea, as suas dificuldades e realizações, as suas lutas e objectivos, permitiram reforçar a amizade e solidariedade entre o PCP e cada um dos Partidos que encabeça a luta e a vida naqueles países, e entre os nossos respectivos povos.

As palavras são do camarada Octávio Pato, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP que, juntamente com o camarada Domingos Lopes, membro suplente do CC, falou ao «Avante!» das impressões colhidas durante a visita

que ambos efectuaram à República Socialista do Vietname, à República Popular Democrática do Iemen e à República Popular do Kampuchea.

Visitas que permitiram aos nossos camaradas sentir por todo o lado uma elevada admiração pelo PCP e

pelos seus princípios internacionalistas, bem como uma grande simpatia e apoio às conquistas da Revolução de Abril.

Visitas que permitiram ainda, como referiu o camarada Octávio Pato, observar como nos três países se trabalha com afinco para vencer as dificuldades existentes e melhorar as condições de vida dos

seus povos, como se procuram descobrir novos recursos económicos, desenvolver a produção e elevar o nível cultural, criar novas sociedades na via do socialismo.

Apoiados nos seus esforços pela União Soviética e por outros países socialistas, os países visitados — lembrou Octávio Pato — estão no entanto impossibilitados de dedicar todos os seus recursos e energias ao desenvolvimento das suas forças produtivas, na medida em que a hostilidade, as ameaças ou agressões de que são alvo por parte do imperialismo, os obriga ainda a dedicar à defesa recursos importantes.

A solução política dos problemas litigiosos, como sublinhou a propósito o camarada Pato, na base da salvaguarda da independência, da liberdade e integridade territorial de cada um dos países, da cooperação e não ingerência nos problemas internos de cada um, a criação de um clima de paz e estabilidade nas regiões que confinam com o Vietname, com o Kampuchea

e também de certo modo com o Iemen do Sul, são objectivos que procuram realizar e para os quais têm apresentado propostas e soluções. Cabe salientar, neste contexto, a importância das fraternais relações existentes entre o PCP e o Partido Comunista do Vietname, o Partido Socialista do Iemen e o Partido Popular Revolu-

cionário do Kampuchea, e o contributo que elas podem dar para a paz e o desenvolvimento através da aproximação dos nossos respectivos povos e países.

O primeiro-ministro da Tailândia, em cujo território se acotiam bandos de polítianos que prosseguem os ataques armados contra o Kampuchea, visita brevemente Portugal a convite do

IEMEN DO SUL • DO FEUDALISMO PARA O SOCIALISMO

País de natureza adversa, onde o deserto e as montanhas predominam, não dispõe de um único rio e sem contar com recursos económicos dignos de registo (pelo menos por enquanto), a República Popular Democrática do Iemen apresenta no entanto uma característica devesa particular: é o primeiro país do mundo árabe a ser dirigido por um Partido, o Partido Socialista do Iemen (PSI), que se guia pelos princípios do socialismo científico.

O objectivo que o PSI se propõe, e para o qual se trabalha desde a independência, em 1967, é a passagem do feudalismo ao socialismo, sem passar pela penosa experiência do capitalismo.

Os camaradas Octávio Pato e Domingos Lopes recordam, em traços largos, a vitoriosa revolução que permitiu libertar o Iemen do Sul do colonialismo inglês e os enormes progressos que desde então têm sido realizados.

Em 1967 o país estava mergulhado na pobreza e no obscurantismo. Cerca de 97 por cento da população, de dois milhões de habitantes,

era analfabeta; o ano passado o analfabetismo estava praticamente liquidado, funcionando em pleno sistema de educação gratuita (incluindo os livros) com a duração de 9 anos. O êxito alcançado neste domínio foi já reconhecido pelas organizações especializadas da ONU, que apontaram o Iemen do Sul como um exemplo a seguir.

Ao contrário do que sucede noutros países da região muito mais ricos, como o Kuwait, ou como o próprio Iemen do Norte (submetido ao imperialismo e à reacção árabe), existem já no país Faculdades das mais di-

versas especialidades, tendo sido graduados o ano passado os primeiros 70 médicos. De registar que a assistência médica é gratuita.

Um aspecto que nos impressionou, dizem os nossos camaradas, foi a intensa actividade que encontramos por todo o lado. Constrói-se imenso, casas modernas de habitação, hospitais, rasgam-se estradas e criam-se toda a espécie de infra-estruturas. Desenvolve-se a indústria, em particular a têxtil e do tabaco.

O sector estatal e cooperativo é importante. Abarca quase 55 por cento da produção global, estimando-se que atingirá os 59 por cento até ao fim do ano. A recente descoberta de petróleo e ouro, ainda não explorados, abre novas perspectivas.

Num país belíssimo, digno de todas as fantasias das «mil e uma noites», a inexistência de qualquer rio coloca um de-

safio que não deve ser fácil de vencer.

Aproveita-se a água de todas as formas possíveis; a das chuvas quando as há (o país sofre há 3 anos de uma dura seca), abrem-se poços artesanais, transforma-se a água do mar. O desenvolvimento da agricultura está no entanto seriamente condicionado.

Impressionante também é poder constatar a mudança de mentalidade que se regista no país. Embora a participação das mulheres na vida económica e social esteja ainda longe do que seria desejável, caminha-se de facto para a emancipação e a igualdade. Encontramos muitas mulheres sem véu, grupos de jovens convivendo na rua, entrando nos cafés. Um facto para nós mais ou menos vulgar, mas que revolucionário no mundo árabe.

A juventude parece de resto ser uma característica no Iemen do Sul. O Partido é muito

jovem; dos seus 30 mil membros, a maioria tem entre 18 e 26 anos!

Características também a firmeza e determinação com que no Iemen do Sul se alia

o trabalho pelo progresso interno (os objectivos do II plano quinquenal, 80/85, foram alcançados), pela reunificação do país (suprema aspiração nacional) e pela paz na

região. O papel da República Popular Democrática do Iemen na defesa da unidade da OLP, no reforço da aliança das forças progressistas com a Síria e no apoio às

propostas de paz da URSS para o Médio Oriente, pode vir a ser da máxima importância para o encontro de soluções pacíficas naquela tão conturbada região.

COMUNICADO DE IMPRENSA

A convite do Comité Central do Partido Socialista do Iemen (PSI) visitou Aden, entre 5 e 8 de Março, uma delegação do PCP composta por Octávio Pato, membro da Comissão Política e do Secretariado e Domingos Lopes, supli, do CC.

Durante a visita a delegação encontrou-se com Ali Nasser Mohammed, secretário-geral do CC do PSI, Presidente do Conselho Supremo do Povo e manteve conversações com uma delegação do PSI dirigida por Abubakr Badhib, membro do Bureau Político e Secretário do CC. A delegação portuguesa teve ainda contactos com

diferentes organizações do PSI.

As conversações decorreram num ambiente de fraterno camaradagem e versaram sobre aspectos da luta dos dois partidos e povos e sobre questões do movimento revolucionário internacional.

As duas delegações trocaram opiniões sobre os mais importantes aspectos da situação na região.

A delegação do Partido Comunista Português expressou o alto apreço e solidariedade dos comunistas portugueses para com a primeira revolução vitoriosa em território árabe orientado

tada pelos ideais libertadores da classe operária. Saudou os esforços do PSI e da RDPI com vista a realizar a tarefa histórica de todos os patriotas iemenitas, o da reunificação da pátria iemenita. Manifestou ainda o apreço dos comunistas portugueses pela importante contribuição da RDPI para o movimento de libertação nacional e social dos povos árabes e para a paz na região.

A delegação do PSI expressou a sua admiração pela luta dos comunistas portugueses em defesa das conquistas de Abril e do regime democrático. Valorizou o papel do PCP à

frente do movimento popular de massas, cuja luta tem como objectivo uma alternativa democrática e patriótica à actual política.

Ao abordarem a situação internacional, as duas delegações condenaram firmemente a política agressiva do imperialismo norte-americano e dos círculos mais reacçãoários da NATO, que responsabilizam pelo perigoso agravamento da situação internacional. Consideram expressões dessa política a instalação dos mísseis na Europa, assim como as tentativas de militarização dos cosmos. As duas delegações con-

VIETNAME • DUAS PALAVRAS DE ORDEM: RECONSTRUIR E DESEMPREGADOS

Para quem vai ao Vietname é obrigatória a visita ao museu da guerra, passagem impressionante mas imprescindível para se ficar com a noção do que foram trinta anos de guerras e destruições quase indiscrimináveis. E também para entender todo o heroísmo do povo vietnamita na sua luta de libertação do colonialismo francês e norte-americano, e compreender melhor a situação actual no país.

Foi assim que começou a conversa com o camarada Oc-

távio Pato sobre a visita à República Socialista do Vietname,

um país que se tornou quase lendário ao infringir uma das mais pesadas derrotas sofridas pelos Estados Unidos.

Aos que julguem desnecessário continuar a falar do que foi a guerra do Vietname, cabe lembrar que ali caíram mais bombas do que durante toda a II Guerra Mundial, que entre 1961 e 1973 foram lançados

no país 15 milhões de toneladas de explosivos (250 quilos de material explosivo por habitante), gastas 3,5 milhões de toneladas de bombas. Cabe lembrar os 31 por cento de florestas que desapareceram, os milhões de metros quadrados de habitações destruídas, o sem número de mortos e estropiados, os que continuam ainda hoje a sofrer os efeitos da guerra química.

Para entender, como salientaram os camaradas Pato e Domingos Lopes, que o imperialismo norte-americano só não se lança de imediato na aventura maior da guerra nuclear porque existe a capacidade de resposta por parte da URSS.

O Vietname é uma amostra do que os Estados Unidos são capazes de fazer, se não forem impedidos e travados pelas forças amantes da paz, em que se destaca em primeiro lugar a União Soviética.

As sequelas do colonialismo e da guerra continuam a pesar ainda nas dificuldades de reconstrução nacional.

O trabalho de desenvolvimento da economia, em particular da agricultura, considerada pedra angular para a futura industrialização do país, passou, entre outras coisas, como recordam os nossos camaradas, pela reintegração de um milhão de

desempregados só na antiga Salgão; pela recuperação de 100 mil prostitutas; pela inserção social de cerca de 400 mil soldados e 40 mil oficiais do Vietname do Sul; pela recuperação de dezenas de milhares de outros marginalizados.

Apesar de tudo isto, agravado ainda por uma série de catástrofes naturais (tufões e

inundações que assolaram o país durante quatro anos), a recuperação é já notória. Em 10 anos foram lançadas 300 grandes obras (no sector da agricultura, da indústria ligeira e pesada); entre 83 e 84 registou-se um aumento de 1 milhão e oitocentas mil toneladas na produção agrícola; entre 81 e 84 a produção industrial aumentou anualmente cerca de três por cento.

A reforma agrária avança. Mais de 70 por cento das famílias de camponeses do sul do Vietname coexistem ainda: economia estatal, privada, mista, colectiva e capitalista; o Partido Comunista do Vietname, com um milhão e seiscentos mil membros, tem uma palavra de ordem: o trabalho comum.

Trabalhando com a elasticidade que uma situação tão complexa impõe (no sul do Vietname coexistem ainda: economia estatal, privada, mista, colectiva e capitalista); o Partido Comunista do Vietname, com um milhão e seiscentos mil membros, tem uma palavra de ordem: o trabalho comum.

Atacando um problema de cada vez, aproveitando todos

COMUNICADO CONJUNTO

A convite do Comité Central do Partido Comunista do Vietname visitou de 11 a 13 de Março e de 16 a 19 de Março a República Socialista do Vietname uma delegação do Partido Comunista Português, composta por Octávio Pato, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central e Domingos Lopes, membro suplente do Comité Central.

Durante a estadia no Vietname a delegação do PCP depois uma coroa no Mausoléu do Presidente Ho Chi Minh e visitou a sua casa e o seu local de trabalho.

A delegação do PCP foi recebida pelo camarada Truong Chinh, membro do Bureau Político, Presidente do Conselho de Estado. A delegação visitou a província de Lang Son e a cidade Ho Chi Minh. Participou num comício na Escola Politécnica.

A delegação manteve conversações, que decorreram num ambiente de fraterno amizade, com uma delegação do PCV encabeçada por Vô Chi Công, membro do Bureau Político e do Secretariado do CC e que integrava ainda Vô Quang, membro do Comité Central e Chefe da Secção Internacional e Nguyen Van Trong, Vice-Chefe da Secção Internacional.

Ambas as delegações trocaram informações sobre a situação dos respectivos países, a actividade dos dois partidos e ainda sobre aspectos do movimento comunista internacional e da situação internacional. Trocaram também opiniões sobre a cooperação entre os dois partidos.

As duas delegações consideraram que a visita contribuiu para aprofundar o conhecimento mútuo, para reforçar os laços de amizade, solidariedade e cooperação existentes entre os dois partidos e para uma melhor aproximação entre os dois povos.

A delegação do PCV valorizou as heróicas tradições de luta revolucionária do PCP e das forças democráticas portuguesas contra a ditadura fascista e o seu importante contributo para derrotar o regime fascista.

A delegação do PCV expressou a solidariedade dos comunistas vietnamitas à luta do PCP pela defesa das conquistas de Abril.

A delegação do PCP prestou sentida homenagem ao camarada Ho Chi Minh, destacada figura do movimento revolucionário mundial.

A delegação do PCV manifestou a grande estima e a admiração dos comunistas portugueses pela luta vitoriosa do PCV à frente do povo vietnamita contra o colonialismo e a bárbara agressão do imperialismo norte-americano e pela reunificação do país a qual constitui um vivo exemplo da invencibilidade dos povos e dos trabalhadores quando unidos, organizados e dispostos a lutar.

A delegação do PCP manifestou a solidariedade ao PCV e ao povo vietnamita na sua obra exaltante de construção do socialismo e da luta contra o imperialismo e a reacção internacional, na defesa da sua soberania, independência e integridade territorial, pela defesa da paz, a estabilidade e a cooperação na região e no Sudoeste Asiático.

Ambas as delegações experi-

enciaram que a visita contribuiu para aprofundar o conhecimento mútuo, para reforçar os laços de amizade, solidariedade e cooperação existentes entre os dois partidos e para uma melhor aproximação entre os dois povos.

A delegação do PCV valorizou as heróicas tradições de luta revolucionária do PCP e das forças democráticas portuguesas contra a ditadura fascista e o seu importante contributo para derrotar o regime fascista.

A delegação do PCV expressou a solidariedade dos comunistas vietnamitas à luta do PCP pela defesa das conquistas de Abril.

A delegação do PCP prestou sentida homenagem ao camarada Ho Chi Minh, destacada figura do movimento revolucionário mundial.

A delegação do PCV manifestou a grande estima e a admiração dos comunistas portugueses pela luta vitoriosa do PCV à frente do povo vietnamita contra o colonialismo e a bárbara agressão do imperialismo norte-americano e pela reunificação do país a qual constitui um vivo exemplo da invencibilidade dos povos e dos trabalhadores quando unidos, organizados e dispostos a lutar.

A delegação do PCP manifestou a solidariedade ao PCV e ao povo vietnamita na sua obra exaltante de construção do socialismo e da luta contra o imperialismo e a reacção internacional, na defesa da sua soberania, independência e integridade territorial, pela defesa da paz, a estabilidade e a cooperação na região e no Sudoeste Asiático.

KAMPUCHEA • EM SEIS ANOS O PAÍS RESSUSCITOU

Não é possível falar hoje do Kampuchea sem ter de imediato presente os terríveis crimes cometidos pelo regime de Pol-Pot, um louco fanático que lançou as suas hordas de «khmers vermelhos» num genocídio sem precedentes, adulterando uma revolução que poderia ter sido libertadora ao ponto de a transformar num pesadelo dantesco.

Tudo se passou muito rapidamente, dizem os nossos camaradas. Submetido de há muito ao colonialismo francês, o povo do Kampuchea acolheu com alegria o movimento libertador encetado pelos «khmers vermelhos». Mas três dias depois da tomada da capital começou o genocídio. As cidades foram evacuadas, destruíram-se escolas, hospitais, bancos. Deixou de haver dinheiro em circulação, no Kampuchea voltou-se ao antigo sistema de troca de produtos.

Em quatro anos, foram massacradas mais de três milhões de pessoas, em particular homens. A população, que ficou reduzida a cerca de 7 milhões de pessoas, é composta actualmente por cerca de 70 por cento de mulheres, o que constitui um drama em termos humanos e de desenvolvimento.

Quando o regime Pol-Pot foi derrubado e a capital libertada, em 9 de Janeiro de 1979, viviam nela 70 mil pessoas (onde antes tinham vivido dois milhões).

A revolução veio pôr termo a uma situação em que se vivia sem família, sem casa, sem dinheiro, sem fé, sem nada. Encontrou 210 mil orfãos; fossas e fossas cheias

de cadáveres brutalmente mutilados; as cabeças de gado, que chegaram a ser três milhões, reduzidas a um milhão; a área de plantação de árvore da borracha, que era de 50 mil hectares, praticamente toda destruída; o país sem energia eléctrica; sem intelectuais nem quadros superiores (90 por cento foram liquidados).

Como explicar tudo isto?

O regime de Pol-Pot foi uma mistura de radicalismo, loucura, fanatismo, que rapidamente se transformou em terrorismo de Estado. Afirmando desejar «purificar» o país e os seus habitantes e pretender eliminar todos os vestígios de influência burguesa, Pol-Pot mandou cometer assassinios em massa, destruir a vida económica, política e social do país.

Não é assim de admirar o apoio popular prontamente granjeado pelo Partido Popular Revolucionário que, tendo sido formado de cima para baixo (o que se compreende nas circunstâncias que se viviam no

país), está a alargar cada vez mais a sua base de apoio.

Em seis anos, afirmam os nossos camaradas, o Kampuchea ressuscitou. Em 1980, apesar das calamidades naturais, já não havia fome no país; foram criados centros especiais para a educação e recuperação dos orfãos; reconstruíram-se escolas; recuperaram-se 20 mil hectares de borraça; lançam as bases de uma nova economia e organização social, onde existem quatro tipos de formações económicas: a estatal, a colectiva, a familiar e a privada; todas com a sua importância na actual fase de reconstrução nacional.

O Partido desempenha um papel decisivo, tanto na administração como nas forças armadas.

Procura-se, referem os camaradas Octávio Pato e Do-

mingos Lopes, encontrar soluções políticas e pacíficas que abarquem todos os cidadãos, com excepção dos bandos de Pol-Pot que ainda sobrevivem com o apoio da

Tailândia e do imperialismo, pois esses são justamente considerados criminosos. Como nos afirmaram os camaradas dirigentes do Kampuchea, o próprio príncipe

Sihanouk, se desejar reintegrar-se na vida do país, poderá fazê-lo, desde que se desligue de Pol-Pot e o faça antes que seja demasiado tarde.

COMUNICADO CONJUNTO

A convite do Comité Central do PPRK, uma delegação do PCP composta por Octávio Pato, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central e Domingos Lopes, membro suplente do Comité Central efectuou uma visita oficial e de amizade na RP do Kampuchea de 14 a 16 de Março de 1985.

Durante a sua estadia, a delegação visitou a Vala Comum de Choeung Ek, o museu dos crimes de genocídio Tuol Sléng, o centro de orfãos Kolap n.º 3, a fábrica têxtil de Russeev Kev, o ex-palácio real, o templo de Emerande e o Museu Nacional. Em todos os lugares, a delegação do PCP recebeu um acolhimento caloroso, fraterno e solene.

A delegação do PCP foi recebida pelo camarada Chea Sim, membro do Bureau Político do Comité Central do PPRK, Presidente da Assembleia Nacional, o Presidente do Conselho Nacional da Frente da Unidade, da Edificação e da Defesa da Pátria Kampuchea.

A delegação do PCP mante-

ve conversações com uma delegação do Comité Central do PPRK conduzida pelo camarada Hun Sen, membro do Bureau Político e Presidente da Comissão de Relações Exteriores do PPRK, e que integrava ainda o camarada Prach Sun, Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores do CC, o camarada Voek Pheng, Director do Departamento de Relações Internacionais do PPRK, o camarada Him Smoeuk, Director do Departamento da América e da Europa Ocidental e o camarada Chim Prsidh, Director do Departamento de Política Geral.

O camarada Hun Sen informou sobre os progressos da RP sob a justa direcção do PPRK, sobre a reconstrução da economia e do nível material e cultural do povo kampucheano, sobre os sucessos obtidos na defesa da revolução, da independência, soberania e integridade territorial do Kampuchea, face aos actos de guerra subversiva conduzidos contra o povo kampucheano servindo-se dos bandos de Pol Pot e de outros Khmers reac-

cionários e do território da Tailândia.

A delegação do PCP apreciou altamente as realizações e os grandes sucessos da RPK e o papel dirigente do PPRK na justa luta do povo kampucheano para consolidar a Independência nacional e reafirmar ao PPRK a solidariedade dos comunistas portugueses à reconstrução nacional, à edificação de uma nova sociedade liberta da exploração, à defesa da soberania e da independência territorial da RPK. A delegação do PCP apreciou altamente os esforços desenvolvidos pelo PPRK e da RPK a fim de se resolver pacificamente os problemas da região, incluindo o do Kampuchea, e, ainda os seus esforços para estabelecer a paz e a estabilidade na região.

A delegação do PCP informou a delegação do PPRK sobre a luta dos comunistas portugueses em defesa das conquistas da revolução de Abril. Denunciou a política do Governo visando a restauração dos monopólios e dos latifúndios. Esta política impõe pesados e

insuportáveis sacrifícios a todo o povo — mergulha o país numa grave crise económica e financeira, compromete a independência nacional, atrelando o país ao carro de guerra do imperialismo e põe em perigo o próprio regime democrático. Não obstante tudo isto a delegação do PCP sublinhou que o PCP, contando com mais de 200 000 mil membros, lutando por uma alternativa democrática e patriótica, confia no PPRK de Abril.

A delegação do PPRK apreciou altamente e apoiou firmemente a política do PCP em defesa das conquistas de Abril e exprimiu a sua convicção que sob a justa direcção do PCP, o povo português ultrapassará definitivamente as dificuldades e os obstáculos que entravam a sua marcha para o progresso social.

As duas delegações constatarão com satisfação que a visita da delegação do PCP contribuiu para desenvolver e reforçar as relações de amizade, solidariedade e cooperação existentes entre os dois partidos. As duas delegações rea-



Os camaradas Octávio Pato e Domingos Lopes durante as conversações com a delegação do Partido Comunista do Vietname, dirigida por Vô Chi Công, do Bureau Político e Secretário do CC e integrada ainda pelos camaradas Vô Quang, membro do CC, e Chefe da Secção Internacional, e Nguyen Van Trong, Vice-Presidente da Secção Internacional



O camarada Octávio Pato ao ser recebido pelo camarada Chea Sim, Presidente da Assembleia Nacional do Kampuchea e membro do Bureau Político do CC do PPRK

NO IEMEN DO SUL, VIETNAME E KAMPUCHEA

Forço da amizade e solidariedade

seus povos, como se procuram descobrir novos recursos económicos, desenvolver a produção e elevar o nível cultural, criar novas sociedades na via do socialismo.

Apoiados nos seus esforços pela União Soviética e por outros países socialistas, os países visitados — lembrou Octávio Pato — estão no entanto impossibilitados de dedicar todos os seus recursos e energias ao desenvolvimento das suas forças produtivas, na medida em que a hostilidade, as ameaças ou agressões de que são alvo por parte do imperialismo, os obriga ainda a dedicar à defesa recursos importantes.

A solução política dos problemas litigiosos, como sublinhou a propósito o camarada Pato, na base da salvaguarda da independência, da liberdade e integridade territorial de cada um dos países, da cooperação e não ingerência nos problemas internos de cada um, a criação de um clima de paz e estabilidade nas regiões que confinam com o Vietname, com o Kampuchea

e também de certo modo com o Iemen do Sul, são objectivos que procuram realizar e para os quais têm apresentado propostas e soluções.

Cabe salientar, neste contexto, a importância das fraternais relações existentes entre o PCP e o Partido Comunista do Vietname, o Partido Socialista do Iemen e o Partido Popular Revolu-

cionário do Kampuchea, e o contributo que elas podem dar para a paz e o desanuviamento através da aproximação dos nossos respectivos povos e países.

O primeiro-ministro da Tailândia, em cujo território se acotam bandos de pol-potianos que prosseguem os ataques armados contra o Kampuchea, visita brevemente Portugal a convite do

Governo PS/PSD, um dos poucos que reconhece o pseudo-governo de Pol-Pot.

Em relação aos países árabes, os passos do ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, têm sido na direcção de um outro país dos mais reaccionários. Contra todas as promessas ainda não foi conferida à delegação da OLP em Portugal estatuto de

missão diplomática. Não há relações diplomáticas com a República Popular Democrática do Iemen, justamente um dos países que mais se tem destacado na procura de soluções pacíficas para o Médio Oriente.

No que respeita ao Vietname, com que Portugal mantém relações diplomáticas, é notória a dependência de Washington.

O que equivale a dizer, nomeadamente no que toca a estes três países, que a política externa portuguesa não é guiada pelos ideais de Abril nem pela procura

de soluções que visem de facto contribuir para eliminar a tensão naquelas importantes regiões. É o PCP, com a sua fidelidade à democracia e à causa da paz e do progresso, que se esforça para facilitar a aproximação e o entendimento entre Portugal e aqueles países e contribuir, como de resto foi decidido no seu X Congresso, para a eliminação das áreas de tensão existentes.

Um contributo que salvaguarda o interesse nacional e o de todos os povos do mundo amantes da paz.

A cidade de Aden, capital do Iemen, possui um porto em excelente situação geográfica, à entrada do Mar Vermelho, por onde anualmente passam seis mil navios

UDALISMO PARA O SOCIALISMO

saio que não deve ser fácil de vencer...

Aproveita-se a água de todas as formas possíveis; a das chuvas quando as há (o país sofre há 3 anos de uma dura seca), abrem-se poços artesanais, transforma-se a água do mar. O desenvolvimento da agricultura está no entanto seriamente condicionado.

Impressionante também é poder constatar a mudança de mentalidade que se registou no país. Embora a participação das mulheres na vida económica e social esteja ainda longe do que seria desejável, caminha-se de facto para a emancipação e a igualdade. Encontramos muitas mulheres sem véu, grupos de jovens convivendo na rua, entrando nos cafés. Um facto para nós mais ou menos vulgar, mas quase revolucionário no mundo árabe...

A juventude parece de resto ser uma característica no Iemen do Sul. O Partido é muito

jovem; dos seus 30 mil membros, a maioria tem entre 18 e 26 anos!

Características também a firmeza e determinação com que no Iemen do Sul se alia

o trabalho pelo progresso interno (os objectivos do II plano quinquenal, 80/85, foram alcançados), pela reunificação do país (suprema aspiração nacional) e pela paz na

região. O papel da República Popular Democrática do Iemen na defesa da unidade da OLP, no reforço da aliança das forças progressistas com a Síria e no apoio às

propostas de paz da URSS para o Médio Oriente, pode vir a ser da máxima importância para o encontro de soluções pacíficas naquela tão conturbada região.

Abordando a situação internacional, as duas delegações condenaram firmemente a política agressiva do imperialismo norte-americano e dos círculos mais reaccionários da NATO, que responsabilizam pelo perigoso agravamento da situação internacional. Consideram expressões dessa política a instalação dos mísseis na Europa, assim como as tentativas de militarização do cosmos. As duas delegações con-



A cidade de Aden, capital do Iemen, possui um porto em excelente situação geográfica, à entrada do Mar Vermelho, por onde anualmente passam seis mil navios

COMUNICADO DE IMPRENSA

A convite do Comité Central do Partido Socialista do Iemen (PSI) visitou Aden, entre 5 e 8 de Março, uma delegação do PCP composta por Octávio Pato, membro da Comissão Política e do Secretariado e Domingos Lopes, suplente do CC.

Durante a visita a delegação encontrou-se com Ali Nasser Mohammed, secretário-geral do CC do PSI, Presidente do Conselho Supremo do Povo e manteve conversações com uma delegação do PSI dirigida por Abubakr Badhih, membro do Bureau Político e Secretário do CC. A delegação portuguesa teve ainda contactos com

diferentes organizações do PSI.

As conversações decorreram num ambiente de fraternal camaradagem e versaram sobre aspectos da luta dos dois partidos e povos e sobre questões do movimento revolucionário internacional.

As duas delegações trocaram opiniões sobre os mais importantes aspectos da situação na região.

A delegação do Partido Comunista Português expressou o alto apreço e solidariedade dos comunistas portugueses para com a primeira revolução vietnâmica em território árabe orientado

por ideais libertadores da classe operária. Saudou os esforços do PSI e da RDPI com vista a realizar a tarefa histórica de todos os patriotas iemenitas, o da reunificação da pátria iemenita. Manifestou ainda o apreço dos comunistas portugueses pela importante contribuição da RDPI para o movimento de libertação nacional e social dos povos árabes e para a paz na região.

A delegação do PSI expressou a sua admiração pela luta dos comunistas portugueses em defesa das conquistas de Abril e do regime democrático. Valorizou o papel do PCP à

frente do movimento popular de massas, cuja luta tem como objectivo uma alternativa democrática e patriótica à actual política.

Ao abordarem a situação internacional, as duas delegações condenaram firmemente a política agressiva do imperialismo norte-americano e dos círculos mais reaccionários da NATO, que responsabilizam pelo perigoso agravamento da situação internacional. Consideram expressões dessa política a instalação dos mísseis na Europa, assim como as tentativas de militarização do cosmos. As duas delegações con-

denaram a política expansionista do sionismo no Médio Oriente apoiada e instigada pela administração dos EUA.

As duas delegações condenaram as tentativas do imperialismo e do sionismo para dividir a OLP.

A delegação do PCP expressou a sua solidariedade à luta dos povos árabes pela retirada de Israel dos territórios árabes ocupados depois de 1967 e à OLP, única e legítima representante do povo palestino, assim como à sua luta pelos direitos nacionais do povo palestino, incluindo o direito à criação do seu próprio Estado

independente.

Para fazer fracassar a conspiração imperialista e sionista, as duas delegações consideraram de grande importância a aliança entre a Síria, a OLP e as forças patrióticas e progressistas libanesas.

As duas delegações condenaram as tentativas dos EUA para alargarem as suas bases militares no Oceano Índico e fortaleceram a importância da luta destinada a transformar o Oceano Índico num mar de paz.

As duas delegações reafirmaram a importância do reforço da unidade e da coesão do

movimento comunista e operário, para fazer frente aos sinistros planos do imperialismo. As duas delegações também expressaram a sua solidariedade à luta dos povos da Palestina, Líbano, Nicarágua, El Salvador, África do Sul, Namíbia, Angola e Moçambique e outros povos que lutam pela sua libertação nacional e social.

As duas delegações reafirmaram a sua determinação de continuar a reforçar os laços de amizade, solidariedade e cooperação existente entre o PSI e o PCP na base dos princípios da solidariedade internacionalista.

AVRAS DE ORDEM: RECONSTRUIR E DEFENDER A PAZ

no país 15 milhões de toneladas de explosivos (250 quilos de material explosivo por habitante), gastas 3,5 milhões de toneladas de bombas. Cabe lembrar os 31 por cento de florestas que desapareceram, os milhões de metros quadrados de habitações destruídas, o sem número de mortos e estropiados, os que continuam ainda hoje a sofrer os efeitos da guerra química.

desempregados só na antiga Saigão; pela recuperação de 100 mil prostitutas; pela inserção social de cerca de 400 mil soldados e 40 mil oficiais do Vietname do Sul; pela recuperação de dezenas de milhares de outros marginalizados.

Apesar de tudo isto, agravado ainda por uma série de catástrofes naturais (tufões e

inundações que assolaram o país durante quatro anos), a recuperação é já notória. Em 10 anos foram lançadas 300 grandes obras (no sector da agricultura, da indústria ligeira e pesada); entre 83 e 84 registou-se um aumento de 1 milhão oitocentos mil toneladas na produção agrícola; entre 81 e 84 a produção industrial aumentou anualmente cerca de três por cento.

A reforma agrária avança. Mais de 70 por cento das famílias de camponeses do sul trabalha de forma colectiva; dois terços dos operários possuem hoje instrução média; no norte, onde a estrutura económica é de três tipos — estatal, colectiva e individual — os camponeses dispõem de 5 por cento da terra em cada cooperativa para cultivo próprio.

Trabalhando com a elasticidade que uma situação tão complexa impõe (no sul do Vietname coexistem ainda a economia estatal, privada, mista, colectiva e capitalista), o Partido Comunista do Vietname, com um milhão e seiscentos mil membros, tem uma palavra de ordem: o trabalho comum.

Atacando um problema de cada vez, aproveitando todos

os recursos, avança-se na nova sociedade.

O supremo desejo de paz, que não é difícil de entender, tal como a defesa da integridade territorial, é a aspiração de todos. Dos homens e das mulheres, que conquistaram a guerra a plena igualdade (representam hoje mais de 20 por cento dos membros do Partido), para os jovens, chamados também eles à parti-

cipação em todos os sectores da vida social.

Como a regular o trânsito, referem os nossos camaradas, impressionados ainda com os milhões de ciclistas que circulam no Vietname. A bicicleta é o transporte de toda a gente e são os pioneiros, em Ho Chi Minh, formando cordões, que a certas horas disciplinam a circulação. E estando, claro, mesmo enquanto

trabalham. Na memória guardam ainda a imagem de um jovem, num arrozal, puxando um búfalo com uma mão e segurando com a outra um livro.

Uma imagem de um país, que embora lutando ainda pela preservação da sua independência, caminha com passos cada vez mais seguros para o futuro, para o socialismo.

COMUNICADO CONJUNTO

A convite do Comité Central do Partido Comunista do Vietname visitou de 11 a 13 de Março e de 16 a 19 de Março a República Socialista do Vietname uma delegação do Partido Comunista Português, composta por Octávio Pato, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central e Domingos Lopes, membro suplente do Comité Central.

Durante a estadia no Vietname a delegação do PCP após uma coroa no Mausoléu do Presidente Ho Chi Minh e visitou a sua casa e o seu local de trabalho.

A delegação do PCP foi recebida pelo camarada Truong Chinh, membro do Bureau Político, Presidente do Conselho de Estado. A delegação visitou a província de Lang Son e a cidade Ho Chi Minh. Participou

num comício na Escola Politécnica.

A delegação manteve conversações, que decorreram num ambiente de fraternal amizade, com uma delegação do PCV encabeçada por Vô Chi Công, membro do Bureau Político e do Secretariado do CC e que integrava ainda Vu Quang, membro do Comité Central e Chefe da Secção Internacional e Nguyen Van Trong, Vice-Chefe da Secção Internacional.

Ambas as delegações trocaram informações sobre a situação nos respectivos países, a actividade dos dois partidos e ainda sobre aspectos do movimento comunista internacional e da situação internacional. Trocaram também opiniões sobre a cooperação entre os dois partidos.

As duas delegações consi-

deraram que a visita contribuiu para aprofundar o conhecimento mútuo, para reforçar os laços de amizade, solidariedade e cooperação existentes entre os dois partidos e para uma melhor aproximação entre os dois povos.

A delegação do PCV valorizou as heróicas tradições da luta revolucionária do PCP e das forças democráticas portuguesas contra a ditadura fascista e o seu importante contributo para derrotar o regime fascista.

A delegação do PCV expressou a solidariedade dos comunistas vietnamitas à luta do PCP pela defesa das conquistas de Abril.

A delegação do PCP prestou sentida homenagem ao camarada Ho Chi Minh, destacada figura do movimento revolucionário mundial.

A delegação do PCP manifestou a grande estima e a admiração dos comunistas portugueses pela luta vitoriosa do PCV à frente do povo vietnamita contra o colonialismo e a bárbara agressão do imperialismo norte-americano e pela reunificação do país a qual constitui um vivo exemplo da invencibilidade dos povos e dos trabalhadores quando unidos, organizados e dispostos a lutar.

A delegação do PCP manifestou a solidariedade ao PCV e ao povo vietnamita na sua obra exaltante de construção do socialismo e da luta contra o imperialismo e a reacção internacional, na defesa da sua soberania, independência e integridade territorial, pela defesa da paz, a estabilidade e a cooperação na região e no Sudoeste Asiático.

Ambas as delegações experi-

miram a sua preocupação pelo perigoso agravamento da tensão internacional resultante da política belicista do imperialismo norte-americano e dos círculos mais agressivos da NATO. Os imperialistas norte-americanos ameaçam e agredem povos e países que se querem libertar. Simultaneamente apoiam as mais ferozes e sanguinárias ditaduras. As duas delegações condenaram a corrida às armas desenfreada pela Administração dos EUA, particularmente a instalação de novos mísseis na Europa e as tentativas de militarização do cosmos e de pôr de pé novas alianças político-militares que agravam a situação na Ásia e no Pacífico e que se inserem na sua política de romper o equilíbrio estratégico e obter a superioridade militar sobre os países socialistas.

As duas delegações saudaram os movimentos populares de massas pela paz e valorizaram altamente as propostas de paz da URSS e de outros países socialistas.

Consideraram a luta pela paz inseparável da luta revolucionária dos povos e manifestaram a sua solidariedade à luta dos povos da Ásia, África e América Latina contra o imperialismo, o colonialismo, o racismo, o sionismo, pela paz, a independência nacional, a democracia e o progresso social.

Ambas as delegações consideraram de capital importância o reforço da unidade e coesão do movimento comunista e operário internacional, assim como o reforço da cooperação e solidariedade entre todas as forças da paz e do progresso social à escala mundial.

Ambas as delegações congratularam-se com os resultados alcançados pelos povos do Laos, e do Kampuchea na construção e na defesa das novas sociedades libertas da exploração do homem pelo homem.

As duas delegações manifestaram a sua intenção de continuarem a agir para reforçar os laços de amizade, solidariedade e cooperação entre o PCP e o PCV na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário.

A delegação do PCP expressou a sua sincera satisfação pelo caloroso e fraternal acolhimento dispensado pelos comunistas vietnamitas.

A delegação do PCV convidou uma delegação do PCV a visitar Portugal, o que foi aceite com grande alegria.

ANOS O PAÍS RESSUSCITOU

país), está a alargar cada vez mais a sua base de apoio.

Em seis anos, afirmam os nossos camaradas, o Kampuchea ressuscitou. Em 1980, apesar das calamidades naturais, já não havia fome no país; foram criados centros especiais para a educação e recuperação dos orfãos; reconstruíram-se escolas; recuperaram-se 20 mil hectares de borrhaca; lançam as bases de uma nova economia e organização social, onde coexistem quatro tipos de formações económicas: a estatal, a colectiva, a familiar e a privada; todas com a sua importância na actual fase de reconstrução nacional.

O Partido desempenha um papel decisivo, tanto na administração como nas forças armadas.

Procura-se, referem os camaradas Octávio Pato e Domingos Lopes, encontrar soluções políticas e pacíficas que abarquem todos os cidadãos, com excepção dos bandos de Pol-Pot que ainda sobrevivem com o apoio da

Tailândia e do imperialismo, pois esses são justamente considerados criminosos. Como nos afirmaram os camaradas dirigentes do Kampuchea, o próprio príncipe

Sihanouk, se desejar reintegrar-se na vida do país, poderá fazê-lo, desde que se desligue de Pol-Pot e o faça antes que seja demasiado tarde.

A eliminação política de Pol-Pot, a retirada das tropas vietnamitas aliadas, a reconciliação nacional e a realização de eleições livres; o estabelecimento da paz e estabilidade no

sudoeste asiático e a garantia de que nenhum território servirá de base a agressões; o fim das ingerências estrangeiras e a garantia de supervisão internacional de todos os acordos

estabelecidos na região, são os seis pontos do plano que o Kampuchea defende. A sua realização será de certo fundamental para a paz e a cooperação na região.

COMUNICADO CONJUNTO

A convite do Comité Central do PPRK, uma delegação do PCP composta por Octávio Pato, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central e Domingos Lopes, membro suplente do Comité Central efectuou uma visita oficial e de amizade na RP do Kampuchea de 14 a 16 de Março de 1985.

Durante a sua estadia, a delegação visitou a Vila Comum de Choeng EK, o museu dos crimes de genocídio Tuol Sléng, o centro de orfãos Kolap n.º 3, a fábrica têxtil de Russey Kev, o ex-palácio real, o templo de Emerande e o Museu Nacional. Em todos os lugares, a delegação do PCP recebeu um acolhimento caloroso, fraternal e solene.

A delegação do PCP foi recebida pelo camarada Chea Sim, membro do Bureau Político do Comité Central do PPRK, Presidente da Assembleia Nacional, o Presidente do Conselho Nacional da Frente da Unidade, da Edificação e da Defesa da Pátria Kampuchean.

A delegação do PCP mante-

ve conversações com uma delegação do Comité Central do PPRK conduzida pelo camarada Hun Sen, membro do Bureau Político e Presidente da Comissão de Relações Exteriores do PPRK, e que integrava ainda o camarada Prach Sun, Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores do CC, o camarada Voek Pheng, Director do Departamento de Relações Internacionais do PPRK, o camarada Him Smoeuk, Director do Departamento da América e da Europa Ocidental e o camarada Chim Prasidh, Director do Departamento de Política Geral.

O camarada Hun Sen informou sobre os progressos da RPK sob a justa direcção do PPRK, sobre a reconstrução da economia e do nível material e cultural do povo kampucheano, sobre os sucessos obtidos na defesa da revolução, da independência, soberania e integridade territorial do Kampuchea, face aos actos de guerra subversiva conduzidos contra o povo kampucheano servindo-se dos bandos de Pol Pot e de outros Khmers reac-

cionários e do território da Tailândia.

A delegação do PCP apreciou altamente as realizações e os grandes sucessos da RPK e o papel dirigente do PPRK na justa luta do povo kampucheano para consolidar a independência nacional e reafirmar ao PPRK a solidariedade dos comunistas portugueses à reconstrução nacional, à edificação de uma nova sociedade liberta da exploração, à defesa da soberania e da independência territorial da RPK. A delegação do PCP apreciou altamente os esforços desenvolvidos pelo PPRK e da RPK a fim de se resolver pacificamente os problemas da região, incluindo o do Kampuchea, e, ainda os seus esforços para estabelecer a paz e a estabilidade na região.

A delegação do PCP informou a delegação do PPRK sobre a luta dos comunistas portugueses em defesa das conquistas da revolução de Abril. Denunciou a política do Governo visando a restauração dos monopólios e dos latifúndios. Esta política impõe pesados e

insuportáveis sacrifícios a todo o povo — mergulha o país numa grave crise económica e financeira, compromete a independência nacional, atrelando o país ao carro de guerra do imperialismo e põe em perigo o próprio regime democrático. Não obstante tudo isto a delegação do PCP sublinhou que o PCP, contando com mais de 200 000 mil membros, lutando por uma alternativa democrática e patriótica, confia no PPRK de Abril.

A delegação do PPRK apreciou altamente e apoiou firmemente a política do PCP em defesa das conquistas de Abril e exprimi-la a sua convicção que sob a justa direcção do PCP, o povo português ultrapassará definitivamente as dificuldades e os obstáculos que entravam a sua marcha para o progresso social.

As duas delegações constatarem com satisfação que a visita da delegação do PCP contribuiu para desenvolver e reforçar as relações de amizade, solidariedade e cooperação existentes entre os dois partidos. As duas delegações rea-

firmaram a sua vontade de continuar a agir para reforçar as suas relações na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário.

Na troca de pontos de vista sobre a situação internacional, os dois partidos manifestaram uma grande preocupação pelo agravamento da tensão internacional como consequência da política militarista e belicista da administração Reagan. A instalação dos mísseis de alcance médio do tipo «Cruise» e «Pershing II» em vários países da Europa Ocidental e os projectos dos EUA de criarem um sistema antimíssil no cosmos, constituem manifestações desta política que agrava perigosamente o clima de paz e de segurança no mundo.

Afirmando a sua determinação de contribuir, segundo as condições concretas dos países respectivos para a defesa da paz, as duas delegações valorizaram as propostas de paz da URSS e de outros países socialistas e saudaram o movimento popular de massas

pela defesa da paz na Europa e noutros continentes.

As duas delegações consideraram de importância primordial reforçar a coesão e unidade do movimento comunista e operário internacional, tal como o reforço da cooperação e da solidariedade entre os países socialistas, a classe operária dos países capitalistas, os países progressistas, e o movimento de libertação nacional.

As duas delegações apoiam os esforços que visam transformar o Oceano Índico numa zona de paz e desnuclearizada e condenaram categoricamente o reforço militar dos imperialistas na região e em particular da Força Rápida de Intervenção e o estacionamento de armas nucleares na Ilha de Diego Garcia.

As duas delegações pronunciam-se por uma solução rápida, geral e justa da situação no Médio Oriente, apoiando a iniciativa de paz da URSS de convocação de uma Conferência Internacional sobre o Próximo Oriente e reafirmam que a OLP é o único e legítimo represen-

tante do povo palestino, assim como o direito a criar um Estado palestino independente.

As duas partes apoiam firmemente a luta dos povos da Ásia, da África e da América Latina contra o imperialismo, o colonialismo, o neocolonialismo, o fascismo, o racismo e o sionismo.

As duas partes apoiam a luta do povo da África do Sul e do povo namibiano contra o racismo e o apartheid e confraternizam de novo a sua solidariedade aos povos da América Central e das Caraíbas na sua luta pela libertação a paz, a democracia e a justiça social.

A delegação do PCP exprime os seus sinceros agradecimentos ao PPRK e ao povo kampucheano pelo caloroso e fraternal acolhimento e a hospitalidade manifestadas durante a visita na RPK.

A delegação do PCP convidou igualmente uma delegação do PPRK a visitar Portugal. O convite foi aceite com satisfação e a data será fixada ulteriormente.

KAMPUCHEA

idade

missão diplomática. Não há relações diplomáticas com a República Popular Democrática do Iemen, justamente um dos países que mais se tem destacado na procura de soluções pacíficas para o Médio Oriente.

No que respeita ao Vietname, com que Portugal mantém relações diplomáticas, é notória a dependência de Washington.

O que equivale a dizer, nomeadamente no que toca a estes três países, que a política externa portuguesa não é guiada pelos ideais de Abril nem pela procura

de soluções que visem de facto contribuir para eliminar a tensão naquelas importantes regiões. É o PCP, com a sua fidelidade à democracia e à causa da paz e do progresso, que se esforça para facilitar a aproximação e o entendimento entre Portugal e aqueles países e contribuir, como de resto foi decidido no seu X Congresso, para a eliminação das áreas de tensão existentes.

Um contributo que salvaguarda o interesse nacional e de todos os povos do mundo amantes da paz.

Governo PS/PSD, um dos poucos que reconhece o pseudo-governo de Pol-Pot. Em relação aos países árabes, os passos do ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, têm sido na direcção de um ou outro país dos mais reacccionários. Contra todas as promessas ainda não foi conferida à delegação da OLP em Portugal estatuto de



A cidade de Aden, capital do Iemen, possui um porto em excelente situação geográfica, à entrada do Mar Vermelho, por onde anualmente passam seis mil navios

denaram a política expansionista do sionismo no Médio Oriente apoiada e instigada pela administração dos EUA.

As duas delegações condenaram as tentativas do imperialismo e do sionismo para dividir a OLP.

A delegação do PCP expressou a sua solidariedade à luta dos povos árabes pela retirada de Israel dos territórios árabes ocupados depois de 1967 e à OLP, única e legítima representante do povo palestino, assim como à sua luta pelos direitos nacionais do povo palestino, incluindo o direito à criação do seu próprio Estado

independente.

Para fazer fracassar a conspiração imperialista e sionista, as duas delegações consideraram de grande importância a aliança entre a Síria, a OLP e as forças patrióticas e progressistas libanesas.

As duas delegações condenaram as tentativas dos EUA para alargarem as suas bases militares no Oceano Índico e sublinharam a importância da luta destinada a transformar o Oceano Índico num mar de paz.

As duas delegações reafirmaram a importância do reforço da unidade e da coesão do

movimento comunista e operário, para fazer frente aos sinistros planos do imperialismo. As duas delegações também expressaram a sua solidariedade à luta dos povos da Palestina, Líbano, Nicarágua, El Salvador, África do Sul, Namíbia, Angola e Moçambique e outros povos que lutam pela sua libertação nacional e social.

As duas delegações reafirmaram a sua determinação de continuar a reforçar os laços de amizade, solidariedade e cooperação existente entre o PSI e o PCP na base dos princípios da solidariedade internacionalista.

FENDER A PAZ

os recursos, avança-se na nova sociedade.

O supremo desejo de paz, que não é difícil de entender, tal como a defesa da integridade territorial, é a aspiração de todos. Dos homens e das mulheres, que conquistaram com a guerra a plena igualdade (representam hoje mais de 20 por cento dos membros do Partido), para os jovens, chamados também eles à partici-

pação em todos os sectores da vida social.

Como a regular o trânsito, referem os nossos camaradas, impressionados ainda com os milhares de ciclistas que circulam no Vietname. A bicicleta é o transporte de toda a gente e são os pioneiros, em Ho Chi Min, tornando cor-de-rosa cada vez mais seguros para o futuro, para o socialismo.

miram a sua preocupação pelo perigoso agravamento da tensão internacional resultante da política belicista do imperialismo norte-americano e dos círculos mais agressivos da NATO. Os imperialistas norte-americanos ameaçam e agri-

ram os movimentos populares de massas pela paz e valorizam altamente as propostas de paz da URSS e de outros países socialistas.

Consideraram a luta pela paz inseparável da luta revolucionária dos povos e manifestaram a sua solidariedade à luta dos povos da Ásia, África e América Latina contra o imperialismo, o colonialismo, o racismo, o sionismo, pela paz, a independência nacional, a democracia e o progresso social.

As duas delegações consideraram de capital importância o reforço da unidade e coesão do movimento comunista e operário internacional, assim como o reforço da cooperação e solidariedade entre todas as forças da paz e do progresso social à escala mundial.

trabalham. Na memória guardam ainda a imagem de um jovem, num arrozal, puxando um búfalo com uma mão e segurando com a outra um livro.

Uma imagem de um país, que embora lutando ainda pela preservação da sua independência, caminha com passos cada vez mais seguros para o futuro, para o socialismo.

Ambas as delegações congratularam-se com os resultados alcançados pelos povos do Laos, e do Kampuchea na construção e na defesa das novas sociedades libertas da exploração do homem pelo homem.

As duas delegações manifestaram a sua intenção de continuarem a agir para reforçar os laços de amizade, solidariedade e cooperação entre o PCP e o PCV na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário.

A delegação do PCP expressou a sua sincera satisfação pelo caloroso e fraternal acolhimento dispensado pelos comunistas vietnamitas.

A delegação do PCV convidou uma delegação do PCV a visitar Portugal, o que foi aceite com grande alegria.

A eliminação política do Pol-Pot, a retirada das tropas vietnamitas aliadas; a reconciliação nacional e a realização de eleições livres; o estabelecimento da paz e estabilidade no

sudoeste asiático e a garantia de que nenhum território servirá de base a agressões; o fim das ingerências estrangeiras e a garantia de supervisão internacional de todos os acordos

firmaram a sua vontade de continuar a agir para reforçar as suas relações na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário.

pela defesa da paz na Europa e noutros continentes.

As duas delegações consideraram de importância primordial reforçar a coesão e unidade do movimento comunista e operário internacional, tal como o reforço da cooperação e da solidariedade entre os países socialistas, a classe operária dos países capitalistas, os países progressistas, e o movimento de libertação nacional.

As duas delegações apoiam os esforços que visam transformar o Oceano Índico numa zona de paz e desnuclearizada e condenaram categoricamente o reforço militar dos imperialistas na região e em particular da Força Rápida de Intervenção e o estacionamento de armas nucleares na ilha de Diego Garcia.

As duas delegações pronunciaram-se por uma solução rápida, geral e justa da situação no Médio Oriente, apoiam a iniciativa de paz da URSS de convocação de uma Conferência Internacional sobre o Próximo Oriente e reafirmam que a OLP é o único e legítimo represen-

estabelecidos na região, são os seis pontos do plano que o Kampuchea defende. A sua realização será de certo fundamental para a paz e a cooperação na região.

tante do povo palestino, assim como o direito a criar um Estado palestino independente.

As duas partes apoiam firmemente a luta dos povos da Ásia, da África e da América Latina contra o imperialismo, o colonialismo, o neocolonialismo, o fascismo, o racismo e o sionismo.

As duas partes apoiam a luta do povo da África do Sul e do povo namibiano contra o racismo e o apartheid e confirmam de novo a sua solidariedade aos povos da América Central e das Caraíbas na sua luta pela libertação a paz, a democracia e a justiça social.

A delegação do PCP exprime os seus sinceros agradecimentos ao PPRK e ao povo kampucheano pelo caloroso e fraternal acolhimento e a hospitalidade manifestadas durante a visita na RPK.

A delegação do PCV convidou igualmente uma delegação do PPRK a visitar Portugal. O convite foi aceite com satisfação e a data será fixada ulteriormente.

Madeira

Encontro Regional de Quadros do PCP

Sessenta camaradas, vindos dos diversos concelhos da Região Autónoma da Madeira, participaram no passado sábado, no Centro de Trabalho do Funchal, no Encontro Regional de Quadros do PCP, ao qual esteve presente o camarada Blanqui Teixeira, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do Partido.

Sob o lema «A Organização, o Trabalho do Partido e as Próximas Eleições Autárquicas», o Encontro teve como objectivos principais fazer um balanço do estado geral da organização do PCP na Região, discutir as medidas concretas para o seu reforço e, ainda, definir as orientações para o trabalho preparatório das próximas eleições autárquicas.

Abriundo o Encontro, o camarada José Neto, membro do Comité Central e responsável da Direcção da Organização da Região Autónoma da Madeira do PCP, referiu-se ao último balanço da organização, sublinhando os avanços e as dificuldades registadas e salientando os objectivos do Partido para o ano em curso.

Após o vivo debate que se seguiu, com grande participação dos camaradas presentes, interveio o camarada Blanqui Teixeira que, entre vários problemas, se referiu à questão dos quadros e da sua formação, ao trabalho ideológico, à militância e ainda ao trabalho dos organismos.

No que se refere às eleições autárquicas, após um breve

balanço do trabalho realizado pelos eleitos da APU na região, foram apontados os principais objectivos e direcções de trabalho, bem como as medidas orgânicas necessárias à preparação das eleições.

O projecto de conclusões, cujo primeiro ponto salienta as medidas a tomar sobre a organização e o trabalho partidário, e cujo segundo ponto incide sobre a preparação das eleições autárquicas, foi aprovado por unanimidade.

O Encontro decidiu ainda indicar a data de 30 de Junho para a realização do VI Encontro Regional da Aliança Povo Unido.

Finalmente, encerrando os trabalhos, o camarada Blanqui Teixeira fez uma exposição sobre a situação política nacional.

Um novo Centro do PCP na vila alentejana de Cuba

No domingo, numa bela manifestação de confiança no futuro e no meio de grande alegria popular um novo Centro de Trabalho do PCP foi inaugurado na vila alentejana de Cuba (distrito de Beja).

A partir de agora os comunistas de uma das mais típicas terras alentejanas dispõem de uma nova casa onde, tanto na concepção do arranjo interior como em cada pormenor decorativo, palpita o seu estilo inconfundível.

E como todos os Centros de Trabalho do PCP é uma casa aberta ao povo trabalhador da Cuba do Alentejo, um povo de acção virado para a solução dos problemas locais.

A criação do novo Centro de Trabalho — uma casa branquinha de uma das ruas centrais da vila — é fruto da determinação dos comunistas da Cuba para rapidamente dotarem a organização concelhia de uma nova sede, depois do encerramento do velho Centro.

Um jovem arquiteto comunista e o trabalho esforçado de muitos camaradas e amigos do PCP mereceram a construção de um novo edifício e o que ali está hoje é uma instalação onde aplece viver e onde se pode trabalhar.

Lá encontramos uma acolhedora sala de convívio, uma ótima sala para reuniões e iniciativas mais amplas, algumas outras salas de trabalho, entre elas uma da JCP, que no dia da inauguração encheu de jovens camaradas de ambos os sexos a sua garriada instalação.

«Temos que fazer com que nesta sala já não caiam os jovens comunistas da JCP da Cuba!» — dizia pleno de confiança um jovem camarada.

As mulheres deram uma contribuição de primeiro plano quer para a construção do Centro quer para a bela festa de inauguração. «Estão aqui nesta casa 200 dias de trabalho das camaradas mulheres» — informava-nos o jovem arquiteto.

O programa da inauguração consistiu de um comício-festa em que discursou o camarada Dias Lourenço, da Comissão Política do Partido, que falou do actual momento político e das propostas políticas do PCP, saídas da última reunião do Comité Central. A animação festiva contou com o Rancho dos Ceifeiros da Cuba e de um jovem talentoso cantor de Beja.

Um participado desfile dirigiu-se depois para a inauguração propriamente dita do Centro. Inaugurou-se assim: «Truz, truz», bateu-se à porta. Esta abriu-se de par em par e povo entrou. E numa bonita mesa da sala maior apareceram petiscos e bolos oferecidos por camaradas e amigos, alguns até de outros partidos, que quiseram colaborar e conviver com os comunistas naquele dia, num «comes-e-bebes» em que também se falou de política...

Falou-se da Reforma Agrária, de novo sob uma ofensiva feroz do Governo do «socialista» Soares, dos seus heróicos defensores que contam cada vez mais com a solidariedade activa das populações do Alentejo, e também dos problemas das autarquias locais APU, lá representadas pelos presidentes das Câmaras Municipais de maioria APU de Beja, de Ourique, de Odemira, do Alvíto e — está claro — da própria Cuba.

Uma bela festa de inauguração do novo Centro de Trabalho e um sentimento comum que nela se respirava: é preciso cada vez mais meter mãos ao trabalho, enfrentar com determinação as dificuldades organizativas, pôr a organização concelhia do PCP à altura das suas responsabilidades.

Póvoa de Varzim

Problemas das pescas

Por iniciativa do PCP realizou-se no passado sábado, na Póvoa de Varzim, com a participação de 150 pescadores, um Encontro Regional dos Trabalhadores das Pescas do Porto no decorrer do qual foram analisadas a situação dos homens do mar, das pescas e as propostas do Partido relativas a este sector.

Os participantes constataram que o Governo PS/PSD veio agravar a todos os níveis as condições de vida e trabalho e a exploração dos pescadores, aumentando a crise geral que se vive e as dificuldades por que passa o pequeno armamento.

O Encontro apelou à luta dos pescadores por uma forte organização sindical, contra a participação crescente nas despesas de exploração, contra os descontos ilegais nas lotas do distrito para o pagamento à Anopa e a barcos dos quais os pescadores nunca serão proprietários.

Por outro lado no entender dos presentes, para além do direito à reforma aos 55 anos, é necessária uma nova política de segurança que ponha termo a este flagelo que apresenta como saldo na zona Norte, nos últimos cinco anos, 81 mortos, mais de 40 embarcações naufragadas e 3380 acidentados a bordo.

Detendo-se sobre a situação dos pequenos armadores o Encontro apelou também à luta contra o aumento dos factores de produção (gasóleo, re-

des, etc.), pelo alargamento do subsídio para o combustível às embarcações de boca aberta, pelo reforço do apoio à pesca local, contra o compadrio e prepotência na política de licenciamentos. «Entre a fome e as redes de feneça os pescadores escolherão esta última hipótese», foi afirmado no Encontro.

Ao intervir no decorrer dos trabalhos o camarada Ângelo Veloso, membro da Comissão Política do CC, confrontou as dificuldades transmitidas pelos presentes com os recentes e escandalosos aumentos dos ministros e deputados.

Denunciando a forma como é distribuída a riqueza no nosso País o dirigente comunista afirmou que «a maior parte vai para os capitalistas, para os grandes intermediários parasitas, para os especuladores e para os seus servidores».

Depois de acentuar que no sector das pescas «miséria para a imensa maioria significa superlucros para os grandes capitalistas e os grandes intermediários da comercialização e distribuição», Ângelo Veloso passou em revista alguns aspectos da situação política tendo afirmado nomeadamente que «é possível deitar o Governo abaixo».

«Já esteve a cair; em Janeiro e Fevereiro já todos esperavam vê-lo demitido. O Presidente da República não aproveitou e fez mal. Devia demitilo — concluiu — e deve demitilo urgentemente.»

Concelhia do Cartaxo

A 2.ª Assembleia da Organização Concelhia do Cartaxo do PCP realiza-se já no próximo dia 14 de Abril.

Esta reunião constituirá um acto de grande significado político no concelho, uma vez que contribuirá para o aprofundamento da democracia interna, para o reforço do Partido e da sua ligação às massas.

A Assembleia foi convocada pela Comissão Concelhia do Cartaxo do PCP.

Organização de Santarém

13 de Abril vai ser dia para a Segunda Assembleia da Organização da Cidade de Santarém do PCP. Até lá, o trabalho preparatório está a ser entusiástico, pelo que a iniciativa se revestirá de êxito.

A 2.ª Assembleia da Organização da Cidade de Santarém realiza-se no restaurante «O Pinhão».

Plenário em Almada

No Centro de Trabalho «Alberto Araújo» realiza-se hoje (quinta-feira) um plenário de militantes da Organização da Freguesia de Almada do PCP.

Os participantes vão eleger o seu delegado à Conferência Nacional «A via de desenvolvimento para vencer a crise».

Ainda em discussão estará o anteprojecto do documento para a 4.ª Assembleia da Organização Concelhia de Almada do PCP, que se realiza nos próximos dias 20 e 21 de Abril.

Debate

Amanhã, sexta-feira, às 21 e 30, realiza-se uma sessão-debate sobre teatro, no centro de trabalho «Alberto Araújo», em Almada.

O Grupo de Teatro de Almada — Grupo de Campolide representará diversos quadros.

Assembleia em Tarouca

Realiza-se já no próximo dia 14 a primeira Assembleia da Organização Concelhia de Tarouca (distrito de Viseu) do PCP.

O trabalho preparatório decorre em bom ritmo e, para além de estar a prever uma elevada participação, a Comissão Concelhia pretende que esta 1.ª Assembleia, que se realiza no salão dos Bombeiros de Tarouca, seja o arranque para um novo desenvolvimento orgânico e que constitua um bom contributo para o reforço do Partido.

A situação em Santarém

A direcção da Organização Regional de Santarém do PCP reuniu-se no passado sábado para debater a situação política e social do distrito e para fazer um balanço da actividade e traçar as principais tarefas que se colocam aos comunistas.

Na sua reunião, a DORSA constatou a existência de mais de 20 mil desempregados no distrito, o avolumar dos despedimentos colectivos e selectivos, o encerramento de dezenas de empresas e a existência de mais de 4 mil trabalhadores do sector industrial com salários em atraso cujo montante ascende a mais de 800 mil contos.

O desemprego em Évora

No passado domingo reuniu-se o plenário da Comissão Distrital de Évora do PCP com o objectivo de analisar a situação política e social do distrito.

Nesta reunião constatou-se que existem mais de 15 mil trabalhadores no desemprego e 2000 com salários em atraso, a quem o patronato deve para cima de duzentos mil contos. Na construção civil, no comércio e na metalurgia ascende já a mais de vinte o número de empresas encerradas.

A Comissão Distrital de Évora do PCP manifestou todo o seu repúdio pela tentativa de destruição da Reforma Agrária e manifestou a sua solidariedade para com os trabalhadores agrícolas alentejanos.

Aniversário do Partido

Ermidas Sado

Os comunistas de Ermidas Sado organizaram um almoço-conívio de comemoração do aniversário do Partido.

Na iniciativa, em que participaram mais de 150 camaradas e amigos, sendo alguns mesmo membros de outros partidos, o optimismo e a confiança no PCP foram as notas dominantes.

O camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP, fez uma intervenção sobre a situação política, no final do convívio.

Riachos

Por iniciativa da organização da Freguesia de Riachos do

PCP reuniram-se num almoço-conívio cerca de 300 pessoas, que assim quiseram festejar mais um aniversário do PCP.

Em Riachos, agora elevada a vila, estiveram presentes numerosos camaradas e amigos do Partido. No final do almoço-conívio intervieram os camaradas Trincão, da Comissão Concelhia de Torres Novas, e Dias Lourenço, membro da Comissão Política do CC do PCP.

A festa acabou com um animado baile no próprio recinto.

Marmeleiro

No passado dia 24, por iniciativa da organização Local de

Marmeleiro (Chamusca) do PCP, realizou-se um almoço-conívio comemorativo do aniversário do Partido.

No almoço, que contou com a presença de mais de trezentas pessoas e que decorreu com grande entusiasmo, usaram da palavra Sérgio Carrinho, presidente da Câmara Municipal da Chamusca, e Eugénio Piscos, membro do Comité Central e da Direcção da Organização Regional de Santarém do PCP.

Estes dois camaradas abordaram os problemas locais e a situação política nacional, designadamente a ofensiva contra a Reforma Agrária e a luta em sua defesa.

Pela noite fora houve um animado baile.

Camaradas falecidos

José Gil Lopes

Com 62 anos, faleceu o camarada José Gil Lopes, reformado da Lisnave e residente na Amadora. O funeral realizou-se para o cemitério da Ajuda.

António Torrão

No passado dia 3 faleceu o camarada António da Silva Torrão. Com 63 anos, o camarada militava no Centro de Trabalho do Tortosendo, Covilhã.

Maria Leonor Raimundo

Faleceu no passado dia 18 a camarada Maria Leonor Gonçalves Raimundo.

A camarada militava na célula da Quinta do Morgado, na organização dos Olivais, em Lisboa.

Mário Pombo

Vítima de atropelamento na Avenida de Ceuta, faleceu no

passado dia 23 o camarada Mário Pombo que militava no núcleo do Casal Ventoso do PCP.

Reformado, com 53 anos, Mário Pombo, morreu na célula da Guérin, onde foi delegado sindical.

Quitéria Pinheira

Com 51 anos, faleceu a camarada Quitéria dos Santos Pinheira. Actualmente membro da Comissão de Fundos da Organização da Freguesia de

São Julião do Tojal, a camarada pertenceu à Comissão de Freguesia do PCP e trabalhava na Kilon, onde foi delegada sindical.

Quitéria dos Santos Pinheira foi membro da comissão de moradores de São Julião do Tojal.

As famílias, amigos e companheiros dos camaradas falecidos, o «Avante!» apresenta as mais sentidas condolências.

Dirigente do PCP esteve na RDA

Nos distritos de Frankfurt-Oder e Karl Marx Stadt realizaram-se conferências nas respectivas escolas distritais do PSUA, em vários concelhos, empresas e com quadros e dirigentes de cooperativa agrícola.

Durante a estadia nestes dois distritos, efectuaram-se

encontros, com troca de informações, com camaradas das comissões distritais, concehlias, bem como com presidentes e vereadores dos vários partidos que integram a Frente Nacional. A nossa camarada visitou ainda empresas, cooperativas e organismos sociais diversos.

Em Berlim realizou uma Conferência na Academia de Ciências Sociais junto do CC e teve um encontro na sede do CC do PSUA.

Esta visita efectuou-se no quadro das relações de amizade, cooperação e solidariedade recíproca existentes entre o PCP e o PSUA.

Poder local

Salvar Sintra e o seu concelho

Registando uma notável diversidade de participações nos trabalhos e constituindo a discussão mais aprofundada jamais feita sobre Sintra, realizou-se no passado domingo, numa escola do Cacém, o Encontro promovido pela APU subordinado ao lema «Salvar Sintra e o Seu Concelho». Presentes nos trabalhos cerca de 350 participantes, tendo o plenário sido encerrado pelo camarada José Casanova, membro da Comissão Política do CC do PCP. De sublinhar que o Encontro, previsto inicialmente para se realizar na Escola Secundária de Santa Maria, em Sintra, teria de se fazer numa escola do Cacém já que o Governador Civil, 48 horas antes do seu início, impôs a proibição de utilização da escola inicialmente cedida e prevista. Tal atitude mereceu o vivo repúdio do Encontro, e apontou para duas coisas: a desproporcionada perseguição política que o acto significou e o medo das forças partidárias que «inspiram» tal enormidade.

Mas foi em vão, esta arbitrariedade do Governador Civil. O Encontro realizou-se na mesma, à hora prevista e com um sucesso retumbante. A atestação estiveram não apenas os 350 participantes, a rica discussão e análise que pontuou todos os trabalhos, como também a diversidade das presenças registadas, com muita gen-

te ligada ou não à APU representando colectividades, comissões de moradores, comissões de trabalhadores, grupos ecologistas, estudantes, professores, técnicos de várias autarquias e eleitos e activistas da APU.

O Encontro funcionou em seis secções (o que, só por si, fala da profundidade com que

se trataram as questões): a 1.ª sobre Autarquias e Desenvolvimento, a 2.ª tratando de Habitação, Urbanismo e Comunicações, a 3.ª sobre Ambiente e Saúde, a 4.ª abordando a Segurança Social e Ensino, a 5.ª o Património Cultural e a 6.ª a Animação Cultural e Desportiva.

De sublinhar a dinâmica registada no decorrer dos plenários, enriquecidos com diversas intervenções livremente admitidas e expressas com total liberdade, enriquecendo os debates. Entretanto foram produzidas também três intervenções centrais — uma explicando os objectivos do Encontro e denunciando as tentativas de coordenação com outros sectores da autarquia para, através de uma conjugação de esforços, satisfazer o melhor possível as principais necessidades da população.

Concluíram ainda os participantes neste Encontro de Gaia que através da persistência dos vereadores da APU foi possível iniciar a sematização da cidade, construir e ter em vias de conclusão 8 novos jardins e 13 parques infantis, plantar dezenas de milhares de árvores e arbustos na orla marítima, escolas e freguesias em geral, e realizar campanhas de sensibilização da população, nomeadamente das crianças, dos jovens e dos próprios serviços municipais para a defesa do ambiente, dos espaços verdes e do combate à poluição.

As freguesias de Valadares, cal, Urbanismo, Habitação, Rede Hidrográfica e Cheias, Saneamento Básico, Equilíbrio Ecológico, Património Edificado e Natural, Equipamento Cultural e Animação Desportiva, Equipamento Social e Segurança Social, Saúde, Equipamento Escolar e Ensino, Rede Viária, Trânsito e Transportes, Situação Social e Económica do Concelho, Desenvolvimento Concelho, foram aprofundadamente discutidos nas diversas secções, constituindo um trabalho impar de levantamento e análise dos problemas, potencialidades e soluções para o Concelho de Sintra.

A realização deste Encontro traduziu igualmente as evidentes perspectivas de vitória eleitoral da APU no Município (de que está a escassez 1200 votos), dado o excelente trabalho realizado ao longo destes anos

pelos eleitos da APU em defesa dos interesses do Concelho e das populações.

Como seria sublinhado no Encontro, essa vitória eleitoral da APU «é possível e necessária», para pôr finalmente o município ao serviço das populações e do Concelho e cortar com as gestões corruptas e incompetentes da ex-AD com o entusiasmo apoio dos eleitos do PS.

Entretanto toda a documentação apresentada e produzida no Encontro vai ser tratada de molde a permitir a elaboração de um documento-base que será discutido com as populações e irá servir como programa de candidatura da APU no Concelho, depois da aprovação num grande plenário a realizar em Setembro ou Outubro próximos; será, como se disse também, «um programa de candidatura intimamente ligada à vontade colectiva das populações e traduzirá uma efectiva vontade de mudança».

Encontro de municípios em Gaia

Por iniciativa da APU realizou-se no passado domingo um Encontro de municípios de Gaia que analisou os problemas do concelho, as tarefas que se colocam aos democratas, as perspectivas que hoje se abrem ao trabalho preparatório das próximas eleições autárquicas.

O Encontro tomou claro que a gestão autárquica do PS com o apoio do PSD não resolveu os graves problemas do município e, pela sua passividade, incompetência, ineficácia e compadrio na defesa de certos interesses especulativos, deixou que se agravassem a maioria das dificuldades da população.

O Encontro demonstrou ainda que a participação dos eleitos da APU nos diferentes órgãos autárquicos foi fundamental na luta contra a passividade, a descurodenação da gestão e o compadrio, pela defesa de propostas concretas e pela resolução das obras fundamentais no campo do saneamento

básico, da rede viária, transportes e trânsito, da habitação e equipamento social e do abastecimento público, da higiene e limpeza, do meio ambiente, do desporto e cultura, do turismo e das acções a realizar visando a dinamização e o apoio às colectividades e associações, aos jovens, à infância e à terceira idade, à ocupação dos tempos livres.

Os pelouros da APU na Câmara (Ambiente e Jardins, Trânsito e Transportes) são exemplos vivos do que poderia e deveria ser a gestão municipal na elaboração atempada dos planos e orçamentos, na sua discussão com as juntas de freguesia, na ligação às po-

pulações, no levantamento das principais carências e dificuldades, na definição das prioridades, na participação e tentativa de coordenação com outros sectores da autarquia para, através de uma conjugação de esforços, satisfazer o melhor possível as principais necessidades da população.

Concluíram ainda os participantes neste Encontro de Gaia que através da persistência dos vereadores da APU foi possível iniciar a sematização da cidade, construir e ter em vias de conclusão 8 novos jardins e 13 parques infantis, plantar dezenas de milhares de árvores e arbustos na orla marítima, escolas e freguesias em geral, e realizar campanhas de sensibilização da população, nomeadamente das crianças, dos jovens e dos próprios serviços municipais para a defesa do ambiente, dos espaços verdes e do combate à poluição.

Apresentando as conclusões finais e a última, da responsabilidade do camarada José Casanova, encerrando os trabalhos.

Questões como Poder Local, Avintes e Seixezelo em que a APU participa no executivo são exemplos da ligação à população na discussão dos problemas, na definição de prioridades e no trabalho voluntário demonstrando assim que mesmo com escassos recursos financeiros é possível resolver alguns dos principais problemas.

Na Assembleia Municipal e nas Assembleias de Freguesia a participação dos eleitos da APU como porta-vozes das propostas, anseios e preocupações da população tem-se revelado fundamental para assegurar o funcionamento dos órgãos autárquicos e a participação possível dos municípios.

O debate realizado no Encontro de Municípios permitiu definir um conjunto de propostas constantes de um documento de conclusões que podem ser a base de um programa de acção dos eleitos da APU e da população de Gaia.

Amadora

Majoria absoluta objectivo da APU

Sob o lema «Por uma maioria absoluta APU em Amadora» realizou-se no passado sábado, nesta cidade, um Encontro concelhho da Aliança Povo Unido que mobilizou qualquer coisa como 400 participantes, onde se discutiu em profundidade os problemas vividos no Concelho da Amadora, se analisou o trabalho desenvolvido pela APU nesta importante autarquia, se perspectivou a actividade futura e se estabeleceram os objectivos para as próximas eleições gerais autárquicas, nomeadamente o da necessidade de ali se conquistar a maioria absoluta na Câmara para ultrapassar definitivamente o boicote sistemático das outras forças políticas ao trabalho empenhado da Aliança Povo Unido.

Foram produzidas diversas intervenções, nomeadamente de membros (da Câmara Municipal e das Freguesias do Concelho sobre a planificação das acções e realizações destes órgãos, sobre os objectivos eleitorais e a ligação às populações e o papel das Comissões de Moradores. Os trabalhos foram encerrados pelo camarada José Casanova, membro da Comissão Política do CC do PCP, numa intervenção ouvida atentamente por uma sala repleta.

As conclusões do Encontro subordinaram-se a seis grandes temas: 1) Legislação anti-autárquica; 2) Verbas, Serviços Públicos, Inundações; 3) Os eleitos PS/PSD/CDS: cumplicidade com o Governo, conluio com urbanizadores, prejuízos para a população; 4) A actividade da Câmara e das Freguesias; 5) Plano integrado de acção até Dezembro de 1985; 6) Objectivos eleitorais.

Em relação à legislação anti-autárquica denunciou-se veementemente «a política ruinosa levada a cabo pelos últimos governos e agravada pelo Governo PS/PSD», que «intensificou a já violenta ofensiva contra o Poder Local de Abril, que tem constituído uma extraordinária escola democrática de organização e participação popular», com a por demais conhecida paróquia de atentados às autarquias; leis visando o aumento da tutela administrativa, interferências do Governo na vida destas, «legalização» dos esbultos praticados, sobrecarga de responsabilidades sem contrapartidas, etc.

Na rubrica Verbas, Serviços Públicos, Inundações, o

Encontro concluiu que «a administração central e o Governo atropelam e desprezam os interesses de uma população de 200 000 habitantes do município», forçando-o, nomeadamente, a investimentos na ordem dos 800 000 contos em áreas da competência governamental, obrigando-o a depositar à ordem do tribunal 25 000 contos para futuras expropriações cujos processos estão pendentes, atribuindo à Câmara de Sintra, através do ministério das Finanças, impostos no valor de 100 000 contos que pertencem à Amadora, reduzindo verbas para a Amadora, etc.

No ponto 3) denunciou-se não apenas os conhecidos entraves e boicotes ao funcionamento da Câmara por parte dos eleitos PS/PSD/CDS, como casos de compadrio por parte de representantes destas forças aos construtores, especuladores, etc.

A actividade da Câmara e das Freguesias é abundantemente explicitada no documento, como não podia deixar de ser, face ao vasto trabalho realizado. Em relação à Câmara

foram referidas as acções desenvolvidas nos campos da actividade cultural e desportiva, do levantamento da situação social, do apetrechamento da Câmara nomeadamente com novas máquinas e viaturas, a abertura de novas escolas, novos mercados e habitação social, bem como a recuperação de bairros clandestinos.

Segue-se o Plano Integrado de Acção até Dezembro de 1985, onde avultam as actividades que a Câmara pretende desencadear ainda em 1985, nomeadamente obras de prevenção contra inundações, investimento na habitação social, conclusão e gestão do aterro sanitário de Careque, criação do museu municipal Roque Gameiro, do Centro Cultural da Quinta do Tivoli, dos viveiros municipais e de um circuito de manutenção e ainda comemorações sobre o 25 de Abril, 11 de Setembro, Ano Internacional da Juventude e cinquentenário da morte de Roque Gameiro.

Quanto aos Objectivos Eleitorais, «analisadas todas as circunstâncias e estudos eleitorais apresentados ao Encontro, concluiu-se que a Amadora precisa de se defender contra a sabotagem, boicotes e entraves dos eleitos PS/PSD/CDS que tão boas provas têm dado de estarem contra os interesses do município», pelo que o Encontro apontou os seguintes objectivos eleitorais para a APU: 1 — Manter maioria absoluta na Branda; 2 — Alcançar a maioria absoluta na Câmara e Assembleia Municipal e nas Freguesias da Burca e Falagueira-Venda Nova; 3 — Reforçar as maiorias já obtidas na Mina, Venteira, Reboleira e Damia; 4 — Melhorar a posição em Alfragide.

O Encontro exortou ainda ao prosseguimento e estreitamento da colaboração com as populações.

PSD propõe na Assembleia

Projecto totalitário para as autarquias

A propósito da apresentação, pelo PSD, na Assembleia da República, do projecto de lei que pretende fazer depender a afixação de publicidade e propagação de autorização das câmaras municipais, a SIP do PCP acusa esta iniciativa de mostrar um «completo desprezo pela Constituição e pela legalidade, criando um regime de "licenciamento prévio" da propagação política e esvaziando de conteúdo liberdades constitucionalmente consagradas».

Com efeito, a noção de propagação contida no projecto do PSD incluiu a propagação dos partidos e das organizações sindicais. E acaba por fazer depender a própria decisão das câmaras do parecer favorável de vários organismos da administração central dependentes do Governo. Como se não bastasse, o projecto prevê também a aplicação de pesadas penas pecuniárias às pessoas e organizações que não vierem a respeitar estas proibições arbitrárias. O valor destas penas poderia atingir 25 vezes o salário mínimo, denuncia a nota da SIP do PCP. E continua:

«A inconstitucionalidade do

projecto de lei do PPD/PSD é uma confissão implícita da ilegalidade das posturas, regulamentos e actos administrativos das autarquias de maioria PS, PPD/PSD e CDS que procuram introduzir e impor limitações deste tipo. Este foi o caso, entre outros, da Câmara de Vila do Conde, de maioria PS, cuja postura limitativa da liberdade de propagação foi declarada inconstitucional».

Acusando o projecto PSD de contrariar abertamente a Constituição e do inserir-se numa vasta ofensiva de carácter fascizante visando a limitação das liberdades, a nota da SIP compara esta iniciativa com outras expressões da política governamental — a proposta de lei dita de Segurança Interna, a criação de Serviços de Informação, a lei da Ficha dos cidadãos, a prisão de sindicalistas e trabalhadores, e espancamento e a repressão das suas lutas, a manipulação da comunicação social.

«O projecto de lei PPD/PSD — cuja impugnação por inconstitucionalidade o PCP requerer — é uma nova demonstração dos perigos que corre o regime democrático, no

caso de não ser demitido o Governo PS/PSD», sublinha a SIP.

«O Governo PS/PSD quer transformar as autarquias — incluindo as que sempre respeitaram escrupulosamente o exercício das liberdades na sua área de jurisdição — em instrumentos de limitação das liberdades conquistadas com o 25 de Abril».

«Os comunistas que no quadro da APU participam nos órgãos autárquicos, continuarão a empenhar-se, com redobrada razão, para combater todas as tentativas para transformar o Poder Local num instrumento do Estado totalitário que o Governo PS/PSD quer construir».

«Estão aqui simultaneamente» — declarou — «a base fundamental para a elaboração dos programas eleitorais da APU e os objectivos de luta das populações do concelho».

Afirmando que se mantém todas as condições para a demissão do Governo — «que há muito devia ter sido demitido»

Perspectiva de vitória

Estão lançadas as bases para o alargamento das listas da APU a todos os democratas. É possível eleger mais um vereador, aumentar a percentagem de eleitos na Assembleia Municipal e nas assembleias de freguesia, obter a maioria na freguesia de Avintes e trabalhar na perspectiva de alcançar uma vitória em Oliveira do Douro, Alfurada e Valadares.

No encontro esteve presente o camarada Ângelo Veloso, membro da comissão política do Comité Central do PCP, que, na sua intervenção, sublinhou a importância e o valor do trabalho realizado e das conclusões do Encontro, que podem ser a base de um amplo debate entre as populações e entre os democratas de Gaia e a base programática das futuras listas da APU. «Estão aqui simultaneamente» — declarou — «a base fundamental para a elaboração dos programas eleitorais da APU e os objectivos de luta das populações do concelho».

Afirmando que se mantém todas as condições para a demissão do Governo — «que há muito devia ter sido demitido»

Portalegre Encontro Distrital define metas da APU

Com a presença de 200 eleitos e activistas do distrito, realizou-se no passado fim-de-semana um Encontro Distrital da APU de Portalegre, nesta cidade, tendo encerrado os trabalhos o camarada Dinis Miranda, membro da Comissão Política do CC do PCP.

O Encontro — que produziu vasta documentação fruto de aturadas análises da realidade autárquica, social e política do distrito — debruçou-se, com natural detalhe, sobre o desenvolvimento da actividade da Aliança Povo Unido em todo o distrito, tendo em vista a preparação da APU para as próximas eleições gerais autárquicas.

Nos balanços feitos concluiu-se pelo saldo largamente positivo da actividade autárquica da APU no distrito, inclusivé nos dois novos concelhos conquistados em 1982 — Elvas e Nisa — mau grado as conhecidas dificuldades que ali se têm enfrentado, desde a escassez

de verbas provocadas pelos cortes orçamentais do Governo, à obstrução sistemática das outras forças políticas presentes nestas autarquias.

Foram também definidos os objectivos gerais da APU para o distrito nas próximas eleições gerais autárquicas, que se resumem à decisão de concorrer a todos os órgãos, reforçar as posições da Aliança Povo Unido, manter as actuais presidências e ganhar novas, assim como conquistar mandatos e reforçar a votação na APU no distrito. Para tal, viu-se mais uma vez (e acentuou-se) a necessidade de prosseguir e aprofundar o esforço de unidade.

Foi anunciado que a formação das listas para as próximas eleições já está em marcha, bem como o levantamento de dados necessários à elaboração dos programas eleitorais. Neste ponto foi vista a necessidade de se dar particular relevo ao trabalho realizado pela APU nas autarquias, desenvolvendo a informação a respeito através da intensificação de encontros e plenários com as populações um pouco ao jeito de «a APU presta contas».

Deste modo foi, naturalmente, considerado urgente o reforço de toda a actividade da Aliança Povo Unido no distrito e necessário o mais rápido avanço na formação de comissões eleitorais a nível de Concelhos e Freguesias, assim como da constituição de apoios às candidaturas.

Apreciou-se também a actividade dos eleitos de outras for-

ças políticas do distrito — nomeadamente dos partidos da coligação governamental, e em particular do PS — concluindo-se que as suas actividades autárquicas mais não têm sido que «extensões» da actividade do Poder Central, o que deu particular relevo à actuação da APU em tal quadro, na sua luta constante pelo funcionamento dos órgãos e a sua dignificação.

Mereceu veemente denúncia no Encontro a política anti-autárquica deste Governo, com abundante exemplificação das consequências catastróficas daí advindas, quer para as autarquias quer para os interesses das populações.

O Encontro aprovou, finalmente, uma moção de solidariedade para com os trabalhadores da Reforma Agrária, que estão em luta no distrito de Portalegre.

Ganhar novas autarquias no Algarve

Pelo trabalho realizado nas autarquias, pelo conhecimento profundo que tem dos problemas, pela isenção, honestidade e competência colocadas na sua actividade, pela sua inteira dedicação aos interesses da população, a APU não só irá manter e reforçar as acuais maiorias como se apresentará como alternativa crível e necessária na maioria dos órgãos autárquicos do Algarve. Esta uma das conclusões do Plenário Distrital da APU no Algarve, realizado em Faro no passado domingo, que analisou a situação do Poder Local na região, discutiu as próximas eleições autárquicas e a sua preparação e aprovou sobre a matéria as grandes linhas e orientações de trabalho.

Abordando em primeiro lugar as grandes questões nacionais, o Plenário denunciou a política de desastre do actual Governo do PS/PSD, acusando-o de favorecer descaradamente o grande capital, os agrários e os parasitas em ligação estreita com o imperialismo, enquanto conduz o povo à miséria e o País à ruína, colocando em perigo a própria independência nacional. Os participantes nesta iniciativa da Aliança Povo Unido concluíram, pois, pela necessidade da urgente e imediata demissão do Governo e pela dissolução da Assembleia da República.

O Plenário analisou, por outro lado, a ofensiva contra o Poder Local democrático que pretende a sua submissão e dependência ao Governo, a sua descaracterização, retrairdo-lhe meios e funções, impondo-lhe encargos visando a liquidação desta conquista de

que pague a obediência. A má gestão, a falta de resposta aos problemas locais, as irregularidades, o partidarismo e o demissionismo, a falta de transparência na gestão, foram traços relevantes na apreciação do trabalho daquelas autarquias.

E muitos exemplos foram dados.

A Câmara de Silves tem às costas uma sindicância aos serviços de obras por situações irregulares, ilegais e bastante graves, que levaram mesmo à suspensão do presidente PS.

Em Faro, a par de aumentos de taxas e tarifas e da criação da famigerada taxa do lixo, assiste-se a procedimentos ditatoriais do presidente, como é o caso da destituição do vereador da APU, Eurico Antunes, dos pelouros que detinha e do seu trabalho de vereador a tempo inteiro.

No caso de Olhão, a Câmara pauta a sua actuação pela ineficácia, e as suas actividades são meramente eleitorais, não encontrando respostas adequadas para os problemas do concelho.

que pague a obediência. A má gestão, a falta de resposta aos problemas locais, as irregularidades, o partidarismo e o demissionismo, a falta de transparência na gestão, foram traços relevantes na apreciação do trabalho daquelas autarquias.

E muitos exemplos foram dados.

A Câmara de Silves tem às costas uma sindicância aos serviços de obras por situações irregulares, ilegais e bastante graves, que levaram mesmo à suspensão do presidente PS.

Em Faro, a par de aumentos de taxas e tarifas e da criação da famigerada taxa do lixo, assiste-se a procedimentos ditatoriais do presidente, como é o caso da destituição do vereador da APU, Eurico Antunes, dos pelouros que detinha e do seu trabalho de vereador a tempo inteiro.

No caso de Olhão, a Câmara pauta a sua actuação pela ineficácia, e as suas actividades são meramente eleitorais, não encontrando respostas adequadas para os problemas do concelho.

Mas há mais: o Plenário denunciou que, em Aljezur, a democracia e o respeito pelas leis ainda não chegaram ao conhecimento do presidente do município; que em Portimão se continua a obra de destruição

do concelho, nomeadamente a degradação urbanística, comprometendo o seu futuro; que em Lagos se centraliza toda a decisão e todos os pelouros nos vereadores do PS e se manipulam a documentação e as informações, desprezando-se a legalidade democrática; que em Loulé a demagogia se associa ao compadrio e às graves ilegalidades na adjudicação de obras.

São os maus exemplos de um feio panorama. E o Plenário da APU salienta ainda que as maiorias conquistadas pelo PS em 1982, designadamente em Portimão, Lagos, Lagoa, Tavira e Aljezur, permitiram e acentuaram todos os factores negativos de uma gestão anti-democrática, de favoritismo político e de compadrio.

Em muitas freguesias de maioria PS e PSD — sublinha por outro lado o documento — os órgãos autárquicos não funcionam, alguns só reuniram no início de 1983, outros não realizaram as reuniões obrigatórias, não existem actas. E os eleitos do PS e do PSD, salvo algumas excepções, primam pelo demissionismo ou pelos projectos pessoais.

Os bons exemplos

O reverso da medalha também foi analisado. E a análise

da gestão e do trabalho nas duas câmaras e nas oito freguesias de maioria APU na região, durante o actual mandato, confirma a eficácia, a competência, a dedicação e a honestidade da Aliança Povo Unido nas autarquias.

Nos concelhos de Vila Real de Santo António e de Vila do Bispo — de maioria APU — estão a dar-se transformações importantes para a melhoria das condições de vida das populações e o progresso e desenvolvimento desses concelhos — concluiu o Plenário. Estão a ser equacionados os problemas fundamentais das populações, como o saneamento básico, a viação rural, os arruamentos e a habitação, e desenvolvem-se já importantes actividades na área do desporto e da cultura.

Na linha de cumprir o que promete, salientou-se, a APU tem assegurado o cumprimento dos seus programas eleitorais apresentados em 1982. Igualmente, quando em minoria, a APU realiza um valioso trabalho em benefício das populações, que só não é maior pelas obstruções e boicotes colocados ao exercício do seu mandato pelas forças maioritárias.

Analisando, como acima foi sublinhado, as questões relativas às próximas eleições au-

Congresso sobre o Alentejo

O Congresso sobre o Alentejo, que se encontra em preparação e projecta várias iniciativas descentralizadas onde se debaterão temas importantes ligados à realidade e à vida e actividades da região, teve em Aljustrel, na passada quinta-feira, duas reuniões preparatórias.

Reunião inicial do Secretariado Executivo do Congresso, foram tratadas questões de organização e preparadas propostas sobre orçamento, temática e calendarização, a serem submetidas à próxima reunião da comissão promotora, que terá lugar no distrito de Portalegre, em 13 de Abril próximo.

Seguidamente realizou-se na sala de sessões dos Paços do Concelho um colóquio sobre o Congresso, no qual participaram vários técnicos e representantes de trinta entidades, autarquias, empresas, sindicatos,

instituições de crédito, serviços públicos e UCPs da Reforma Agrária, que debateram a iniciativa e os problemas do concelho e da região. Com particular destaque para os empreendimentos mineiros, sua articulação com o complexo de Sines, implicações para a agricultura da eventual integração na CEE, problemas do ensino e da formação profissional, saúde, e regionalização.

Os participantes concluíram pelo reconhecimento das potencialidades e riquezas da região alentejana, tendo sido destacado em particular que as jazidas de minério alentejanas são actualmente as mais ricas da Europa.

Outras iniciativas semelhantes, preparatórias do Congresso sobre o Alentejo, terão proximamente lugar nos distritos de Lisboa, Portalegre e Setúbal.

Trabalhadores

Para endurecer acções de massas Reúne-se amanhã em Lisboa o Plenário Nacional de Sindicatos • Hoje: Jornada na Química

Confirmada por uma nota da CGTP-IN datada de anteontem, decorre hoje, quinta-feira, uma jornada nacional de luta do sector químico, com paralizações que irão até 24 horas (ver Suplemento) e outras acções diversificadas que poderão abranger mais alguns sectores duramente afectados pela política de destruição do sector empresarial do Estado. Amanhã, sexta-feira, 29, reunem-se durante todo o dia, no Teatro Aberto, à Praça de Espanha, em Lisboa, o Plenário Nacional da CGTP-IN, que «aprovava orientações e frentes de luta do movimento sindical, no sentido de intensificar as acções de massas em torno dos interesses imediatos dos trabalhadores e pela demissão urgente do Governo PS/PSD».

Na passada terça-feira, ao anunciar «várias concentrações, greves, acções do

sector público e da juventude» para a semana em curso, a Central sindical referia à concentração de trabalhadores e famílias da CTM e CNN — empresas da marinha mercante nacionalizada recentemente encerradas pelo Governo — em frente à residência oficial do chefe do Governo; e da Torrilita no mesmo local, de tarde.

Na sede da CGTP-IN reuniram-se, entretanto, a Comissão Coordenadora das ORT's do sector empresarial do Estado, que abrange, como se sabe, as empresas públicas, nacionalizadas e participadas (mistas) sob tutela dos diferentes ministérios e do Instituto de Participações do Estado — IPE.

Hoje, quinta-feira, além da jornada no sector químico, haverá, segundo a Inter, «diversas acções em todo o País as-

sinalando o Dia Mundial da Juventude». Para as 18 horas de hoje está anunciada uma concentração de jovens em frente à Assembleia da República.

«Uma greve dos trabalhadores do Hotel Sheraton» decorre, também hoje, em Lisboa — anunciava anteontem a Central.

CGTP-IN apela à intensificação da luta de massas

Reunida para fazer o balanço da Jornada Nacional do dia 16, a comissão executiva da CGTP-IN e o seu Conselho Nacional reuniram em 22 e 23 do corrente apelam à «intensificação da luta de massas nas empresas, nos sectores e regiões, pela resolução dos problemas imediatos dos trabalha-

dores e por uma nova política e um novo Governo; e para que se preparem desde já grandiosas jornadas comemorativas do 25 de Abril e do 1.º de Maio, de forma a constituírem uma nova e poderosa afirmação de que os trabalhadores, os democratas e patriotas querem outra política e outro Governo».

A direcção da Central considera «um ponto alto da luta» as manifestações do dia 16, que trouxeram à rua «centenas de milhares de pessoas», e reafirma que, perante a situação política, social e económica, é indispensável prosseguir com «novas acções de massas que aprofundem as manifestações de revolta e de oposição popular a esta política e a este Governo», tal como inequivocamente foi evidenciado na Jornada Nacional de luta de 16 do corrente.

Terra



Agricultores reunidos há dias em Chaves

Produção de batata No intermediário é que está o ganho

Descontentes estão os agricultores em Chaves (e quem não está descontente face à política deste Governo?) que vêem a sua produção de batata deste ano ainda por escoar. E como se isso não fora suficiente o preço ao produtor começa a baixar assustadoramente, não dando sequer para cobrir as despesas de custo.

Numa reunião realizada no passado dia 20, em Chaves, no Salão dos Bombeiros Voluntários, cerca de duas centenas e meia de agricultores reivindicaram o escoamento da batata ao preço de 30\$00/quilo, tendo sido constituída uma comissão para se avistar com o Governador Civil e o Ministro da Agricultura.

tações de batata de semente autorizadas e que excedem largamente as necessidades. Teriam sido já importadas cerca de 80 000 toneladas de batata de semente e as autorizações de importação totalizam as 120 000 toneladas. As necessidades estão avaliadas em 50 mil toneladas.

O pior é que muita desta batata é introduzida no mercado como batata de consumo. Adquirida a baixo preço está a fazer engrossar os bolsos dos que não trabalham. Por outro lado, surge ainda o problema do contrabando de Espanha. Segundo o Presidente da Câmara de Boticas cerca de 30 000 toneladas deste produto teria entrado no nosso País.

Os agricultores estão descontentes e até com eles próprios. Durante o encontro não foi nem um nem dois que disseram para quem os quisesse ouvir:

Se nós fôssemos unidos

não havia destes problemas, mas o povo é como o mosquito, sente frio e mete-se em casa».

Quase todos os produtores têm batata nos seus armazéns ou ensilada debaixo de terra, variando entre a tonelada e a meia tonelada. A produção está cada vez mais cara. Com o preço da batata de semente, dos adubos e da mão-de-obra, cada quilo de batata fica entre os 18-20 escudos.

Nos mercados da zona de Chaves os intermediários já só ofereciam na semana em que ali estivessem, 15-16 escudos e tudo indica que vão degradar mais a oferta, ou então o Governo não vinha com esta proposta de a comprar a 12\$00 o quilo. Em contrapartida, no mercado de Vila Real este produto base da alimentação portuguesa era vendido a preços que rondavam os 36\$00. Assim nem é preciso jogar no Tólotolo.

Lutas e tarefas

● **«Projecto Barreto» contra organismos e empresas públicas do comércio** — Do chamado «pacote agrícola» apresentado na reunião do Conselho de Ministros em Sintra pelo ministro da Agricultura, Álvaro Barreto, a Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços (FPSCES) com sede em Lisboa destaca «um projecto de decreto-lei, que aponta para a extinção imediata de todos os organismos de coordenação económica — Junta Nacional das Frutas, Instituto do Azeite e Produtos Oleaginosos, Junta Nacional dos Produtos Pecuários e Junta Nacional do Vinho — bem como das funções essenciais hoje desempenhadas pela EPAC (ver Suplemento) — no mercado de cereais». A FPSCES assinala ainda, protestando, que o «conjunto de órgãos a criar em substituição, segundo o mesmo projecto de decreto-lei, visam institucionalizar e organizar a entrega ao grande capital privado das competências e controlo dos mecanismos para a intervenção e regularização dos mercados agro-alimentares, até agora assegurados por aqueles organismos e empresas públicas». O «projecto Barreto» interessa principalmente segundo a Federação, às «organizações dos grandes agrários» (CPA, nomeadamente) e aos moageiros a elas ligados. Se o conjunto de medidas propostas por Álvaro Barreto for aprovado vai assistir-se «a um autêntico banquete dos grandes tubarões da produção e distribuição do sector agro-alimentar, que repartirão entre si dezenas de milhões de contos do património público daqueles organismos e empresa — pública, a EPAC — bem como um mercado colossal de centenas de milhões de contos que ficará totalmente à mercê dos grandes especuladores, em prejuízo da economia do País, dos consumidores e, em particular, de milhares de trabalhadores que seriam inevitavelmente lançados no desemprego ou reformados compulsivamente».

● **Greve na Sociedade de Reparação de Navios** — Depois da greve terminada na quinta-feira da semana passada e que se prolongou por três dias, com uma adesão entre os 85 e os 87 por cento, as organizações representativas dos trabalhadores (ORT's) da SRN, com estaleiros em Cacicães, reuniram-se anteontem em plenário e decidiram, entre outras formas de luta pelos salários em atraso e pelo direito ao trabalho, efectuar nova greve entre as 8 e as 11 horas de ontem, quarta-feira, durante a qual, segundo decidiram no plenário, haverá uma distribuição de tarjetas a todos os trabalhadores nos barcos daquela zona de acesso a Lisboa. Actualmente com 313 trabalhadores e com a produção praticamente bloqueada, a SRN tinha 630 trabalhadores em princípios de 1976. As paralizações da semana passada foram de duas horas e meia por dia, acompanhadas por diligências junto dos responsáveis pela empresa e da Secretaria de Estado das Pescas. A SRN pertence ao sector empresarial do Estado e a um dos ramos de actividade mais afectados pelos salários em atraso.

● **Diversos hospitais em situação de ruptura** — Ao condenar a ameaça ministerial de processo disciplinar contra um médi-

co do Hospital de Abrantes, a CGTP-IN, através do seu departamento de informação, sublinha que «diversos hospitais estão em situação de ruptura, a breve prazo; as populações estão desprovidas de cuidados elementares de saúde; e a única medida que o Governo anuncia é... o aumento do preço dos medicamentos». O médico de Abrantes, referido na nota da CGTP, fora ameaçado pelo ministro Gonetinha com um processo disciplinar por aquele clínico se ter pronunciado publicamente contra a falta de um anestesista no Hospital de Abrantes. Em vez de mandar preencher a vaga, o ministro da Saúde fez distribuir uma «circular normativa» que, segundo a CGTP, se permite declarações públicas mediante autorização do Ministério. A Inter acusa o ministro Gonetinha de «prepotência, autoritarismo e abuso institucional do cargo. Acrescenta a Central que, enquanto este procedimento ministerial decorre, «há vagas no quadro por preencher; nos diversos hospitais distritais não há especialistas, ou destacam-se médicos em regime compulsivo; há mais de um ano que o Governo promete... mas não abre concurso; o Hospital de Vila Franca de Xira contrata obstetras como tarefeiros, mantendo vagas no quadro», e não tem médico obstetra durante a manhã e até meio da tarde, obrigando a deslocar para Lisboa mulheres em trabalhos de parto».

● **Agravamento das desigualdades sociais** — «Um dos sinais de clara distorção nos mecanismos da economia nacional» é, segundo a CGTP, «o facto de entre 1975 e 1984 as remunerações — incluindo as contribuições patronais para a Previdência — aumentarem 502 por cento, enquanto que os juros de depósitos a prazo subiram (no mesmo período) 4420 por cento». Esse facto, apontado num trabalho de gabinete de estudos da Central, em paralelo com a «percentagem dos rendimentos de empresa e de propriedade dos particulares», nos mesmos nove anos, «está a provocar a degradação financeira da banca nacionalizada, que já paga mais juros do que recebe». Quem deposita hoje 1200 contos a prazo recebe, por ano, mais do que o salário mínimo nacional — assinala a Inter, que denuncia a propósito, além do agravamento das desigualdades sociais, as «distorções na nossa economia provocadas por esta política e por este Governo», na vigência do qual «a segunda principal fonte de rendimentos no nosso país passou a ser a dos juros de depósitos» a prazos correntes.

● **Função Pública: anulados despedimentos de dirigente e delegada sindical** — O Tribunal do Trabalho de Lisboa anulou recentemente os despedimentos de duas responsáveis sindicais que trabalhavam na Associação Pró-Infância da Mouraria, SCRL — uma «instituição particular de solidariedade social» (IPSS) dependente da Secretaria de Estado da Segurança Social. O Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores afirma que se trata de «uma vitória da justiça», já que as trabalhadoras despedidas tinham sido vítimas de «processos ilegais e abusivos, o que levou o juiz a considerá-los nulos e de nenhum efeito».

Segundo foi afirmado existem ainda nas cooperativas da região cerca de 20 000 toneladas de batata armazenada. Só na Cooperativa Norte-Transmontana de Batata de Semente — núcleo da Boleideira — estão retidos 80 vagões, correspondendo a 800 000 quilos.

Na referida reunião os protestos subiram de tom quando surgiu a informação que o Governo por intermédio da Junta Nacional das Frutas, só garan-

te o escoamento se a batata descer a um preço inferior aos 12\$00 por quilo, preço que se propõe pagar.

«É melhor deixá-la ao rio! Quem perde dez, perde vinte. Por que é que não baixam o preço do adubo e da semente», — ouviu-se pela sala.

E um dos participantes acrescentou: «Preferem dar o dinheiro à Espanha do que dá-lo aos portugueses». Com isto, queria referir-se às impor-

Resistência e unidade defendem Reforma Agrária

Na última semana, tão forte como o movimento de solidariedade que num ápice se gerou entre os trabalhadores e as populações do Sul, só mesmo a onda de indignação e de repúdio que, a par, se ergueu para protestar contra a ofensiva feroz e ilegal desencadeada pelo Governo PS/PSD para esbulhar mais terras à Reforma Agrária.

● **Boicotado** — Sobre a legalização dos Trabalhadores Fabrís das Forças Armadas e a posição assumida pela OIT, que no início referimos, o deputado comunista João Amaral focou idênticas posições condenatórias assumidas por três altas instâncias nacionais: a Procuradoria-Geral da República, o Tribunal Constitucional e o Provedor de Justiça.

● **Legalizar o despejo** — Defendendo o recurso interposto pelo PCP da admissibilidade da Proposta de Lei 101/III, a deputada comunista Odete Santos começou por alertar para o facto de o Governo ter cedido às pressões dos grandes proprietários e apressa-se a acabar com o princípio da renovação obrigatória do contrato de arrendamento.

Salientando o património histórico da renovação automática do contrato, Odete Santos diria: «Já em 1918, através da Lei n.º 828, promulgada por Bernardino Machado a Primeira República, atendendo na crise social viria a proibir os senhorios de intentarem acções de despejo com o fundamento de que não lhes convinha a continuação do arrendamento. Mas hoje, apesar de terem sido retiradas às UCP's/Cooperativas as melhores terras, além de gados e máquinas, podemos verificar a enorme diferença existente em relação ao tempo dos agrários.

Na última semana, tão forte como o movimento de solidariedade que num ápice se gerou entre os trabalhadores e as populações do Sul, só mesmo a onda de indignação e de repúdio que, a par, se ergueu para protestar contra a ofensiva feroz e ilegal desencadeada pelo Governo PS/PSD para esbulhar mais terras à Reforma Agrária.

A força da solidariedade

Não tem sido fácil, todavia, esta tarefa. Ao tentar levar por diante os seus intentos o MAP do Barreto II tem encontrado pela frente, em todas as UCP's/Cooperativas, ao contrário do que provavelmente esperaria, a resistência decidida e organizada de milhares de trabalhadores que paralisam, concentram-se nas unidades

atacadas por forma a impedir a ilegalidade e, depois, em muitos casos, marcham para as vilas e cidades onde interrompem temporariamente o trânsito, distribuem documentos e promovem outras acções de informação junto das populações que têm merecido o melhor acolhimento, e no decorrer das quais têm recebido muitas provas de carinho e solidariedade.

Contactado pela nossa redacção, António Murteira, em nome da Direcção da Organização Regional do Alentejo do PCP, dir-nos-ia que perante esta resistência o Governo PS/PSD não tem podido, na maioria dos casos, concretizar as ilegalidades, mantendo-se os trabalhadores nas terras em defesa dos seus gados, máquinas e outros bens que lhes pretendem roubar.

Assembleia da República

Rombos na coligação PS/PSD indicam próximo naufrágio

Isto tem um tanto ou quanto de lugar-comum, mas que fazer? A verdade, verdadeiramente, é que não há nada mais prejudicial a quem trabalha do que a presença daqueles que nada fazem. Exemplo disso é o que se passa na Assembleia da República. Querem mais? Pois então aí vai!

O Grupo Parlamentar do PCP propõe um inquérito tendente a apurar em que obras ou empreendimentos da responsabilidade da Secretaria de Estado das Obras Públicas se verificaram desmoronamentos e outras anomalias, bem como as respectivas causas, implicações e responsabilidades.

E que faz a coligação? O PSD aproveita para fazer a sua «vendetta» política e incluir no inquérito o ministro do PS.

O Grupo Parlamentar do PCP interpõe recurso sobre a admissibilidade de uma Proposta de Lei que estabeleça um regime especial de arrendamento urbano, ou seja, quem faz contrato de arrendamento não o faz por gosto, fá-lo por um determinado período e pode ser posto na rua ao fim desse tempo.

E que faz a coligação? PS, PSD e CDS discutem a maneira como devem discutir a discussão daquele debate, tudo isto porque o Regimento da AR, que em princípio era destinado a calar a voz à Oposição, é de tal ordem que nem os próprios que o elaboraram o compreendem.

O deputado comunista João Amaral focando a questão da constituição do Sindicato dos Trabalhadores dos Estabelecimentos Fabrís das Forças Armadas refere a conclusão do Co-

mité para a Liberdade Sindical da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que pede ao Governo português para que «tome as medidas necessárias o mais rapidamente possível para que o Sindicato reclamante seja regularmente registado e possa assim exercer normalmente e legalmente as suas actividades».

E que faz a coligação? A coligação não faz nada e remete-se, no hemiciclo, a um silêncio comprometido e cúmplice com a posição do Governo.

Muitos mais exemplos poderíamos apontar. Enquanto o PCP se preocupa em defender os interesses dos cidadãos, o bem-estar do seu nível de vida, o direito à habitação, ao trabalho e à remuneração, a coligação preocupa-se com os cartazes e murais, não para os preservar, mas para os destruir, conforme o Projecto de Lei apresentado recentemente por António Capucho, do PSD.

A improdutividade da Reforma Agrária

Este tema tão prolapado pelos partidos governamentais foi analisado pelo deputado comunista Custódio Gíngão, que forneceu dados preciosos.

vo nas UCP's/Cooperativas atingiu nos primeiros três anos a média anual de 750 mil contos, ultrapassando hoje os 3,8 milhões de contos.

No que respeita à produção e em relação aos cereais pragados, a área semeada em 1975 foi já superior em 7,8 por cento à média do decénio de 1962 a 1971 e a produção aumentou 18,8 por cento em relação à média do triénio anterior.

Em 1976, os resultados melhoraram substancialmente e a área semeada então foi superior em quase 32 por cento à média dos já referidos três anos e a produção cresceu cerca de 40 por cento em relação à média de igual período.

No que respeita ao conjunto das oleaginosas e ainda em relação ao referido triénio, a produção em 1975 aumentou cerca de 90 por cento e em 1976 mais de 130 por cento.

Neste período, em que as UCP's/Cooperativas dispuseram de cerca de um milhão e cem mil hectares, o correspondente a aproximadamente 22 por cento da superfície agrícola do continente, elas produziram mais de 45 por cento da produção nacional de cereais e oleaginosas.

Mas hoje, apesar de terem sido retiradas às UCP's/Cooperativas as melhores terras, além de gados e máquinas, podemos verificar a enorme diferença existente em relação ao tempo dos agrários.

Com efeito, em cada 1000 hectares, o número de bovinos passou de 50 para 80, o número de ovinos cresceu de 240 para 550.

A taxa de ocupação de culturas passou de 8 para 20 por cento, tendo chegado a atingir 36 por cento, no ano de 79/80.

Se elas não fossem viáveis — acrescentou Custódio Gíngão — há muito que teriam sucumbido ao dilúvio de ilegalidades, arbitrios e repressão.

Legalizar o despejo

Defendendo o recurso interposto pelo PCP da admissibilidade da Proposta de Lei 101/III, a deputada comunista Odete Santos começou por alertar para o facto de o Governo ter cedido às pressões dos grandes proprietários e apressa-se a acabar com o princípio da renovação obrigatória do contrato de arrendamento.

Salientando o património histórico da renovação automática do contrato, Odete Santos diria:

Já em 1918, através da Lei n.º 828, promulgada por Bernardino Machado a Primeira República, atendendo na crise social viria a proibir os senhorios de intentarem acções de despejo com o fundamento de que não lhes convinha a continuação do arrendamento. Mas hoje, apesar de terem sido retiradas às UCP's/Cooperativas as melhores terras, além de gados e máquinas, podemos verificar a enorme diferença existente em relação ao tempo dos agrários.

Medida anunciada como transitória, manteve-se com carácter perpétuo e mantém-se, apenas

ameaçada em 1928, já no início do fascismo, com o Decreto n.º 15 289, cujo paralelismo com a actual proposta de lei não pode deixar de salientar-se.

Assim vai o «direito à habitação» que o PS e o PSD dizem defender.

● **Um sindicato boicotado** — Sobre a legalização dos Trabalhadores Fabrís das Forças Armadas e a posição assumida pela OIT, que no início referimos, o deputado comunista João Amaral focou idênticas posições condenatórias assumidas por três altas instâncias nacionais: a Procuradoria-Geral da República, o Tribunal Constitucional e o Provedor de Justiça.

● **Legalizar o despejo** — Defendendo o recurso interposto pelo PCP da admissibilidade da Proposta de Lei 101/III, a deputada comunista Odete Santos começou por alertar para o facto de o Governo ter cedido às pressões dos grandes proprietários e apressa-se a acabar com o princípio da renovação obrigatória do contrato de arrendamento.

Salientando o património histórico da renovação automática do contrato, Odete Santos diria:

Já em 1918, através da Lei n.º 828, promulgada por Bernardino Machado a Primeira República, atendendo na crise social viria a proibir os senhorios de intentarem acções de despejo com o fundamento de que não lhes convinha a continuação do arrendamento. Mas hoje, apesar de terem sido retiradas às UCP's/Cooperativas as melhores terras, além de gados e máquinas, podemos verificar a enorme diferença existente em relação ao tempo dos agrários.

Medida anunciada como transitória, manteve-se com carácter perpétuo e mantém-se, apenas

E o PS apanha com o inquérito

A proposta de inquérito à Secretaria de Estado das Obras Públicas durante o mandato do secretário de Estado Eugénio Nobre, do PSD, apresentada pelo PCP foi motivo de arrufo entre os dois partidos da coligação governamental.

Com efeito, todo o Parlamento era unânime em que o inquérito se deveria realizar. Eis senão quando, Cardoso Ferreira, do PSD, propõe um adiamento para que o inquérito seja extensivo aos Ministérios do Equipamento Social, dirigido na ocasião por Rosado Correia, do PS.

Controvérsia na sala. Que sim, que não, que não tem nada a ver uma coisa com a outra, que aquilo é uma intenção política. E vá de votar. Surpresa. A favor do adiamento votaram o PCP, que não tinha nada a ver com aquela luta intestina entre os dois partidos coligados, mas que também não se opunha ao adiamento, o PSD e o CDS.

Contra, os votos do PS, da UEDS e da ASDI. Absteve-se o MDP/CDE.

Por aqui se vê que a coligação não está muito católica nas suas relações. A ver vamos quanto tempo mais ainda consegue durar.

Já nos esqueçamos. O inquérito é para apurar se houve negociações e responsabilidades, nomeadamente nas grandes obras que se desmoronaram, aliaram, abriram fendas ou sofreram outras anomalias de construção, como foi o caso da ponte da Figueira da Foz, entre muitos outros.

O patrão da Assembleia

Na passada segunda-feira, pelas 19 horas, quando decorria a reunião de líderes parlamentares, Mário Soares telefona ao presidente da Assembleia da República.

É urgente, informa Soares, têm de alterar a ordem de trabalhos de amanhã (terça-feira) pois a questão da CEE teria de ser debatida, sem falta, nesse dia, já que o ministro das Finanças, Hernâni Lopes, seguia depois para Bruxelas, para mais uma rodada de contactos oficiais.

Protestos de que era ilegal o Presidente do Conselho... perdão, o Primeiro-Ministro imiscuir-se e ditar ordens à AR.

Soares faz concessões e está disposto a fretar um avião especial para levar Hernâni Lopes mais tarde, desde que o debate se realize.

O debate só não se realizou porque o PSD disse que não estava de acordo. Tão amigos que nós éramos — terá pensado Soares que já queria impor a sua vontade à AR. Influências da leitura de «Confidências no Exílio», de Marcello Caetano?

Internacional

«Falcões» não têm mãos livres

No recente encontro com membros do conselho consultivo da Internacional Socialista para o desarmamento, Mikhail Gorbachev reafirmou com clareza, e em termos concretos actuais, o que é uma constante da política soviética: «a cessação da instalação dos novos mísseis nucleares norte-americanos na Europa e, em simultâneo, a cessação das contra-medidas soviéticas favoreceriam substancialmente a solução de todo o conjunto de questões» em debate em Genebra.

É a lógica do socialismo. E verdade seja dita, é a lógica do mais elementar bom-senso na era nuclear.

Simultaneamente, o chefe da equipa negociadora norte-americana em Genebra era chamada a Washington com uma tarefa particularmente esclarecedora: convencer a Câmara dos Representantes a aprovar o financiamento dos mísseis MX. Para o governo de Reagan, a aprovação do financiamento de mais uma arma de primeiro golpe constituiria «uma mensagem sobre a determinação norte-americana». A recusa dessa

aprovação teria mesmo «efeitos catastróficos», e conduziria a «poucas perspectivas de progresso em Genebra».

É a lógica do imperialismo, a velha lógica da «paz americana» a partir de posições de força. Que entretanto já provou à saciedade não ser aplicável nas relações entre os dois sistemas sociais opostos, como aliás o não foi mesmo nos altivos da sociedade soviética. Muito menos agora.

Não se faz o que se quer

A persistência desta ultrapassada lógica imperial e da correspondente prática política poderia ser indicio de uma renovada possibilidade da sua aplicação, com base nos grandes progressos da ciência e da tecnologia. E é sem dúvida este o pensamento do Pentágono e da Casa Branca. Mas os factos indicam que se os perigos de tal aposta são imensos, os promotores do militarismo como resposta política aos problemas da actualidade não fazem o que querem, não jogam à vontade, mesmo no seu próprio campo.

Uma realidade que surge claramente antes do mais em Genebra. E também na aprovação das verbas para os MX. Como em relação à «guerra das estrelas» (de que a Terra é o alvo).

Basta relembrarmos que escassas horas antes da aprovação do orçamento para o MX, no Senado norte-americano, com sólida maioria republicana, os resultados ainda eram incertos. Isto depois de uma intervenção directa do presidente Reagan, em defesa de mais uma escalada na corrida aos armamentos. Manobras que se repetem agora em relação à Câmara de Representantes, de que a Comissão de contribuições orçamentais já se pronunciou contra o projecto.

As preocupações dos congressistas norte-americanos têm também a sua expressão num projecto de resolução apresentado ao Senado que contém um apelo para que os Estados Unidos e a União Soviética estabeleçam, durante todo o período das conversações de Genebra, uma moratória recíproca sobre testes e

estacionamento de novos sistemas de armas estratégicas.

No que respeita à «guerra das estrelas» o apoio que os Estados Unidos têm andado a angariar pela Europa da NATO, não parece tão sólido, apesar das muitas pressões e de algumas declarações favoráveis.

Por exemplo: num recuo em relação a anteriores declarações, o chanceler oeste-alemão, Kohl, afirmou que o seu país mantém em aberto a decisão de apoiar ao armamento no espaço, dizendo que «quanto mais se conseguirem reduzir em Genebra as armas nucleares ofensivas, tanto a leste como no ocidente, mais o estacionamento de armamento no espaço se pode tornar supérfluo». Idênticas reservas são pronunciadas pelo ministro dos Negócios Estrangeiros da Grã-Bretanha, como já anteriormente pelo governo francês.

Estamos perante governos da NATO, incluindo os que se destacam pelas mais agressivas políticas externas. É de admitir que não desejariam menos que a Casa Branca um retrocesso da história. Basta lembrar aqui o impulso que está a ser dado na RFA a pretensões revanchistas, a negação do equilíbrio obtido na Europa do pós-guerra, as proclamações sobre uma Alemanha única.

Mas também a conservadores e cristãos-democratas diversas realidades se impõem: a dos imensos perigos inerentes à política de força na era nuclear; a das pretensões imperialistas dos Estados Unidos também em relação aos seus parceiros da Europa (como do Japão), ou seja, as contradições inter-capitalistas; e ainda a força do movimento popular contra a corrida aos armamentos que, conflituando objectivamente com a política da comunidade socialista, surge como um importante obstáculo no caminho suicida do capital.



Mísseis na Bélgica — quem está a favor?

Um coro de gargalhadas recebeu as palavras do primeiro-ministro belga quando este afirmou, ao anunciar no parlamento a decisão de aceitar a instalação dos mísseis norte-americanos, que estes não tinham carácter agressivo. Dias depois, panfletos e saquinhos com terra do local previsto para a instalação dos mísseis choveram sobre os deputados, quando da votação da moção de desconfiança ao governo, foi este o pouco que nos foi dado a ver, no pequeno écran, do repúdio popular pela decisão do governo belga, que assim acabava de pôr em causa, como foi denunciado

pelo Bureau Político do Partido Comunista Belga, a possibilidade de «a Bélgica dar uma contribuição de importância capital ao necessário processo de desarmamento e desarmamento na Europa».

Entretanto, a manifestação já anteriormente convocada, como simples início de um mais vasto movimento de mobilização, a culminar em 20 de Outubro, assumiu a forma de grande protesto popular, 150 a 200 mil pessoas desfilarão em Bruxelas para protestar contra a instalação dos primeiros 16 mísseis em Florennes.

E assim, a aceitação da

instalação dos mísseis norte-americanos em território belga encerra desde já duas lições: a da cadência dos governos da burguesia, ditada pela lógica de classe, a interesses antinacionais, e contra a manifesta vontade da maioria da população — apenas 18% dos belgas aceitam a instalação imediata dos mísseis; a da vitalidade do movimento pela paz, como expressão da consciência popular dos perigos da corrida aos armamentos, da necessidade de se pôr travão a um processo cujos custos, já hoje, são particularmente elevados. E para o qual não existem perspectivas.

XIII Congresso do Partido Operário Socialista Húngaro

Uma delegação do PCP, dirigida pelo camarada Carlos Brito, da Comissão Política do CC do PCP, e de que também faz parte o camarada Sérgio Teixeira, membro do CC, encontra-se em Budapeste onde representa o PCP nos trabalhos do XIII Congresso do POSH. Entretanto, o CC do PCP enviou ao CC do POSH a seguinte saudação:

Em nome dos comunistas portugueses, o Comité Central do Partido Comunista Português saudamos calorosa e fraternalmente o XIII Congresso do Partido Operário Socialista Húngaro e, através dos seus delegados, todos os comunistas, a classe operária e o povo húngaro e faz votos pelos melhores êxitos dos seus trabalhos.

O vosso Congresso tem lugar no ano em que passam 40 anos sobre a Libertação da Hungria, acontecimento que marca uma viragem radical na vida do vosso país e do vosso povo. Num período historicamente muito curto, a Hungria Popular sob a direcção do POSH, alcançou extraordinárias conquistas revolucionárias, que confirmam inteiramente a superioridade do socialismo na solução dos reais problemas de um país e na satisfação dos interesses e aspirações materiais e espirituais da classe operária e do povo. Hoje, como no passado, continuaremos ao lado da Hungria Socialista, activamente solidários com o POSH e o povo húngaro na sua acção de edifi-

cação da sociedade socialista.

A situação internacional está carregada de perigos para a paz, em consequência da política de intervenção, agressão e guerra do imperialismo, e em primeiro lugar do imperialismo norte-americano. A luta em defesa da paz, para pôr fim à corrida aos armamentos, pelo desarmamento e em primeiro lugar o nuclear, para impedir a militarização do espaço, tornou-se tarefa central urgente comum aos trabalhadores e aos povos de todo o mundo. Lutando por estes objectivos, de acordo com a situação concreta de Portugal, o nosso Partido põe, em relevo a grande importância do movimento popular pela paz que se desenvolve na Europa e no mundo e sublinha que a existência da comunidade dos países socialistas, em que a Hungria se integra, constitui a mais sólida garantia de paz e de evolução progressista da sociedade.

Ao mesmo tempo a actual situação acentua também a complementaridade da luta pela paz, pela democracia, pelo progresso social, pela independência nacional e do socialismo. Os perigos do holocausto nuclear são reais. Mas a agressividade do imperialismo não é o resultado do fortalecimento das suas posições, antes reflecte a profunda crise em que se debate o sistema capitalista e as suas tentativas para deter e se possível inverter o desenvolvimento do processo de emancipação nacional e social que se desenvolve em Portugal grandes lutas da classe operária e das massas populares que convergem na exigência comum da demissão do Governo e na sua substituição por um governo que realize uma política baseada no respeito pelas transformações revolu-

cional e social que se desenvolve em todos os continentes. As extraordinárias transformações revolucionárias ocorridas nas últimas décadas, modificaram radicalmente a correlação de forças no plano mundial em favor das forças do progresso social e da paz, tornando possível conjugar os propósitos agressivos do imperialismo e impedir a realização dos seus planos de hegemonia mundial. Para tanto é de fundamental importância defender e reforçar a unidade do movimento comunista internacional na base do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário e fortalecer a cooperação e a solidariedade recíproca entre os países socialistas, a classe operária dos países capitalistas, o movimento de libertação nacional, os países progressistas.

Em Portugal a tarefa central e urgente da hora presente é pôr fim à política abertamente contra-revolucionária do actual Governo que arrasta o país para o desastre económico e financeiro e impõe ao povo pesadíssimos sacrifícios, compromete a independência nacional, põe em perigo o próprio regime democrático. Contra uma tal política desenvolvem-se em Portugal grandes lutas da classe operária e das massas populares que convergem na exigência comum da demissão do Governo e na sua substituição por um governo que realize uma política baseada no respeito pelas transformações revolu-

rias do 25 de Abril e da Constituição que as consagra. O PCP encontra-se firmemente na vanguarda da luta popular e democrática afirmando-se como a força determinante da luta por uma alternativa democrática e patriótica. A situação é complexa e perigosa. Estamos porém confiantes em que serão derrotadas as tentativas da reacção para destruir as nacionalizações, a reforma agrária, os direitos dos trabalhadores e outras conquistas populares e que Portugal prosseguirá no caminho exaltante aberto pela revolução do 25 de Abril.

Queridos Camaradas,

Renovamo-vos os votos dos melhores sucessos aos trabalhos do vosso XIII Congresso e à actividade pacífica e criadora dos comunistas e do povo húngaro na edificação da sociedade socialista. Expressamo-vos ainda a nossa vontade de estreitar sempre mais os laços de profunda amizade, cooperação e solidariedade existentes entre os nossos dois partidos no interesse dos nossos dois povos e países e da causa comum do socialismo e da paz.

Viva o XIII Congresso do Partido Operário Socialista Húngaro!

Viva a amizade e a solidariedade entre o Partido Comunista Português e o Partido Operário Socialista Húngaro!
Viva o internacionalismo proletário!

FRANÇA

Política de governo PS dá votos à direita

Conhecidos os resultados das eleições municipais em França que, no seu conjunto, representam uma maioria de votos para a direita (não escamoteando o início de recuperação registado pelo PCF no plano eleitoral), colocou-se a questão de tentar compreender: como é possível? Ou melhor dizendo: que política está assim a ser rejeitada? A resposta nem sequer é difícil, pois neste momento a política desenvolvida pelo governo PS é a mesma de qualquer governo do capital: desemprego (2 milhões e meio de desempregados), inflação, desmantelamento de empresas em nome da racionalização. Mais. É uma política que frontalmente contraria as promessas eleitorais, e que, de qualquer forma, surge ainda com um selo de esquerda.

Em Editorial, e comentando os resultados eleitorais, «L'Humanité», órgão central do PCF, afirma: «É precisamente porque o poder deixa desenvolver-

rem-se os efeitos da crise, quando não contribui para eles com a sua política económica, que se chega aos recuos eleitorais registados domingo. É o

que permite a Chirac ou a Barre levar o seu cinismo ao ponto de criticar ao governo o aumento do desemprego que a sua própria acção originou e que se propõem acentuar se regressarem ao poder. Enfim, é nesse terreno do desemprego, da austeridade, da pobreza, geradores de insegurança, que a Frente nacional fascizante recolhe os seus votos.»

Hoje a direita critica uma política que nos seus traços gerais é a sua política. E nessa base recolhe os votos da demagogia.

Um facto importante a salientar, pelo que constitui de reafirmação de qual é o papel

da social-democracia na Europa. E que também aqui, no nosso país, múltiplas vezes tem sido denunciado pelos comunistas.

Um facto a que se somam outros que vale a pena referir. Um primeiro é a clara aliança da direita com a extrema-direita, mesmo fascista, como é o grupo de Le Pen. E assim temos Chirac (RPR, neogaullista) a afirmar que os comunistas «são muito mais perigosos que a extrema-direita», ou Gaudin (UDF, de Giscard d'Estaing) a declarar na Assembleia que «Le Pen não é o meu adversário número um».

Interessa realçar ainda a importância da lei eleitoral e concretamente da forma de escrutínio. Por exemplo, os comunistas franceses, se vigorasse uma lei proporcional, teriam cerca de 240 eleitos, contra os cerca de 20 obtidos com a actual legislação (feita naturalmente à medida dos interesses do capital e não para dar expressão à vontade popular).

A preocupação de moldar os resultados eleitorais a interesses bem alheios aos do povo francês mantém-se agora, quando se trata de rever a lei. Os objectivos são no fundo expressos pelo «Le Monde» quando pergunta nas suas páginas se não convirá «dar ao jogo político a maleabilidade que lhe permita acompanhar as evoluções ideológicas de uma parte da direita e de uma parte da esquerda... Um «jogo» sem muita imaginação, diga-se de passagem, e de que temos um exemplo bem concreto em Portugal.

Assim, o caminho que se abre aos trabalhadores franceses é o caminho da luta. É nesse sentido que apontam os comunistas franceses. «L'Humanité» sublinha: «Face à política de austeridade do governo e às pretensões do capital, só uma ampla mobilização permitirá impor em cada local decisões a favor do emprego, da justiça, da democracia sem as quais as dificuldades irão acentuar-se, e com elas a arrogância do patronato e da direita, e a perigosa demagogia da extrema-direita.»

Na verdade, os resultados eleitorais limitaram-se a confirmar os graves perigos que acarreta uma política de direita desenvolvida por um governo que se denomina de esquerda. E da necessidade de o desmascarar e de combater tal política.

EL SALVADOR
55 anos de luta dos comunistas

No próximo dia 30 deste mês o Partido Comunista de El Salvador assinala a passagem do 55.º aniversário da sua fundação. Neste período de mais de meio século, foi percorrido um caminho heróico na luta pela felicidade do povo e pela verdadeira independência de El Salvador, com os comunistas salvadoreños mantendo sempre bem alta a bandeira do marxismo-leninismo.

A Frente de Libertação Nacional, que é hoje a vanguarda da luta revolucionária do povo salvadoreño, tem o nome de Farabundo Martí, um dos fundadores do Partido Comunista de El Salvador. O camarada Miguel Marmol, outro dos fundadores do PCE e actual membro de honra do seu Comité Central, que lutou e trabalhou ombro a ombro com Farabundo Martí, recorda para o «Avante!» um pouco da história do seu Partido, que é como quem diz da história da luta do povo salvadoreño pela paz e pela democracia.

Nos anos 20, em El Salvador, criou-se uma situação revolucionária. A oligarquia local e os monopólios estrangeiros afundaram o povo na extrema miséria, diz o camarada Marmol. No país reinava o arbítrio. Éramos jovens de 15 e 16 anos e ardia-

mos em desejo de ajudar a pátria. Como é evidente, não tínhamos qualquer organização nem experiência, mas os nossos corações estavam cheios de ódio aos exploradores.

A revolução de Outubro desempenhou um grande papel na nossa formação como comunistas. Em 1917 compreendemos que era possível alterar o regime social existente e que para tal era necessário lutar.

A vida do camarada Marmol é um pouco a vida do próprio movimento revolucionário salvadoreño.

Em 1921, conta, participei na «greve de sapateiros», a maior greve dos operários da indústria de curtumes de então. Em breve aderiram a ela operários de outros sectores e eu aprendi nessa altura o que era na realidade a «de-

mocracia burguesa»: a greve foi afogada em sangue. As tropas dispersaram a tiro pessoas desarmadas, muitos foram metidos na prisão.

Foi então que me condenaram pela primeira vez à pena capital. Digo pela primeira vez porque mais tarde houve outras sentenças análogas, em períodos diferentes. Tinha 17 anos!

As lições das primeiras manifestações populares não foram em vão; começaram a formar-se as primeiras organizações operárias e, em 1928, o camarada Miguel Marmol tornou-se presidente da sociedade de operários e camponeses de Ilopango, ao mesmo tempo que estudava numa escola clandestina de formação política.

A 30 de Março de 1930 é anunciada a formação do Partido Comunista de El Salvador, facto que teve uma enorme importância para o desenvolvimento do movimento revolucionário do país.

O Partido ensinava-nos disciplina, trabalho persistente e amor ao estudo — diz o camarada Marmol. Considerávamo-nos bolcheviques e orgulhámo-nos disso. Os

comunistas ganhavam de dia para dia prestígio no seio das massas.

A luta de classes crescia. Operários e camponeses lutavam cada vez com mais energia pela melhoria das suas condições de vida. Ao mesmo tempo, o governo endurecia a repressão.

Foi nesse ano que Miguel Marmol conheceu Farabundo Martí.

Farabundo Martí já era conhecido em todo o continente, pois combatia lado a lado com o guia da revolução nicaraguense, Augusto Cesar Sandino, contra a intervenção norte-americana na Nicarágua. Ao regressar a Salvador, Martí incorporou-se imediatamente na luta. A sua energia e convicção no triunfo da nossa justa causa granjearam-lhe amor e respeito de todo o povo.

Uma revolução, e depois o exílio

Em 1932 a situação em El Salvador tornou-se crítica. As eleições presidenciais então realizadas saldaram-se, como



os comunistas haviam previsto, por uma fraude. Em 3 de Janeiro era publicada a vitória do candidato do povo, mas os governantes falsificaram os resultados e clamaram vitória. Foi a gota de água que fez transbordar o descontentamento popular.

O Partido não planeava uma insurreição armada, conta o camarada Marmol, pois nem tudo estava pronto. Era ainda necessário realizar um grande trabalho no seio das massas e no interior do próprio Partido. Mas tornou-se impossível deter as pessoas desesperadas, e os comunistas decidiram encabeçar a insurreição dar-lhe um carácter organizado.

A revolução deflagrou a 30 de Janeiro de 1932. Sublevaram-se praticamente toda a população: operários, camponeses, intelectuais progres-

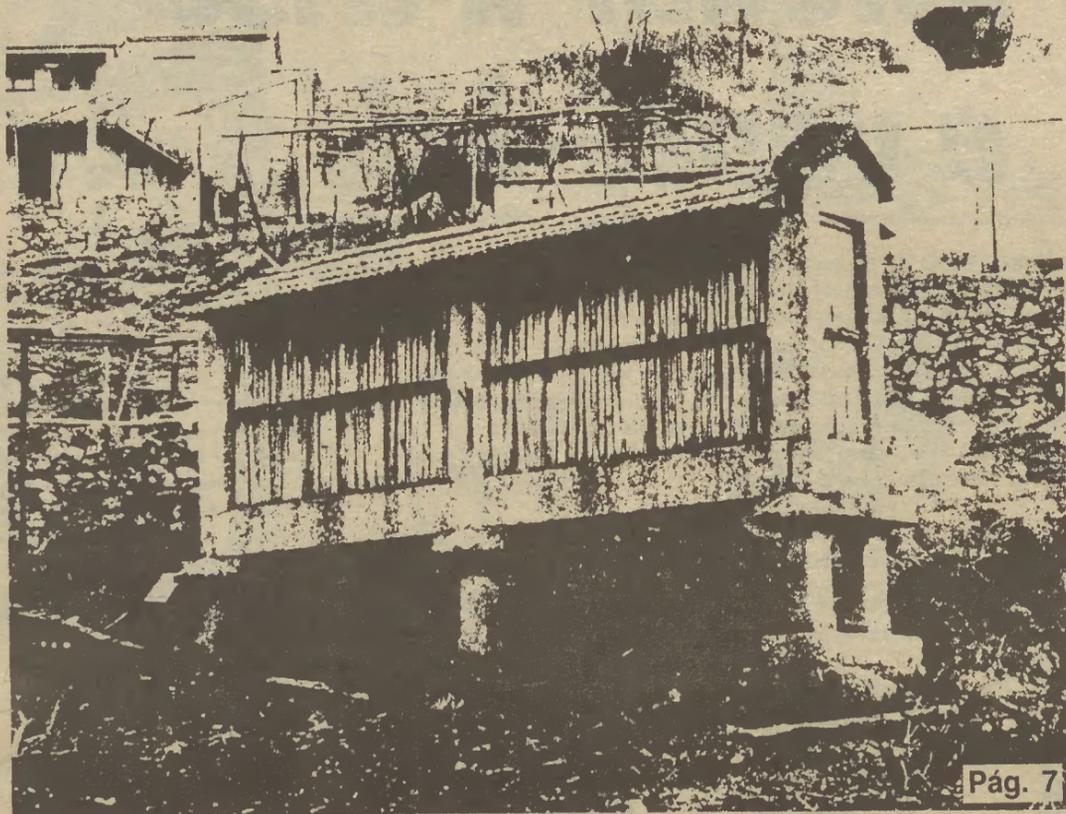
Suplemento

Avante!

Ano 53 - Série VII
N.º 587
28 de Março de 1985
Suplemento n.º 151
Não pode ser vendido
separadamente



Trás-os-Montes: O FUTURO HÁ-DE CHEGAR



Pág. 7

Uma força política atenta às realidades

Analisar e propor soluções
para os problemas locais

CASTELO BRANCO E GUARDA

Págs. 8/9

Os presos de Buchenwald organizam-se e vencem!



Págs. 12/13/14

As desnacionalizações são em toda a acepção da palavra

UMA VIGARICE!

Págs. 4/5

a Talhe de FOICE

A RTP, o PCP e a

«recomendação»

O Conselho de Comunicação Social produziu no passado dia 20 a «Recomendação n.º 1/85» respeitante a «uma queixa do PCP contra a informação da RTP» (como se lê na introdução do documento), onde o Partido, fundamentando-se no definido na Constituição e na Lei da Radiotelevisão, se considera «inconstitucional e ilegalmente discriminado pela informação da RTP».

Como também se lê no documento, o PCP fez acompanhar a queixa «de uma análise dos tempos registados nos serviços noticiosos e nos programas não diários dos dois canais da RTP, entre Junho de 1983 e Outubro de 1984, inclusive».

A partir daqui — e antes de emitir a recomendação propriamente dita (e endereçada à RTP) — o CCS desenvolve algumas considerações significativas.

Uma, por exemplo, confronta os dados apresentados pelo PCP com os números do departamento de «Verificação e Estatística» da RTP «e concluiu pela sua conformidade». E mais: «O CCS analisou também os números de Outubro de 1984 a Fevereiro de 1985, fornecidos pela RTP, e conclui que a situação não se alterou significativamente, embora o período analisado seja sensivelmente mais curto do que aquele que motiva a queixa do PCP».

Que «conformidade»? A verificada entre os dados apresentados pelo PCP (a comprovar a discriminação de que é alvo na RTP), e os existentes na mesma RTP... Com a agravante de tudo continuar na mesma, até hoje.

Claro como água. Sobretudo se considerarmos que a fonte destas apreciações é um organismo tão insuspeito como o Conselho da Comunicação Social — eleito na AR por maioria de dois terços e onde o PCP tem apenas um (1) representante.

Contudo, o politicamente heterogéneo CCS não hesita em considerar «que 5 minutos, por mês, nos serviços noticiosos do órgão de comunicação social mais influente do país, dedicados a um partido com uma actividade regular e que é actualmente o maior partido da oposição parlamentar, é um índice que pode levar a uma preocupante deformação da realidade política nacional, mesmo se no último mês analisado pareça haver sinais de uma eventual modificação da situação».

Não é excessivo sublinhar que o partido «com uma actividade regular e que é actualmente o maior partido da oposição parlamentar» descrito, acima, pelo CCS, é o Partido Comunista Português — o tal que a RTP contempla com 5 minutos de espaço mensal enquanto dá horas aos partidos do Governo. Considerar tal facto «um índice que pode levar a uma preocupante deformação da realidade política nacional» é o menos que pode dizer.

Talvez por isso o CCS diga mais, na sua «Recomendação» expressa à RTP, nomeadamente que esta «não deve discriminar qualquer partido na cobertura noticiosa das suas actividades, posições e propostas», e que «não deve estabelecer qualquer discriminação informativa entre o partido ou partidos do governo e os da oposição, assim como não deverá tratar discriminatoriamente quaisquer candidaturas aos vários actos eleitorais».

Talvez por isso recorde que «a informação da RTP deve respeitar os princípios constitucionais e legais a que está obrigada, e a cobertura da actividade dos diferentes partidos, das suas análises, posições e propostas deve ser definida com independência em relação ao poder político e contribuir para a formação de uma opinião informada e esclarecida, com respeito pelo rigor e objectividade da informação, e de modo a assegurar o confronto das diversas correntes de opinião e o pluralismo ideológico».

Talvez ainda por isso a «Recomendação» do CCS à RTP surja rematada com a seguinte e pertinente observação: «O escrupuloso cumprimento das regras constitucionais e legais é tanto mais importante quanto este ano se realizarão importantes actos eleitorais».

Como se vê, o Conselho de Comunicação Social não apenas confirmou e comprovou, em substância, a legitimidade das queixas apresentadas pelo PCP, como exarou, na sua «Recomendação», o essencial das exigências postas pelos comunistas face à escandalosa manipulação partidário-governamental da RTP. O que, dadas as circunstâncias e o carácter insuspeito do organismo recomendador, significa duas coisas.

Que a RTP é um escândalo político à medida do isolamento do Governo que a controla.

Que um Governo que tal escândalo produz, já não existe politicamente — é apenas uma ficção televisiva.

Quanto à possibilidade da «Recomendação» do Conselho de Comunicação Social ser seguida, ou sequer ouvida, pelos responsáveis da TV que todos nós pagamos, é tão remota que torna ainda mais próxima a queda de tal Governo.

■ HC

Paio Pires • Seixal
30 e 31 de Março
de 1985

Conferência Nacional do PCP



Estudar a crise e vencê-la!

É já no próximo fim de semana que, após um intenso trabalho preparatório no interior do Partido, se vai realizar em Paio Pires a Conferência Nacional do PCP sobre a Via de Desenvolvimento para Vencer a Crise. Mais de um milhar de delegados eleitos nas organizações vão pois reunir-se durante dois dias no Pavilhão dos Trabalhadores da Siderurgia Nacional para a discussão final de um vasto conjunto de temas que constituem a Conferência cuja convocação remonta a uma decisão do Comité Central do PCP, de Novembro do ano passado.

Iniciativa dos comunistas, esta como outras no passado, tem aberta a participação de muitos não membros do PCP, que contando-se entre os 1500 convidados, contribuirão para

as conclusões finais discutindo os documentos que serão debatidos nas diversas secções — 19 — que irão funcionar durante a tarde de sábado. Todos os trabalhos da Conferência, das

sessões às sessões plenárias, são abertos aos órgãos de comunicação social.

Se por um lado a Conferência assenta numa detalhada análise da situação económica portuguesa, apontando a cada passo e em cada sector da actividade as razões do aprofundamento da crise, o próprio título desta iniciativa — a via de desenvolvimento para vencer a crise — aponta claramente para o empenhamento dos comunistas em encontrar e avançar soluções para a situação. À semelhança, de resto, de outras iniciativas do



a via de DESENVOLVIMENTO PARA VENCER A CRISE



PCP neste campo que, ao longo dos anos, têm mobilizado a atenção e o esforço do Partido.

Alertar para os problemas e demonstrar a alternativa

Com efeito, desde que em Junho de 1977, se reuniu no Pavilhão dos Desportos de Lisboa a Conferência Nacional do PCP para a Recuperação Económica, que ficou conhecida pelo seu lema, «A Saída da Crise», que outras realizações se sucederam. No ano seguinte, em Março, foi a Conferência das Organizações do PCP para a Defesa da Dinamização do Sector Nacionalizado da Economia; em Junho de 1979, o Seminário «A CEE e as Relações Económicas Externas de Portugal»; em Maio do ano seguinte a Conferência «Portugal e o Mercado Comum» realizada no Porto. E a série de seminários que se seguiram: «Vencer a Crise — Promover o Desenvolvimento», em 1982; «O Papel do Sector Público no Abastecimento de Produtos Alimentares», em 1983; «Política Energética para Portugal», em 1984; «O Plano Siderúrgico Nacional e o Desenvolvimento Económico», também em 1984. Já este ano, em Janeiro, realizaram-se dois seminários: um sobre a dívida externa e o comércio externo, e outro sobre «Ciência, Investigação, Tecnologia e Desenvolvimento».

Há pois uma longa e aprofundada experiência no estudo dos problemas económicos. Com características mui-

to próprias, onde tem realce especial o trabalho colectivo e a ligação à realidade dos problemas, a contribuição não apenas de numerosos técnicos e especialistas mas também a intervenção dos trabalhadores dos sectores estudados.

Esse amplo trabalho preparatório, que se baseou em largos debates sobre as questões mais candentes, deu também lugar à elaboração de muitas dezenas de estudos sectoriais. O que conduziu, finalmente, à elaboração do anteprojecto de um documento-base, discutido nas organizações do Partido e que será finalmente apreciado pela Conferência, para além da discussão colectiva de muitas intervenções que irão ter lugar tanto nas sessões plenárias como nas secções.

O estudo dos problemas a análise da situação económica, alertando para a grave crise que o país atravessa e denunciando uma política que a tal crise tem conduzido, não deixa porém de fazer realçar o principal que é a demonstração cabal — que a Conferência sublinhará — de que há uma alternativa, uma via de desenvolvimento. Para vencer a crise.

A recuperação e o desenvolvimento

O anteprojecto de documento-base, que tem ocupado a atenção das organizações do PCP na fase preparatória da Conferência, analisa detalhadamente a evolução económica de 1976 a 1984, identifica o factor determinante da crise e as suas expressões fundamentais, descreve as principais manifestações e consequências da crise,

enuncia as grandes linhas de recuperação e desenvolvimento e formula, finalmente, um vastíssimo e aprofundado conjunto de medidas sectoriais.

Partindo da necessidade de chamar a atenção dos portugueses, das forças e sectores políticos e sociais, para a extrema gravidade da situação económica e financeira e para as ameaças e perigos que tal situação representa para o presente e o futuro do país, e ainda da necessidade de dar resposta no plano da análise e das propostas a novos problemas ou a problemas que se arrastam, a iniciativa da Conferência pretende demonstrar que existe uma alternativa. E dará, global e sectorialmente, uma contribuição pra demonstrar que essa alternativa à política de desastre é inseparável da verdadeira alternativa democrática cuja concretização é particularmente urgente.

Concluindo-se — e os trabalhos preparatórios já o confirmaram irrefutavelmente — que a política seguida nos últimos nove anos conduziu o país a uma gravíssima situação económica, financeira e social, agravada pelos últimos dois anos de governação PS/PSD, há que encontrar e apontar a orientação para a recuperação e o desenvolvimento — e também já os trabalhos e debates preparatórios indicaram essa orientação nas suas linhas gerais:

O aumento da produção nacional, procurando desde logo dar resposta aos três grandes défices (alimentar, energético e tecnológico/bens de equipamento) é uma das grandes linhas apontadas; outra é o saneamento financeiro do país (que implica o saneamento das empresas, do Estado, e a contenção, controlo e redução da dívida externa). Finalmente aponta-se

o melhoramento das condições de vida dos trabalhadores e do povo em geral como orientação, o que, para o PCP, é o objectivo central da política económica de recuperação e desenvolvimento e que é também em si mesmo um factor de dinamização da actividade económica.

Para uma política de recuperação e desenvolvimento assente nas três linhas apontadas, algumas condições

prévias e básicas constituem exigência, nomeadamente o fim da ofensiva contra as conquistas económicas e sociais de Abril, repondo-se a legalidade e dinamizando-se as diversas formações económicas sem exclusões ou discriminações; a participação activa e criadora dos trabalhadores na superação e resolução dos problemas; a firme e intransigente defesa da independência nacional ■

Um vasto conjunto de temas em debate

Um vasto conjunto de matérias ocupará os trabalhos da Conferência que funcionará em plenário no sábado de manhã e no domingo durante o dia e em secções na tarde de sábado. Será focada a evolução económica de 1976 a 1984 nos seus mais diversos aspectos — a actividade produtiva, o desemprego, os preços, os salários, o crédito e a carga fiscal, os défices orçamentais, a dívida externa.

A crise, nas suas causas fundamentais, será alvo de apreciação particularmente detalhada, nomeadamente o seu factor determinante que tem sido a política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista, os ataques às conquistas económicas de Abril.

As consequências da crise, factores também do seu próprio agravamento, serão estudadas pela Conferência — a degradação das condições de vida do povo e a retracção do mercado, a desarticulação e desorganização das actividades produtivas e dos serviços, o agravamento dos principais défices da economia (alimentar; energético, tecnológico e de bens de equipamento), a corrupção, as fraudes, as actividades parasitárias, a crescente degradação da situação financeira interna, a inflação, a dívida externa, o agravamento da dependência económica e financeira do País ao imperialismo.

Para além das medidas sectoriais que a Conferência indicará nas diversas áreas de actividade económica, serão definidas as grandes linhas de recuperação e desenvolvimento partindo das condições prévias para que esse desenvolvimento e recuperação sejam possíveis.

São dezanove as secções previstas que funcionarão entre as 14.30 e as 19.30 horas de sábado, abordando cada uma também grande diversidade de temas.

Agricultura — das várias produções agrícolas e de pecuária aos projectos hidroagrícolas, à Reforma Agrária, esta secção aprofundará e abordará diversos aspectos da produção agrícola no país. Os diversos tipos de pesca, os problemas das lotas e dos portos, as próprias relações internacionais neste campo são temas a abordar na secção das **Pescas**.

Haverá uma secção dedicada aos **Grandes Projectos Nacionais** — Alqueva, PSN, aproveitamento integrado das pirites, metalurgia do cobre, etc.

As questões industriais estão divididas em três secções — **Indústrias de Base, Indústrias Extractivas, Indústrias Transformadoras Ligeiras**. Os **Transportes** e as **Comunicações** são outras duas secções que ocuparão a mesma sala dividindo o tempo entre si. No mesmo caso estão a **Energia** e a **Tecnologia**, a **Banca** e os **Seguros**, o **Comércio** e **Preços** e o **Turismo**.

A **Construção Civil e Obras Públicas** constituirá matéria de secção aparte.

Outras secções que abrangem temas de largo âmbito: uma sobre o **Papel das Diferentes Formações Económicas**; outra que analisará a situação das **Relações Económicas Externas**; outra ainda ocupando-se das **Questões Sociais**; finalmente, os problemas do **Desenvolvimento Regional** serão debatidos numa secção específica ■

As desnacionalizações são em toda a acepção da palavra Uma vigarice

É difícil falar de uma empresa do sector empresarial do Estado sem referir todas as outras. A ameaça é de tal maneira generalizada, que saltar da EPAC para a RN e da RN para a EPNC, passando pela Petrogal, não deve espantar um rato. O bloqueio ao sector público e nacionalizado da economia atinge todos os ramos de actividade. Uns mais outros menos, a agricultura, a indústria, o comércio e serviços nacionalizados são hoje moeda de troca para negócios fraudulentos entre os partidos do Governo. Vejamos primeiro o caso da Petrogal.

O nó da questão é na Petrogal a entrega ao capital privado. Como em todos os grandes problemas nacionais, a novidade não é nenhuma neste caso. Tal como nas outras que referimos a abrir, o Governo PS/PSD esburaca essa empresa pública como se fosse um queijo gordo. Em proveito dele próprio, Governo, e dos seus amigos do capital financeiro, as grossas fatias dos **desmembramentos** destinam-se a contemplar infalivelmente os grandes senhores da banca privada, que se tornaram pequenos depois do 25 de Abril, mas não perdendo por isso o apetite, estão dispostos a atingir novamente os píncaros da lua... cheia.

Os escândalos são de tal ordem que o Governo funciona como receptor, como receptor. Nem poderia ser de outro modo, já que o capital financeiro se identifica outra vez com a próspera «classe política»: assim se chamam entre eles os donos do queijo.

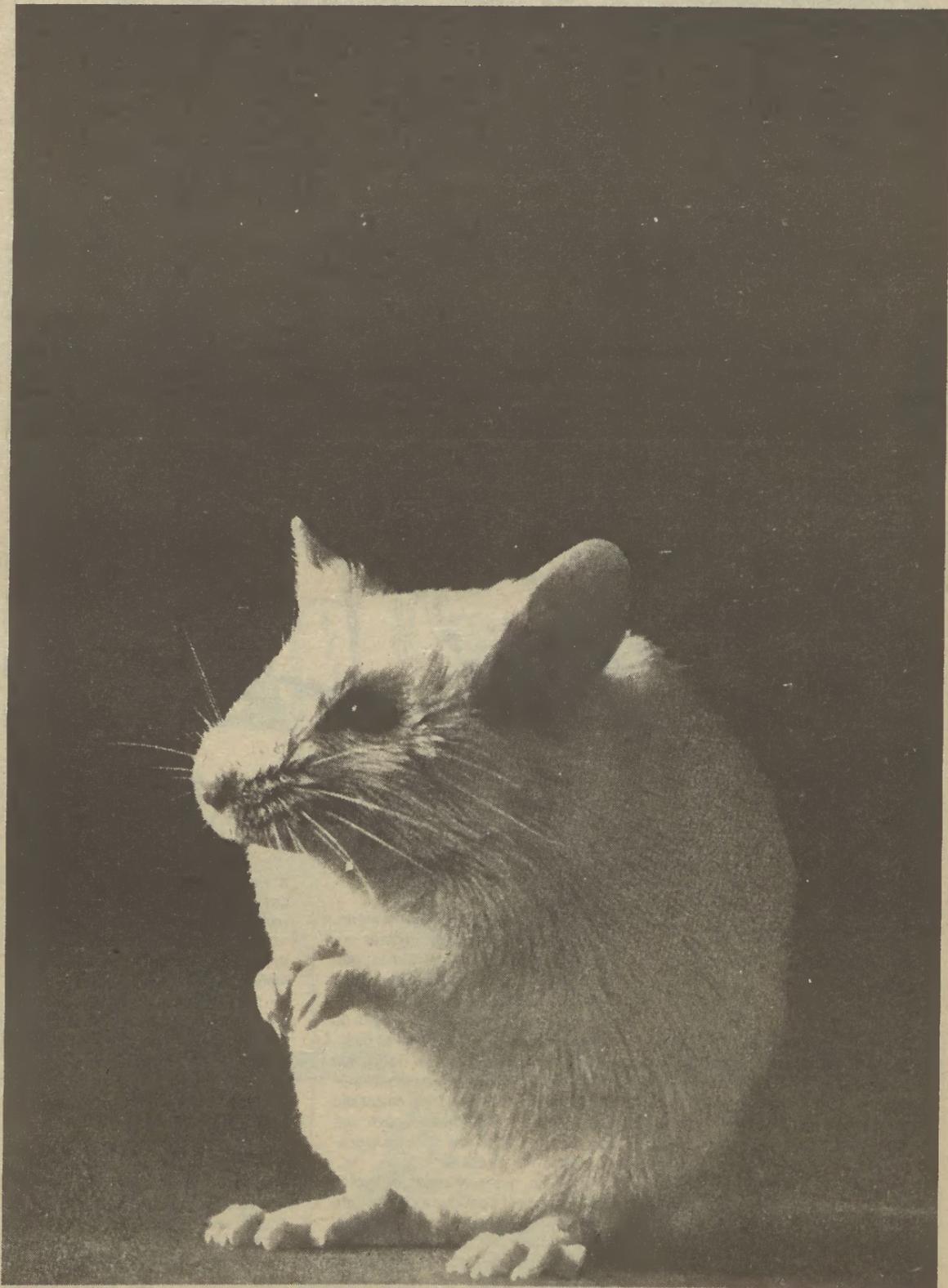
Desmantelamento com 100 milhões a haver

As organizações representativas dos trabalhadores — ORT's — dizem que as dívidas do Estado à Petrogal atingem «mais de 100 milhões de contos». Facilmente se imagina o que

representa esta verba. Se virmos que na EPNC (Empresa Pública «Notícias/Capital») este mesmo Governo, assumindo-se como avalista para a transacção do edifício do «Diário de Notícias» na Avenida da Liberdade em Lisboa, lhe atribuiu o valor de um milhão e duzentos mil contos, descendo agora esta verba para 400 mil, (no entender do Ministério das Finanças, uma diferença de 800 mil contos não seria nenhum abismo...) podemos ter como certo que este «mercado» das nacionalizações é uma espécie de leilão ao contrário. **Quem oferece menos é quem leva a peça. Quem oferece menos é quem leva mais.**

Quanto ao desmantelamento, seria assim:

A Petrogal, EP ficaria apenas com a refinação. Seria criada uma nova empresa (capital misto) para a distribuição de combustíveis líquidos e de lubrificantes. O limite para o capital privado desapareceria. Para o gás (produção e distribuição) mesmo esquema: capital misto, incluindo os gases da Petrogal, EDP e PGP (Petroquímica). Capital misto, ou «economia mista» ainda para esta última actividade, a petroquímica, com produtos tão diversificados e certamente aliciantes para os grossos cabedais privados, como são os aromáticos, os ftalatos, os plastificantes e o negro de fumo. Outra empresa ainda, também mista, para os transportes marítimos. No-



«Não há homem, seja qual for a situação em que se encontre, que não possa abster-se dos excessos de comida e não deva premunir-se contra os males causados pela repleção. Aqueles que têm a seu cargo o supremo governo dos negócios públicos, ainda mais que os outros, são obrigados a respeitar esta regra».

Júlio Verne (1828-1905), citando Cornaro, «nobre veneziano» do século XVIII, em *Claudius Bombarnac*, pág. 176 de uma versão quezilenta, editada em Lisboa: Junho de 1978.

vamente aqui não haveria limite para a participação do capital privado. A transacção — chamemos-lhe assim — incluiria a Soponata e a Sacor Marítima.

Segundo as ORT's da Petrogal, isto constitui o grosso da comezaina. A seguir, no entender do Ministério de Veiga Simão (ex-ministro «liberal»-fascista; actualmente um dos ornamentos do PS) viria, dentro das medidas concretas para a reorganização do

sector energético, «a venda ao desbarato das participações financeiras da Petrogal — frisam as ORT's desta EP — em mais 15 empresas». Entre elas são citadas e merecem destaque a Sacor Marítima, a Hotelgal e a Carbogal: qualquer coisa, segundo a mesma fonte, como 99,96 por cento de participações da Petrogal na primeira; 30 por cento na segunda; e 83 por cento na terceira. Tudo para os grandes capitalistas, ex-monopolistas

tão necessitados de quem lhes dê uma mão.

Vai a EPAC? Vão os organismos de coordenação económica?

Na EPAC — empresa pública de abastecimento de cereais — o proces-

Indústria química Paralisações podem ir até 24 horas

Segundo a respectiva Federação sindical, «a esmagadora maioria dos trabalhadores da indústria química, nomeadamente da produção, não têm qualquer tipo de carreira profissional, o que os leva a permanecer praticamente durante uma vida de trabalho sem nenhuma perspectiva de progressão — nem profissional, nem salarial». Na mesma indústria de que fazem parte os trabalhadores da Petrogal, por esse e outros motivos relacionados com a revisão do respectivo contrato colectivo de trabalho (CCTV), os trabalhadores e os sindicatos recorrem hoje, dia 28, a «uma acção de luta diversificada, incluindo paralisações até 24 horas».

Anunciada publicamente há dez dias, a forma de luta pode entretanto ser desconvocada. No entanto, é de prever que se concretize, pois o patronato, embora se comprometesse a negociar em Fevereiro findo as matérias que faltam para a revisão total do CCTV, não o tinha feito até aquela data (saída do comunicado da Federação) recusando-se «intransigentemente a negociá-las em 7 reuniões» realizadas até 13 do corrente».

O secretariado da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Químicas e Farmacêuticas atribui ao patronato «toda a responsabilidade desta acção de luta e das suas consequências».

A Federação «tudo fez para evitar o conflito, propondo reuniões até ao dia 28, mas o patronato recusou».

Admite-se perfeitamente que parte substancial desse apoio e impulsione o desmantelamento da Petrogal ■

CAMPANHA DE DIFUSÃO DA IMPRENSA DO PARTIDO



so de destruição (desmembramento e entrega ao capital privado) prolonga-se há tempo suficiente para que se tenham tornado transparentes os meios de engorda utilizados para que o grande capital imperialista vá paulatinamente tomando conta de tudo o que na empresa dá ou possa vir a dar poderosos lucros com os processos adequados ao domínio de toda a comercialização de cereais e outros produtos agrícolas, transformados ou não.

Já em Dezembro do ano passado, na altura de um dos acordos PS/PSD — o das 24 medidas — as ORT's da EPAC destacavam entre elas a «extinção dos organismos de coordenação económica (até Abril de 1985)» e a «transformação da EPAC numa empresa de serviços», em conjunto ou separadamente, com uma «régie cooperativa».

Nessa altura ainda (11.12.84) «todos sabiam, ou sonhavam, dizem as ORT's, que os partidos da coligação preparavam o funeral da EPAC, mas muitos não acreditavam que a terceira maior empresa deste país fosse moeda de troca em negociações entre partidos». Mas «é verdade — afirmavam as ORT's — o PS propõe a destruição da EPAC. Nem é necessário aguardar que se torne pública a resposta do PSD para se saber que este aceita com as duas mãos».

Três meses depois, uma das diferenças substanciais neste quadro sumário, parece ser a multiplicação das mãos, que em vez de duas são seis.

Com a falência fraudulenta da CNN e CTM, empresas nacionalizadas da marinha mercante que o Governo mandou encerrar, e com a dotação orçamental das mistas Portline e Transinsular, onde a privada está na prática com as mãos livres, é só ver quem mais pode ratar: se a multinacional Dreyfus, se os capitais alemães, ingleses e belgas, se os banqueiros privados em Portugal e a sua clientela no Governo, sempre insaciável, à espera de engordar privadamente com os melhores lugares à mesa do Orçamento.

Pois então, as Juntas Nacionais (frutas, vinhos), a pesca (recorde-se a destruição da GELMAR), a coordenação do comércio do bacalhau, o organismo coordenador dos óleos e oleaginosas, o património público dos jornais «Notícias/Capital» não podem ser vendidos ao desbarato?

Os desmembramentos da Rodoviária Nacional e a TAP não podem ser apresentados ao respeitável público muito televisivo como «reordenamentos» indispensáveis perante a fogaosa iniciativa privada?

Quem diz que essa privada iniciativa e fogaosa se limita a ratar até aos buracos mais pequenos os dinheiros públicos, os dinheiros do Estado, os dinheiros dos salários, do Fundo de Desemprego, dos fundos autónomos e de todos os fundos onde os houver?

Quem diz? Os que não recebem salários, os que não vêem o queijo nem na barriga do rato, os que esperam ver este Governo vomitar em breve um rato gordo, morrendo de indigestão. ■

Está a decorrer no distrito do Porto a 2.ª campanha de difusão da Imprensa do Partido, iniciativa a que nos temos referido em diversas ocasiões. Conscientes de que «o Avante! e o Militante são instrumentos imprescindíveis no combate político e ideológico que cada um de nós trava dia a dia», os comunistas da organização regional do Porto lançaram-se com vivo empenhamento na concretização desta campanha, que regista já assinalável êxito, reunindo inúmeros exemplos significativos de bons resultados no plano dos contactos, das vendas e da divulgação da Imprensa do Partido junto das massas. Desde a adesão de muitos não comunistas, até aos resultados obtidos pelos «porta-a-porta» e as bancas, passando pela subida acentuada das vendas em vários sectores e concelhos, a campanha reforça-se e avança, num exemplo que aqui realçamos uma vez mais.

JORNAL da CAMPANHA de DIFUSÃO da IMPRENSA do PARTIDO

MARÇO / 85 ORGANIZAÇÃO REGIONAL DO PORTO

O PORQUÊ DESTA CAMPANHA

A difusão da imprensa do Partido não é apenas uma tarefa dos difusores ou dos responsáveis pela imprensa, mas sim uma tarefa de todo o Partido, que como qualquer outra, necessita de ser esclarecida, dinamizada, organizada e acompanhada de uma forma regular.

A realização com sucesso da 1.ª Campanha de Difusão da Imprensa do Partido levada a efeito na ORP no 1.º semestre de 82, a qual se traduziu num aumento de 22% e 30% na difusão do «Avante!» e de «O Militante», respectivamente, bem como as iniciativas empreendidas mais recentemente por algumas organizações, permitiram obter importantes experiências e iniciações relativamente a este trabalho.

Dai a decisão da DORP de promover de Janeiro a Maio deste ano a 2.ª Campanha de difusão da Imprensa do Partido no Distrito do Porto, como forma de dinamizar esta importante tarefa do Partido.



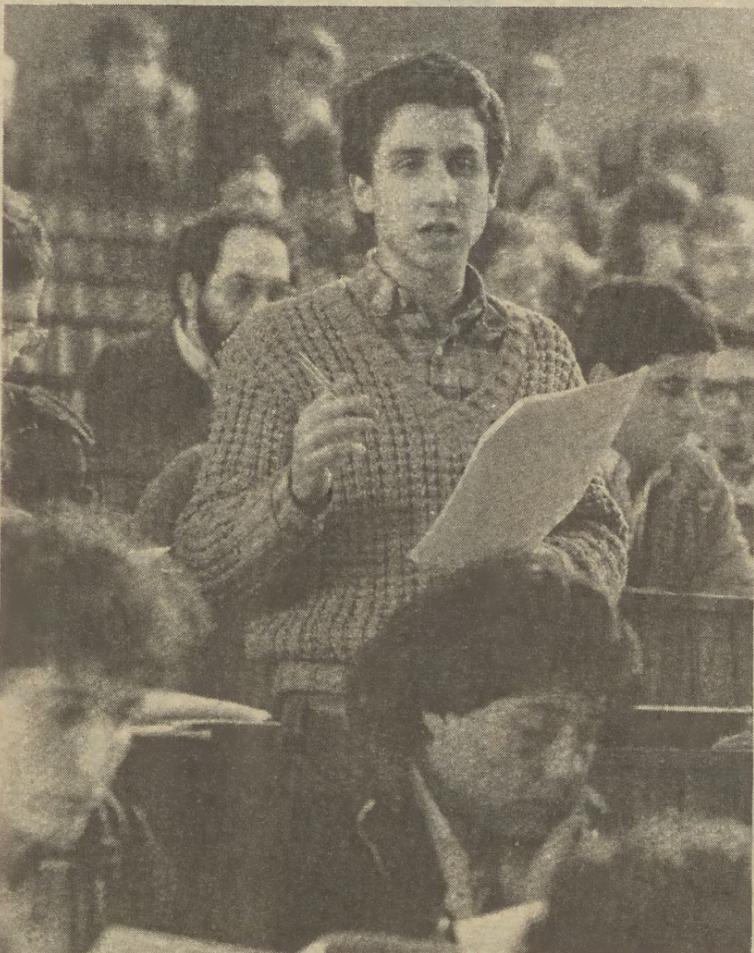
ALGUMAS BOAS RAZÕES PARA QUE SEJA LIDA E DIFUNDIR A IMPRENSA DO PARTIDO!



Autonomia universitária democratização do ensino

Em 1981, a JCP realiza a sua primeira Conferência Nacional do Ensino Superior. Como resultado dos trabalhos, surge o primeiro, e até agora único, projecto estudantil sobre autonomia universitária. Passados que são quatro anos sobre esta iniciativa, e com os ajustamentos resultantes do diálogo e da experiência entretanto adquirida, os princípios básicos do projecto continuam plenos de actualidade.

Na sua última reunião, a Direcção Central do Ensino Superior da JCP (DCES) voltou a analisar esta questão. Conclusão: é indispensável que a Autonomia Universitária, consagrada na Constituição, tenha estatuto de Lei e que qualquer diploma, antes da sua discussão na Assembleia da República, deverá ser objecto de um amplo debate a nível das escolas.



Autonomia Universitária não significa o isolamento da Universidade face ao Estado e à sociedade. É sinónimo, isso sim, de democratização da escola, de efectiva participação estudantil, de factor importante para resolver os problemas com que o Ensino Superior se debate em Portugal. Significa a inserção da Universidade no desenvolvimento nacional, regional e local.

É pois pela dignificação da Universidade que lutam os jovens comunistas. Hoje em dia, assiste-se a uma concentração dos poderes de decisão nas mãos dos reitores, assiste-se a um faz-desfaz legislativo no que concerne à Universidade, sentem-se as constantes tentativas para aumentar os preços dos serviços sociais e de diminuir as regalias dos estudantes. Choca-se com o autoritarismo e com a prepotência do Governo, através do seu Ministério da Educação.

É no desmontar desta situação e na criação de mecanismos alternativos que consiste a luta pela autonomia universitária. Autonomia que se quer, não só financeira, mas também pedagógica, científica e administrativa.

Para os jovens comunistas, os poderes decisórios das Universidades devem assentar em órgãos democraticamente eleitos e representativos dos vários corpos que integram a população universitária.

Em termos gerais foi esta a proposta dos estudantes universitários comunistas feita aquando da 1.ª Conferência Nacional do Ensino Superior. Resumindo-se: a dignificação da Universidade passa por Abril; por uma gestão democrática, por uma actuação dignificante junto das populações, por uma gestão responsável dos recursos financeiros.

Como se vê, hoje mais do que nunca se mantém actual a luta pela autonomia universitária. Uma luta que deve passar por um amplo debate estudantil e pela unidade dos jovens em torno das suas justas aspirações e anseios. ■



Onde está a cara do ministro?

O Seabra já se foi embora. Saiu, discretamente, pela direita baixa em direcção à Assembleia da República. Saiu e não deixou saudades, apesar de durante um bom par de meses se ter cantado à boa moda de Coimbra, que o Seabra «só tem encanto na hora da despedida»... nem isso, como se viu.

À Universidade do Minho foi-se buscar um novo ministro. Procurou-se, voltou-se a procurar e lá se conseguiu encontrar um. Tomou posse, houve a discursata do costume, mais uns aplausos e uns «que passe bem», e pronto, já está.

Quando ocupou o lugar do seu predecessor é que se descobriu o terrível erro... O ministro não tinha perfil.

É verdade, numa altura em que para se ser político é necessário ter-se perfil — quanto mais para ministro — descobriu-se o terrível erro. Tarde de mais.

O senhor chegou, sentou-se e começou por dizer que os problemas do ensino só se poderiam resolver através da **racionalização** e com um melhor aproveitamento dos recursos, que não se poderia dar nem mais um escudo para a educação.

Depois, foi o erro fatal. Confessou que «não tem cara» para pedir mais dinheiro para a educação, como tal, os estudantes que paguem a sua formação... Que falta de perfil, meu Deus! ■

Serviços Sociais:

Promover o debate dinamizar a luta

Quatro meses atrás, os estudantes universitários paralisaram completamente as faculdades portuguesas. Em causa, estavam os anunciados aumentos dos preços das cantinas e a não actualização das bolsas de estudo. Dada a grande determinação e a unidade evidenciadas pelos estudantes, de imediato recuou o ministro, o Ministério e o Governo. Vieram então as promessas, as falinhas mansas e os ditos por não dito.

Foi em Novembro. O Ministro assumiu compromissos pessoais — que nunca cumpriu —, o acordo de Governo entre o PS e o PSD previu a resolução destes problemas até Fevereiro... estamos em fins de Março e

nada. Muito pelo contrário, segundo os estudantes, o Ministério da Educação prepara-se para aumentar de novo o preço das refeições nas cantinas dos serviços sociais universitários.

Em Outubro, disse-se que as bolsas iam ser actualizadas. Nada, sempre nada, até hoje. Perguntam-se os estudantes comunistas: «como irá o novo ministro solucionar o problema?». Como irão reagir os dirigentes associativos que sistematicamente têm vindo a invocar a necessidade de se confiar na boa vontade dos governantes?

O primeiro, ou resolve os problemas — o que é reivindicado há muito pelos



estudantes, que apresentaram propostas concretas —, ou continua a política do Seabra, ministro. Os segundos, ou efectivamente defendem os interesses dos estudantes, ou então mantêm-se iniventes com os partidos do Governo e continuam a servir de entrave à luta, e então são inevitavelmente condenados pela massa estudantil.

«A DCES da JCP apela aos seus militantes e a todos os estudantes para que dinamizem o debate e a luta no sentido de forçar o Governo a dar uma resposta às propostas estudantis e solucionar de forma positiva o grave problema do apoio social aos estudantes universitários» ■

■ Torres Rodrigues

Carvalhais na ordem do dia

Prometer pouco e fazer muito



Carvalhais é uma freguesia no concelho de Mirandela e as suas gentes têm fama de serem de esquerda, sem contudo terem disso o proveito. «Aquilo é terra de comunistas» — é costume ouvir-se. Logo após a Revolução de Abril e a Comissão Administrativa que se lhe seguiu, durante algum tempo, a Freguesia tem sido administrada, ora pelo PS, ora pelo PSD, ora ainda em conjunto por estas duas forças políticas. Mas, desde 18 de Março último, o futuro parece apontar um novo caminho para o destino da terra. Efectivamente, nesta data, a Junta caiu e, segundo o edital, «deste facto foi dado conhecimento à Câmara Municipal de Mirandela para, de acordo com a lei, marcar no prazo máximo de 30 dias a data das eleições intercalares para a Assembleia de Freguesia de Carvalhais, que se deverão realizar 70 a 80 dias depois».

Aquele órgão autárquico caiu, fundamentalmente, pelo desentendimento entre o PS e o PSD, o que levou a que dos doze elementos do PSD, três se tivessem demitido, entre os quais o Presidente e o Secretário da Junta, e sete perdessem o mandato por faltas.

Da lista do PS, os três primeiros demitiram-se, entre os quais o Tesoureiro e o Presidente da Assembleia de Freguesia. Por parte do CDS, perderam o mandato por faltas o primeiro e o segundo elementos da lista.

Quase seria desnecessário dizer que os eleitos da APU compareceram sempre às reuniões, procurando que os problemas das populações fossem discutidos e resolvidos.

Não à APU na Junta

Numa conversa com os camaradas João Pedro Galvão, primeiro-secretário da Mesa na ex-Junta e que encabeçou a lista da APU em 1982 — homem já de 71 anos — e Germano Alexandre Correia, responsável da Comissão de Freguesia e membro da Comissão Concelhia do PCP, fica-se com uma ideia do que se passou.

Isto começou logo mal — diz-nos Pedro Galvão. O Presidente da Junta, Manuel Fernando Brás, do PSD queria que um elemento da APU fizesse parte do executivo, mas o Presidente da Assembleia, que é do PS, opôs-se.

O Presidente da Junta — acrescenta Germano Correia — sentia que as forças mais votadas na Freguesia deveriam participar na gestão autárquica.

Contudo, após a formação da Junta, o Presidente pede a suspensão do mandato por 90 dias e assume as

funções o segundo da lista. Agravam-se as desinteligências PS/PSD e dá-se a dispersão do executivo pelas aldeias da Freguesia.

Entretanto, a população pressiona o Presidente a reocupar o lugar, mas o substituto tenta furtar-se a «ceder a pasta» e depois de diversas reuniões em que não compareceu é preciso ir a casa dele para que a transferência se concretize.

Mais interessado em manobras eleitorais do que nos interesses da população o PS inviabiliza cada vez mais o trabalho da Junta. O próprio PSD, que tem a maioria na Câmara, também não propicia apoios para os trabalhos que se deviam realizar.

A situação degrada-se a tal ponto que o Presidente da Junta se demite depois de tornar público um comunicado em que acusa o seu partido (o PSD) e o aliado PS de nada fazerem, de não ajudarem em nada, de não concretizarem os compromissos que tinham assumido, pelo que a população deveria tirar a devida conclusão da gestão destes dois partidos.

... é cavar a nossa sepultura

Negociando em máquinas agrícolas e automóveis, Manuel Fernando Brás, ex-Presidente da Junta não se furtou a falar connosco.

Por que se demitiu? — foi a pergunta sacramental.

Porque não estou de acordo com a política deste Governo! — respondeu-nos, acrescentando — embora tivesse concorrido às eleições autárquicas pelo PSD, tendo ganho duas vezes pela maioria numa Freguesia altamente socializada.

Entendo que a política actual é

— defende candidato da APU

destruidora para a maioria dos pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais. Não existem planos de reconversão para nenhuma destas actividades e votar nos partidos deste Governo é cavarmos a nossa sepultura. A máquina do Estado é que elaborou todo o orçamento sem criar riqueza. Há realmente um certo oportunismo que foi criado, próprio deste Governo que serve muitos oportunistas. Ao cidadão que pretende desenvolver honestamente o seu comércio ou indústria não lhe dão condições..

Sobre o trabalho na Freguesia acrescentou ainda:

A Junta não funcionava o que levou à demissão, devido aos dois partidos coligados, o PS e o PSD, não se entenderem e não serem capazes de gerir a freguesia.

A conversa prolongou-se ainda durante largo tempo. Manuel Brás, à despedida ainda nos diz: Eu sou um homem de boa vontade.

que dizem que a APU, com o candidato que apresenta, tem a vitória quase assegurada. E há mesmo quem diga: «Com um bom candidato é meio caminho andado.»

Chama-se Adérito de Jesus Teixeira, tem 31 anos, e exerce a profissão de enfermeiro no Hospital de Mirandela. Pela primeira vez se mete nestas coisas. E, quando rios deslocamos a sua casa, para uma breve conversa, faz questão de que fique bem claro que se apresenta na lista da APU como independente.

Adérito de Jesus Teixeira, cabeça de lista da APU: «Quero trabalhar honestamente e não fazer chantagem à população»



Meio caminho andado

Carvalhais está na ordem do dia — afirmava-nos o camarada Germano Correia. A opinião entre os camaradas é que a APU vai ter o maior resultado de sempre, na Freguesia. Mas são as próprias pessoas dos outros partidos

Vamos discutir ainda a lista e se vir que há pessoas para trabalhar eu lá estarei. Quero trabalhar honestamente e não fazer chantagem com a população.

Quais os projectos em mente, quisemos saber. Revela-se realista:

É melhor prometer pouco e fazer muito! A Freguesia tem quatro aldeias — Carvalhais, Vila Nova das Patas, Contins e Vilar de Ledra. Torna-se necessário ver as necessidades das aldeias e o que se pode fazer em seis meses.

No entanto, a sua simpatia não deixa de ir para um parque infantil, mas esclarece: Não existe nenhum na Freguesia. Mas para se fazer numa aldeia tem de se fazer em todas, porque só por eu ser de Carvalhais não vou puxar só para a minha terra. Pode ser que só seja possível dois parques e então temos de ver por onde os distribuir, de acordo com as necessidades da população mais pequena.

Contrapomos: «Porquê o parque infantil? Os outros partidos acusam a APU de só fazer parques infantis. Acha que é uma obra importante?»

Para mim — responde — o essencial até seria uma creche, onde os pais deixassem os filhos quando trabalham. Mas não há tempo nem verbas para isso. Com o parque in-

fantil os miúdos deixam, em parte, de brincar na rua. Estão mais protegidos. Além disso, um parque infantil não é assim tão difícil de fazer.

Boicote às eleições?

Refere ainda outras coisas a fazer — arranjar um local para o funcionamento da Junta, reparar o pontão da estrada antiga, totalmente degradado, e fazer um levantamento das necessidades das restantes aldeias, que considera importante.

O almoço já arrefeceu. Por duas vezes o pai veio chamá-lo. Adérito Teixeira ainda nos diz, enquanto se despede:

Quando deito fora da boca é para cumprir. Gosto das coisas tal como elas são. O que é de Pedro é de Pedro, o que é de Paulo é de Paulo.

Homem independente, não se sente incomodado em trabalhar com a APU. É meio caminho andado, dizem uns. Com o prestígio que esse homem tem na região, vão ganhar, acrescentam mesmo alguns membros do PS e do PSD.

No entanto, a Câmara de Mirandela não parece interessada em marcar as eleições intercalares. Sabe-se que a primeira reacção do Presidente da Câmara foi contrária às eleições e, na reunião efectuada no passado dia 21, a vereação concluiu não ser necessário a realização de eleições, adiando a marcação das mesmas a pretexto da consulta a organismos oficiais.

A direita teme o desaire e tenta evitá-lo, não vá o reflexo fazer-se sentir noutros locais. Mas um vento novo sopra no Nordeste transmontano pondo de pé homens que querem trabalhar pelos interesses das populações, o que até agora não tem sucedido. Carvalhais está na ordem do dia ■



Uma força política atenta às realidades

Enquanto a chamada «classe política» alegremente se enreda nas suas mesquinhas preocupações, exclusivamente voltada para a manutenção dos seus privilégios de classe e para a concretização de uma política enfeudada aos grandes interesses económicos e ao imperialismo — os comunistas trabalham. Promovem o debate dos grandes problemas locais e regionais, todos dizem respeito, analisam as questões a nível local e regional, avançando propostas e sugerindo soluções. É verdadeiramente notável, no seu conjunto, o trabalho produzido no âmbito das assembleias (locais ou de sector, concelhias, distritais): nas intervenções dos participantes, nos debates realizados, o trabalho colectivo preparatório, nas conclusões dos encontros, é o país real que se revela, nas suas tremendas dificuldades mas também nas suas enormes potencialidades, hoje inaproveitadas por uma política alheia aos interesses nacionais. Na sequência de outros anteriores, aqui fica o exemplo recente das assembleias realizadas em Castelo Branco e na Guarda.

CASTELO BRANCO

Ensino: alguns «casos»

- A degradação do sistema de ensino que se verifica a nível nacional é uma calamidade à qual não escapa o nosso distrito:
- A Escola Preparatória do Tortosendo funciona em péssimas condições;
- A Escola Preparatória de Penamacor que, há pouco foi inaugurada, encontra-se encerrada por falta de segurança;
- O Complexo Escolar do Fundão vai começar a funcionar sem instalações desportivas e sem oficinas;
- As Escolas Primárias sem verbas para aquecimento e até algumas a funcionar em salas que talvez servissem para palheiros mas nunca para Escolas;
- A maioria das Escolas do distrito estão superlotadas;



Penteadora de Unhais: quase um chefe para cada trabalhador

Os trabalhadores da Penteadora têm grandes e belas tradições de luta. Em 1969, em pleno regime fascista, os trabalhadores desencadearam uma extraordinária acção de luta contra a propriedade do patrão, resultando daí o espancamento e agressão da GNR a vários operários.

Em 1975, imediatamente a seguir ao 11 de Março, o engenheiro Garrett, principal accionista da empresa, foge para o Brasil, abandonando a empresa.

Os trabalhadores, conscientes da importância da empresa na economia regional e no sector, conseguem que o Governo de então intervencionasse a empresa, registando-se que o período de intervenção, foi das mais importantes no desenvolvimento da empresa.

Mário Soares, esse inimigo dos trabalhadores e do Povo, não descançou enquanto não foi buscar o patrão ao Brasil, entregando-lhe a empresa numa bandeja da deitar notas pela borda.

De então para cá, a administração da empresa, chefiada à distância pelo engenheiro Garrett e no dia a dia pelo engenheiro Leitão, este, incansável executor e mentor da ANIL, tudo tem feito para instituir um clima de medo e repressão, com o objectivo declarado, mas nem sempre conseguido, de fazer recuar os trabalhadores e de nos fazerem regressar ao antes do 25 de Abril.

Tudo tem servido para atingir estes objectivos.

- Os salários reais dos professores têm diminuído, levando alguns deles a recorrer às explicações e a outras formas de acumulações;
- As verbas para a acção Social Escolar têm diminuído com consequências graves.
- Poderíamos continuar a enumerar muitos outros casos...
- O ensino em qualquer sociedade reflete a sua situação política-social, não é nenhum mundo aparte.
- A situação em que nos encontramos não é pois uma fatalidade, ou uma obra do acaso ela é a consequência ao nível do ensino, da política que tem vindo a ser seguida, uma política de classe ao serviço dos monopólios dos grandes agrários e do imperialismo. (Luís Lourenço, intervenção sobre o Ensino).



GUARDA

Agricultura — O ponto da situação

O distrito da Guarda é fundamentalmente — como o provam à partida as características económicas do distrito e o peso do sector primário (agricultura e minas) na população activa — 35% — um distrito predominantemente agrícola.

Com uma área cultivada de 346 mil hectares, apesar das cartas de solos indicarem aptidão apenas para 80 mil, a agricultura no Distrito da Guarda é muito diversificada, assenta na pequena propriedade de exploração familiar, é pouco mecanizada e a população activa neste sector caracteriza-se por um elevado nível etário e por ausência de formação técnica profissional.

O abandono cada vez mais acelerado dos campos é uma realidade a que não são estranhas as medidas ruinosas para este sector que os governos do PS, PSD e CDS têm tomado do sentido de acelerar a sua completa destruição com vista a satisfazer as exigências feitas pelos seus amigos do FMI (Fundo Monetário Internacional), BM (Banco Mundial) e CEE (Comunidade Económica Europeia).

Os aumentos constantes dos preços do gasóleo, adubos, pesticidas, rações, máquinas agrícolas, etc; a

não garantia de escoamento dos produtos dos agricultores (vinho, batata, maçã, pêra, amêndoa, castanha, carne e outros), a não garantia de pagamento a preços compensadores, a falta de créditos, o não pagamento dos subsídios, a falta de indemnização por prejuízos sofridos pelas geadas, grianços e outros catástrofes, a falta de apoio técnico, formação profissional, o não fornecimento de sementes e animais seleccionados, a inexistência de obras de beneficiação, designadamente

te construção de barragens para o aumento da área de regadio. São um conjunto de factores que têm levado à ruína da lavoura conduzido ao abandono das terras e à diminuição dos efectivos pecuários tornando o país mais pobre e dependente do estrangeiro. Importamos milhões de contos em produtos agrícolas do estrangeiro. Se não for travada esta política, a ruína será total. Portugal seria uma colónia dos americanos ou dos monopólios da CEE.

As propostas do PCP

- A agricultura deve ser o motor de arranque da economia no Distrito. Para isso é fundamental:
- Assegurar aos agricultores preços justos e compensadores para os seus produtos e assegurar o seu escoamento.
- Acabar com os sucessivos e brutais aumentos dos factores de produção (gasóleo, adubos, rações, pesticidas, etc.).
- Abertura de linhas de crédito bonificado para a lavoura e assegurar a tempo e horas os pagamentos devidos por indemnização justificadas por prejuízos provocados pelas intempéries.
- Assegurar o fornecimento de sementes e animais seleccionados.
- Assegurar apoio técnico qualificado, bem como a formação profissional, aos agricultores.
- Incentivar a fixação de jovens agricultores através de apoios especiais aos jovens.
- Proceder à rápida execução das cartas de solos.
- Avançar com a concretização de barragens, tais como: Caldeirão-Mocho Real-Rio Mondego, Sr.ª D'Assueiro Mondego, Alfaiates no Sabugal, Ribeiras da Pega, Porquinho e Masueine em Pinhel, Ribeira de Aguiar em Figueira Castelo Rodrigo, Alto Cão e Alto Zázere, etc.
- Aumentar substancialmente o número de hectares de regadio, condição fundamental ao aumento de produção e de produtividade.
- Aumentar a rede de frio por forma a permitir o integral aproveitamento de produção frutícola, casos da maçã e da pêra, e promover a instalação de unidades fabris para a conserva e aproveitamento dos subprodutos.
- Demarcar, ouvidos os interessados, a região de Queijo da Serra e implementar o aumento da produção do mesmo.
- Acabar com as negociações das importações no estrangeiro de produtos que muitas das vezes se estão a estragar nas mãos dos nossos produtores.
- Dinamizar o cooperativismo e o associativismo dos produtores para as mais diversas actividades ligadas à agricultura.
- Aumentar as áreas demarcadas de vinha, acabando com as negociações vergonhosas do vinho generoso que se processam em proveito das grandes companhias e especuladores, e em prejuízo dos nossos agricultores (das conclusões da Assembleia)

Turismo: uma riqueza que é necessário aproveitar

O distrito da Guarda pode ser, sem dúvida, um dos mais ricos de todo o País num campo em que todo o País é potencialmente fértil, o Turismo.

Com efeito, é no distrito da Guarda que se situa a Serra da Estrela, a mais bela serra de Portugal.

O Distrito dispõe de um rico e vastíssimo património natural, cultural e histórico. Pelo nosso distrito passam centenas de milhares de turistas e emigrantes pois nele se situa uma das mais importantes fronteiras, que é o Vilar Formoso. A sua confluência com a vizinha Espanha é por si um potencial turístico. Torna-se no entanto indispensável encarar o Turismo como uma fonte de desenvolvimento e progresso. Para isso é necessário criar as condições que atraiam o turista, fixem o turista e que permitam beneficiar dos turistas de passagem.

É necessário inventariar e preservar o património natural, cultural e turístico e proceder à sua divulgação.

É necessário melhorar e alargar a rede viária e ferroviária, acabar com o fecho das estações como pretendem em Almendra, Benespera, Baraçal, Freinada, Freixo Numão, Sabugal, Vesúvio, e estudar a criação de novos circuitos turísticos.

É necessário melhorar e alargar a rede hoteleira pois a existente é visivelmente insuficiente como o baixo número de trabalhadores do sector (718) deixa só por si evidente.

É necessário pôr termo ao fecho de fronteiras, exemplo de Barca D'Alva, e bem ao contrário, estudar novas facilidades de acesso de turistas espanhóis ao Distrito.

É necessário alargar o número de parques de campismo no distrito, bem como melhorar os existentes (das conclusões da Assembleia).

Autárquicas, 1985: os objectivos

- A proposta de relatório/resolução apresentada a esta Assembleia aponta como objectivo principal para as próximas eleições autárquicas, pela 1.ª vez traçado, o de concorrer a todos os órgãos autárquicos do distrito: 157 Assembleias de Freguesia, 11 Assembleias Municipais e 11 Câmaras Municipais.
- A par deste objectivo geral, impõem-se, desde já, que se definam objectivos parciais, que contribuam decisivamente para o reforço do Poder Local democrático no nosso distrito:
- Manter as freguesias APU (Tortosendo, Unhais da Serra e Oledo).
- Trabalhar para ganhar novas freguesias nos concelhos de Belmonte (Maçainhas e Belmonte), de Castelo Branco (Monforte da Beira e Malpica do Tejo) e Covilhã (Aldeia do Carvalhal, Coutada e Sarzedo).
- Aumentar a votação e o número de eleitos nas Assembleias de Freguesia.
- Manter e reforçar a participação, com a eleição de mais vereadores e deputados municipais, nas Câmaras e Assembleias Municipais. (Francisco José Costa, da C. Concelhia de C. Branco, vereador da CM).

Portugal: 2,5 milhões de lucro líquido em 1984

A nossa empresa foi construída em 23 de Fevereiro de 1965, com o nome de Celtejo. Entrou em laboração a 24 de Fevereiro de 1971 com um investimento de 600 mil contos. Ocupam uma área de 80ha com uma capacidade instalada de produção de 80 mil toneladas/ano.

Foi nacionalizada a 9 de Maio de 1975. Passou a produzir quase exclusivamente pasta Kraft crua de pinho. Atingiu o milhão de toneladas em 16 de Março de 1984, que a preços de 1983 significou um valor de vendas anual de 3 milhões de contos, colocando-se este Centro ao nível dos melhores standards mundiais do sector.

Em 1983 a França, a Itália, a Espanha, a Inglaterra, a RFA e a Bélgica absorveram 83,8% da produção, o que prova o interesse da chamada «Europa Conosco» em exportar para Portugal as indústrias poluentes, satisfazendo-lhes nos as suas necessidades, mas ficando com a poluição.

Contrariando a tese de que as nacionalizadas só dão prejuízo, a Portugal apresentou em 1984 2,5 milhões de lucro líquido (descontando sensivelmente o dobro pago em juros à banca). Daí o apetite aguçado e as tentativas desesperadas dos ex-accionistas para a sua reprivatização e devolução.

Esta unidade fabril é a empresa mais importante do concelho e uma das maiores do distrito. Nela laboram mais de 500 trabalhadores, que se distribuem por 67 localidades de 30 freguesias, de 11 concelhos, de 5 distritos diferentes. É pois um pólo aglutinador que nos permite, no plano orgânico, chegar a lugares onde as dificuldades de organização são mais acentuadas.

Metalúrgicos: as preocupações e a unidade combativa

Os trabalhadores metalúrgicos constituem uma forte e poderosa classe no distrito, com cerca de 2000 associados. O Sindicato dos Metalúrgicos, tem sido uma acção determinante na resolução dos problemas da classe, na melhoria das suas condições de vida e de trabalho, na defesa das conquistas de Abril.

O sector metalúrgico é também como outros sectores vítima da escandalosa política de recuperação capitalista do Governo PS/PSD.

Centenas de operários metalúrgicos encaram hoje com preocupação o futuro das empresas do sector e os seus postos de trabalho.

Nesta situação encontram-se 160 trabalhadores da Automecânica da Beira, recebendo do Fundo de Desemprego, a Garagem Império com salários em atraso e vendo reduzidos 9 postos de trabalho, na mesma situação se encontra a Melota.

A Metalúrgica de Castelo Branco não vê a sua situação definida e ainda a Carmo-Vene com 13 trabalhadores em vésperas de engrossar as fileiras do exército de desempregados, pela descapitalização da empresa.

Para além da luta em defesa dos postos de trabalho, há ainda a destacar a luta pela melhoria das condições de trabalho, nomeadamente nas Minas da Panasqueira, onde em apenas 3 meses se sucederam mais de 50 acidentes de trabalho.

Na luta contra os amarelos divisionistas da UGT, há a destacar o trabalho na Portucel em Ródão, que através da unidade, o Sindicato dos Metalúrgicos tem vindo a aumentar o seu número de associados, tornando assim o SIMA, sindicato amarelo, cada vez com menos expressão. (Manuel Carlos Amaro, da C. Concelhia de V. Velha de Ródão, dirigente sindical).

Hoje a empresa tem cerca de mil trabalhadores e quase um chefe por trabalhador. A maioria dos novos trabalhadores são oriundos das aldeias vizinhas de Unhais da Serra. Este facto cria dificuldades no nosso trabalho, dado que são operários arrancados do mundo rural com a sua mentalidade própria e quantas vezes já pressionados e atemorizados pelos caciques das localidades onde habitam.

Isto não aconteceu por acaso, a administração desde há muito que deixou de admitir pessoal de Unhais da Serra, com o objectivo de vergar os trabalhadores desta localidade.

Desde a publicação da lei dos contratos a prazo, nenhum trabalhador, com excepção dos chefes, foi admitido como efectivo e actualmente, são cerca de 50% os trabalhadores contratados a prazo.

O que se passa na Penteadora é escandaloso, procura-se impedir a realização de plênários, tenta-se limitar as liberdades sindicais, chega-se ao cúmulo de querer censurar a propaganda sindical; os trabalhadores contratados a prazo quando admitidos não podem inscrever-se no sindicato, se não vão para a rua.

A empresa tem tido apoios financeiros quase todos os anos, mas a gestão é desastrosa e põe a nu que a entrega da empresa aos donos que a abandonaram, foi um acto criminoso, premeditado, só possível porque Mário Soares nutre um ódio feroz por tudo o que sejam conquistas dos trabalhadores (intervenção sobre a Penteadora de Unhais da Serra).





LUXEMBURGO

Comunidade portuguesa mantém viva a esperança de Abril

Com uma população de 360 mil habitantes, vivem e trabalham actualmente no Luxemburgo perto de trinta mil portugueses. Tal como outros, este país europeu não constituiu excepção no aproveitamento da mão-de-obra barata que lhe foi oferecida pela ditadura fascista em consequência do seu regime de opressão e terror, dos efeitos da guerra colonial, da desenfreada exploração do povo, factores que, individualmente ou no seu conjunto, obrigaram milhares e milhares de portugueses a emigrar.

Necessitando de mão-de-obra sobretudo para a construção civil e para a agricultura os patrões luxemburgueses começam a angariar em França e no nosso País os portugueses que se encontravam na contingência de procurar sustento e uma vida melhor fora da pátria.

Partiam sem contratos legais, sem alojamento condigno, sem a família, sujeitos a terem de ir à Bélgica para conseguir um passaporte, sujeitos a pressões e ameaças quer da parte dos «chefes» e patrões, quer dos que se diziam seus representantes.

Com efeito, o encarregado de negócios e seus apaniguados, conhecendo as dificuldades dos trabalhadores, ameaçavam-nos (inclusive com a Pide), incentivando a corrupção, procurando obter cada vez mais lucros à custa dos trabalhadores imigrantes.

A chamada convenção na altura existente entre o governo luxembur-

Uma vida nova

Entretanto, vem o 25 de Abril. Acolhido com entusiasmo pelos trabalhadores de imediato é organizada uma manifestação espontânea em frente à residência do encarregado de negócios, exigindo a sua demissão e respectiva substituição por democratas com o espírito do 25 de Abril.

Os portugueses começam finalmente a reunir-se e a organizar-se. As notícias de Portugal são acolhidas com ansiedade e esperança. Todos esperam dias melhores e vêem mais próximo o dia do regresso definitivo ao País — um Portugal sem guerra, livre e democrático.

Com as nacionalizações, o controlo de gestão das empresas nacionalizadas pelos trabalhadores, com uma Reforma Agrária a consolidar-se, pareciam estar criadas as condições para esse regresso. Outro rumo, toda-



Desenvolvendo uma ampla actividade (festas, torneios, festivals, etc.) as associações de emigrantes contribuem em larga medida para a presença e manutenção da nossa cultura, de muitos hábitos e costumes levados de Portugal; na foto, o rancho folclórico da Comunidade Portuguesa de Emans

nar novos acordos capazes de responder às novas realidades da emigração.

Política errada

O Governo PS/PSD, pela orientação geral que imprime à sua política, destruindo as bases da economia nacional e agravando as condições de vida do povo para restaurar o poder dos grupos monopolistas, mostra-se incapaz de criar as condições necessárias para o regresso dos emigrantes.

Também no Luxemburgo a política antipatriótica e de completo desprezo pelos interesses dos emigrantes se faz sentir: é no campo cultural com a não existência de uma política que possa minimamente defender as tradições populares e culturais do nosso povo; é no ensino da língua materna, cujas lacunas e indefinições já provocaram nefastas consequências no desenvolvimento futuro das crianças e dos jovens, não existindo uma política de ensino que garanta aos que regressam ao País uma integração equilibrada no sistema escolar português; é no domínio da informação, com a permissão de uma acção desinformativa que vota os portugueses à ignorância, tornando-os alvos fáceis da manipulação conservadora, não existindo sequer qualquer programa de televisão em língua portuguesa, enquanto o tempo de rádio é insuficiente e inadequado.

Com intentos de travar a crescente luta reivindicativa dos emigrantes em defesa dos seus direitos o governo criou em 1980 o Conselho das Comunidades Portuguesas, procurando deste modo tornar menos perceptível a sabotagem que faz à lei das Comissões Consulares dos Emigrantes.

Ao verificar, contudo, que os emigrantes — revelando uma enorme consciência dos graves problemas que enfrentam — estavam na disposição de desenvolver a luta (mesmo dentro das reduzidas possibilidades de acção que o Conselho lhes dava) pela modificação das graves situações que vivem, o Governo tudo passou a fazer para sabotar a acção do Conselho, propósito que desde logo se reflectiu directamente na vida das Asso-

Descontentamento geral

Daí, a existência, no seio da comunidade portuguesa, de um generalizado descontentamento. Fartos das promessas de quantos apenas vêem os emigrantes como uma fonte de divisas, insatisfeitos com a crescente dependência do País face ao imperialismo e ao capital estrangeiro, reforça-se entre os trabalhadores emigrantes portugueses a convicção de que só têm a ganhar com a demissão do actual governo e a sua substituição por um governo democrático empenhado na resolução dos problemas nacionais, na melhoria das condições de vida do povo, que permita arrancar o País da crise e que contribua para criar as condições de regresso.

Este o objectivo imediato e comum de quantos labutam no Luxemburgo para que a esperança de Abril se torne uma realidade ■



Vencendo a inércia, promovendo o associativismo, ultrapassando obstáculos e dificuldades de toda a ordem, os emigrantes portugueses privilegiam na ocupação dos seus tempos livres a prática do desporto. Um lugar de honra cabe, naturalmente, ao futebol, modalidade que conta com algumas dezenas de equipas; na foto, a do «União Centro Cooperativo Desportivo», jovem clube fundado em 1978

guês e o ministro dos negócios estrangeiros caetanista punha como condição às autoridades daquele país a não aceitação de jovens em idade militar, nem de «clandestinos». O objectivo era claro: aumentar as fileiras da guerra colonial. Ao mesmo tempo, faziam-se ameaças aos trabalhadores sindicalizados agitando o papão da «fronteira em 24 horas», enquanto a igreja e as «Amizades-Portugal-Luxemburgo» constituíam as únicas organizações admitidas, a par de duas ou três equipas de futebol. Qualquer tentativa de associação como, por exemplo, a criação de uma «Casa de Portugal», era boicotada e sofria a infiltração de homens da confiança do encarregado de negócios.

via, haviam de tomar os acontecimentos. Após 1976, os sucessivos governos desenvolvem uma política antipatriótica e também, de completo desprezo pelos emigrantes, actuação que, como não podia deixar de ser, se reflecte negativamente nas condições de existência, no trabalho e no futuro da comunidade portuguesa no Luxemburgo.

Pela sua política de desastre nacional e de subserviência em relação ao imperialismo, o Governo PS/PSD, tal como os que o precederam, mostra-se incapaz de fazer respeitar os acordos e convenções assinados com os países onde existem comunidades de emigrantes portugueses, de melhorar o conteúdo dos existentes e de assi-



Obrigados a procurar o sustento e uma vida melhor em terras distantes, uma grande parte da comunidade portuguesa trabalha na construção civil

URUGUAI acabar com o passado

Por toda a parte no Uruguai se sente uma atmosfera de festa popular. Acabaram os 12 anos de regime militar. O presidente eleito tomou posse no dia 1 de Março.

Vive-se o regresso à democracia com a plena consciência de que não se trata de uma dádiva, antes é o fruto de uma longa e difícil luta contra a ditadura. Como é natural, regozijam-se em particular os que deram a essa luta toda a sua energia e que lhe dedicaram a sua vida, os comunistas uruguaios.

O edifício da sede do Partido, na rua Rio Negro, em Montevidéu, está decorado com bandeiras e cartazes. No interior estão bastantes pessoas, bem como na calçada junto à entrada. Abraços calorosos de amigos, exclamações de alegria: era a primeira vez

ta sindical. Durante muitos anos foi dirigente da Juventude Comunista do Uruguai. A sua história é semelhante à de muitos outros dirigente comunistas: dos doze anos de ditadura pas-

para quebrar a resistência dos presos, tanto no aspecto físico como moral. Numa dessas cadeias, apelidada como que por brincadeira de mau gosto de «Libertad», passei eu muitos anos...

Para o futuro, com optimismo

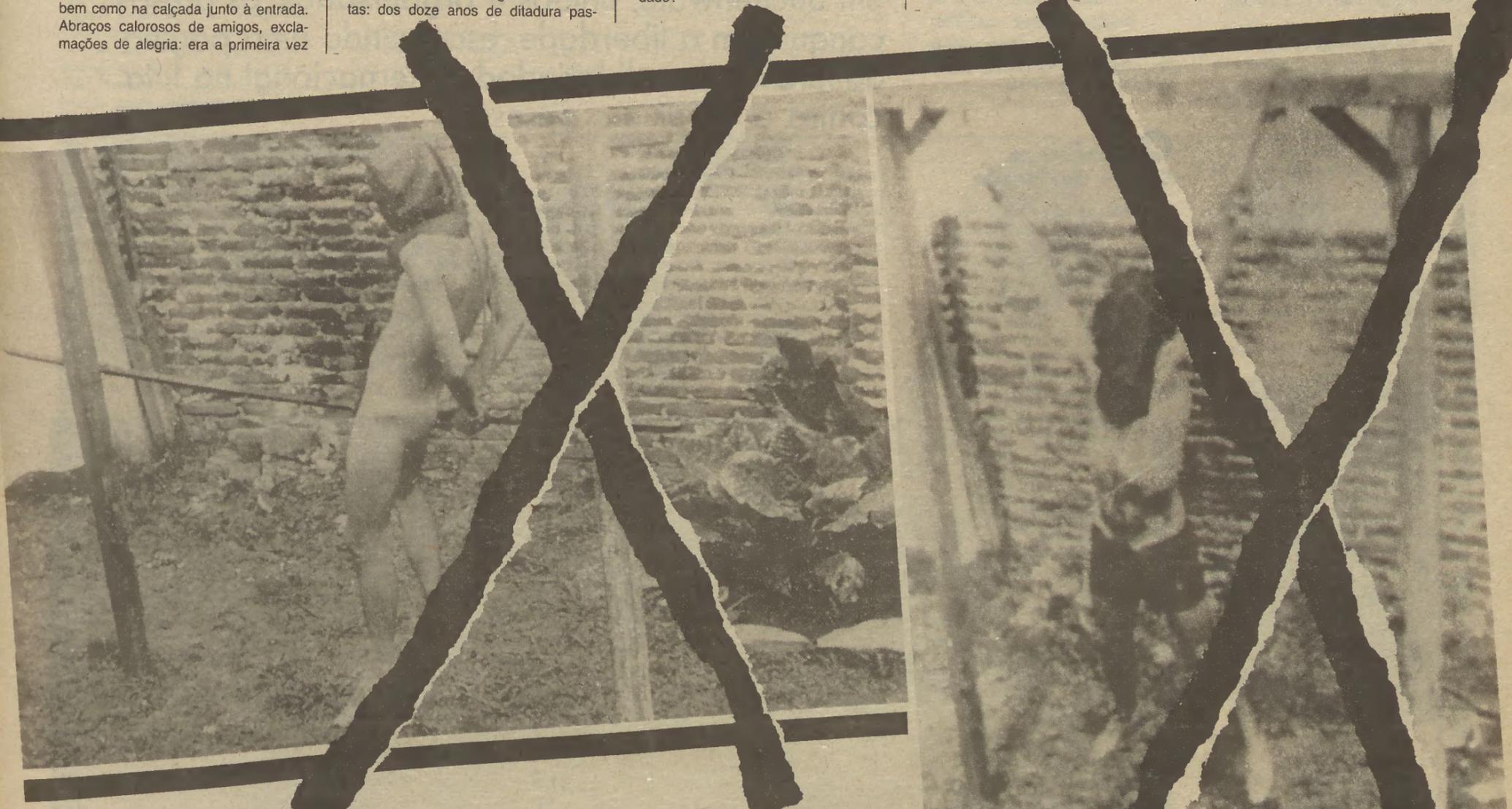
Que sente quem passou por tais provações quando regressa à liberdade?

Hoje novos objectivos se colocam ao país, essenciais ao reforço da democracia. Em primeiro lugar há que procurar resolver os problemas económicos e sociais, extremamente sérios. Cerca de 14% da população economicamente activa está desempregada; os rendimentos reais dos trabalhadores reduziram-se em mais de 50% durante a ditadura; trezentas mil pessoas (um em cada dez uruguaios) não tem acesso à assistência; o problema da habitação é muito grave.

E embora o Uruguai seja um país

política de tomar decisões e assumir responsabilidades que não são fáceis.

De acordo com o camarada Jorge Mazzarovich, o essencial é acabar com o predomínio dos bancos estrangeiros na economia nacional, impedir que o FMI imponha condições desvantajosas e rapaces, acordar no pagamento da dívida externa — que ascende a 5,5 mil milhões de dólares — levando em conta não os interesses dos monopólios mas os do país, ou seja, par-



em muitos anos que velhos amigos, veteranos da luta na clandestinidade, se encontravam abertamente, em pleno centro da capital. Pedreiros e estudantes davam os últimos retoques de restauração, o telefone tocava constantemente. Vivia-se o último dia em que o Partido era considerado oficialmente ilegal. No dia seguinte uma nova etapa da luta começava.

Como afirma Jorge Mozzarovich, membro do comité executivo do Comité Central do Partido Comunista do Uruguai (PCU), o Uruguai vive hoje não apenas uma mudança de poder ou de um governo por outro. Assistimos ao início de uma nova etapa da vida nacional. A vitória alcançada pelo povo abre amplas perspectivas.

Oriundo de uma família operária, com 41 anos de idade, Jorge Mazzarovich destacou-se cedo como activis-

soú nove na prisão. Libertado em Setembro do ano passado, Mazzarovich reiniciou de imediato a actividade política.

As forças Imperialistas que inspiraram o golpe de Estado reaccionário no Uruguai visavam a exploração económica do país, cindir a classe operária, tornar «amarelos» os sindicatos, acabar com as organizações progressistas e, em primeiro lugar, com o Partido Comunista — diz aquele camarada.

O regime nas cadeias durante a ditadura militar, prossegue, foi estabelecido em conformidade com as recomendações especiais de psicólogos. Era a administração das prisões que mandava os presos para a solitária (isolamento), autorizava os passeios no passo interno, etc. Raras visitas de parentes, espreita e escuta constantes... Tudo se fazia

Para o camarada Jorge, a primeira sensação, confessa, foi de dor de ouvidos. O barulho e a diversidade dos sons do mundo estontelam, pois na prisão reina o silêncio. Os presos falam sempre em voz baixa, como num cemitério. Senti ao mesmo tempo inquietação de como estruturar as minhas relações com os mais próximos, após tantos anos de separação; tenho família, esposa e dois filhos que cresceram sem mim...

Depois, gradualmente, senti a alegria. Vi que a luta a que me dediquei por completo continua com êxito, que a unidade da classe operária, a despeito de tudo, se reforça. As ditadura não conseguiu quebrar os uruguaios. Apesar das repressões, o Partido não deteve mesmo por um dia as suas actividades.

com grandes recursos naturais, com boas possibilidades para o desenvolvimento agrícola e industrial, e dispondo de uma mão-de-obra qualificada, a resolução dos problemas passa em primeiro lugar pela coragem e vontade

tindo do princípio primeiro, pão para o povo; depois, o serviço da dívida.

Quando ao futuro... os comunistas uruguaios olham para o futuro com optimismo ■



Os presos de Buchenwald organizam-se e vencem!

A luta de resistência contra o nazismo passava pelo próprio interior dos campos de concentração: em Buchenwald, unidos e organizados, os presos conquistam a liberdade, escrevendo uma página admirável de solidariedade internacional na luta contra o terror e a opressão

Ao pé das portas de Weimar, cidade de Goethe e Schiller, fica o Ettersberg. Os fascistas hitlerianos edificaram na encosta setentrional deste monte, em 1937, um dos seus mais abjectos campos de morte, o campo de concentração de Buchenwald. Cidadãos de 32 nações — escravos para a indústria armamentista alemã — foram aqui cruelmente torturados. Entre eles comunistas e sociais-democratas alemães, já desde 1933 as primeiras vítimas da arbitrariedade fascista. Aqui morreram adversários de Hitler de todas as camadas do povo e de diferentes ideologias, cristãos ou ateus, judeus ou ciganos. A eles juntaram-se depois do início da guerra os prisioneiros trazidos dos países ocupados pela soldadesca hitleriana. 238 980 pessoas sofreram o inferno de Buchenwald. 56 mil delas morreram torturadas ou fuziladas.

Em Buchenwald foi assassinado o Presidente do Partido Comunista da Alemanha, Ernst Thälmann, no dia 18 de Agosto de 1944. Aqui morreu o político do SPD Rudolf Breitscheid, aqui foi assassinado o pastor Paul Schneider. A terra de Buchenwald está molhada do sangue dos antifascistas de toda a Europa.

Mas os fascistas não conseguiram quebrar a resistência. Sob os olhos dos verdugos formou-se a organização antifascista clandestina dos presos, que finalmente, em 11 de Abril de 1945, três semanas antes do fim do fascismo hitleriano, libertaram o

campo. Os homens das «SS» de Hitler dominaram no campo durante sete anos e nove meses.

O clandestino Comité de Partido

Os fascistas nunca teriam imaginado que a resistência antifascista continuava justamente no campo de concentração que eles controlavam com tanto rigor. Entre os primeiros presos, detidos em Buchenwald ainda em 1937, estavam destacados funcionários do Partido Comunista da Alemanha (KPD), por exemplo os deputados do Reichstag, Walter Stöcker e dr. Theodor Neubauer e o deputado do

Landtag Albert Kuntz, mais tarde assassinados pelos fascistas. Experientes no trabalho clandestino, eles estabeleceram logo depois da sua chegada contactos com os outros presos e fundaram o comité clandestino do campo de Buchenwald. Foram postas em prática as estruturas orgânicas já provadas na luta de resistência antifascista e comunistas experientes formaram células de três ou cinco camaradas. Apenas o responsável conhecia os membros do seu grupo. Ele só

mantinha o contacto com um outro. Quando os fascistas descobriam um elo da cadeia, faltava ainda muito para descobrir a organização.

A tarefa número um que o Comité do Campo assumiu foi a informação sobre os acontecimentos na Alemanha e no mundo, a fim de que os fascistas não conseguissem o total isolamento intelectual dos presos.

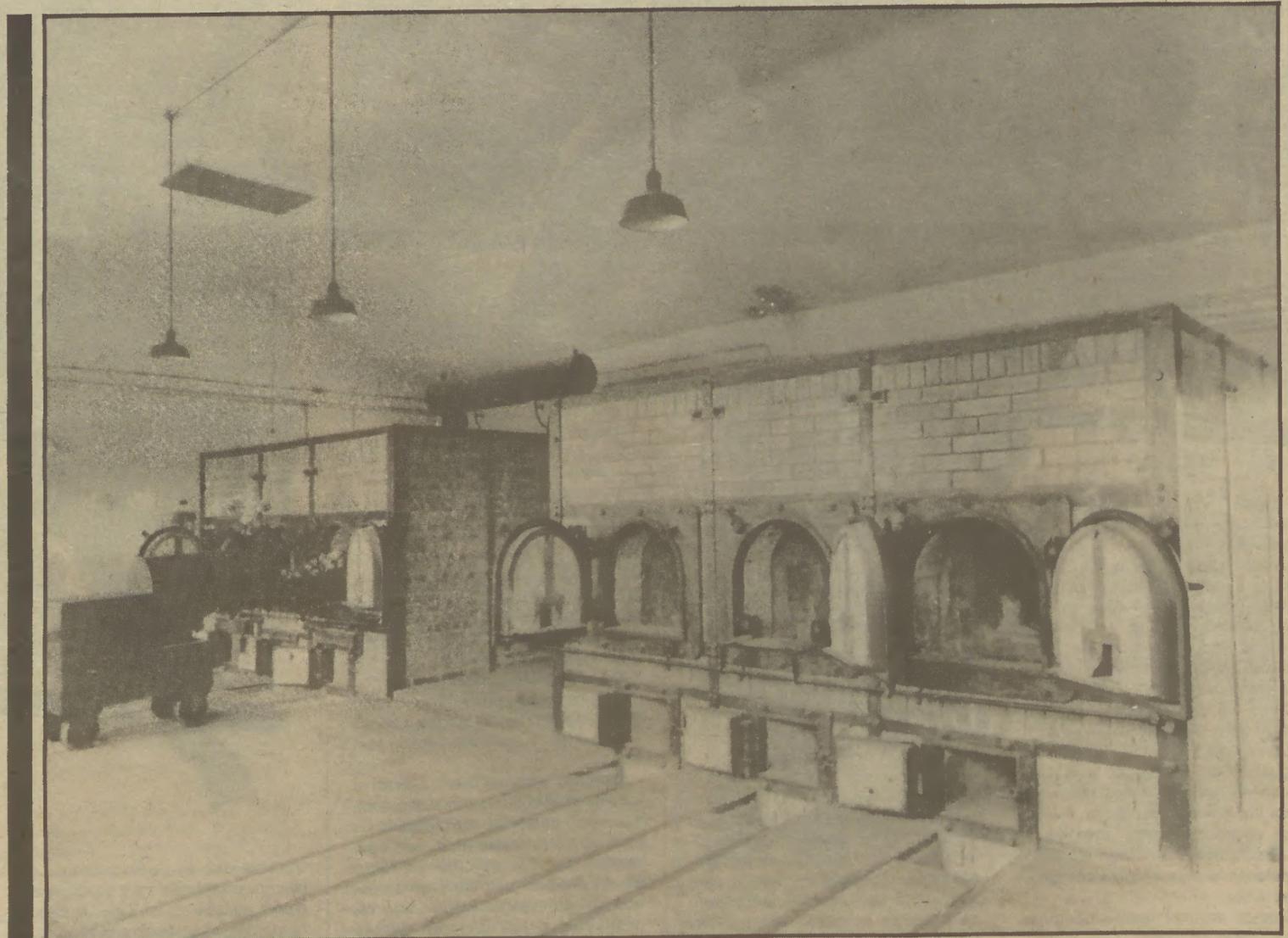
Em Buchenwald viveram milhares de presos concentrados numa zona limitada que não lhes deixava o míni-

mo de espaço. Eram 11 mil em 1938, 50 mil em 1945. Os homens das «SS», a fim de manter a visão do conjunto, colocaram presos nas funções de chefe do campo, controlador, chefe de bloco, escrivão de bloco, chefe de quarto, capataz, médico, socorrista.

Os fascistas nomearam para essas funções, em regra, agentes seus ou delinquentes encarcerados no campo. O Comité Clandestino do Campo, por sua vez, travava uma luta consequen-



Em Abril de 1945 os exércitos americano e soviético avançam pela Alemanha, vencendo a resistência das tropas nazis. Aproxima-se o fim do III Reich. É neste momento que é introduzida clandestinamente no Campo de Concentração de Buchenwald uma criança de três anos, trazida dentro de uma mala por um judeu polaco evadido de outro campo. Para salvar a vida da criança, os presos formam à sua volta um muro de solidariedade, enfrentando o terror, a tortura e a morte. É este o tema de «Nu entre lobos», obra célebre do escritor da RDA Bruno Apitz (ex-presos de Buchenwald), já com 40 edições em alemão, traduzida em três dezenas de línguas (incluindo a portuguesa, da responsabilidade da *Caminho*) e com adaptações à rádio, à televisão, ao teatro e ao cinema.



O crematório instalado no campo: uma verdadeira fábrica de morte, imagem e símbolo do que foi o fascismo

te pela nomeação para essas funções de preso, de grande importância para camuflar o trabalho clandestino, transmitir informações, organizar a solidariedade internacional e salvar vidas humanas.

A resistência torna-se internacional

Com a agressão do fascismo alemão contra os povos europeus, os «SS» conduziram milhares de presos doutros países para Buchenwald. Aos austríacos, checos e polacos juntaram-se mais tarde franceses, belgas e holandeses. No dia 18 de Outubro de 1941 chegaram os primeiros prisioneiros de guerra soviéticos. Foram cria-

das várias organizações nacionais de resistência.

A cooperação internacional obteve no Verão de 1943 uma força que permitiu uma estrutura orgânica mais sólida. Os responsáveis das organizações clandestinas da Checoslováquia, Áustria, Holanda, União Soviética, França, Bélgica, Jugoslávia, Itália e Alemanha reuniram-se em Julho daquele ano e criaram o Comité Internacional do Campo, sob a presidência de Walter Bartel. Representantes da Polónia e da Espanha juntaram-se-lhes em 1944.

3500 antifascistas organizados estavam naquele momento no campo. Eles escreveram um capítulo comvente da solidariedade internacional na crónica do campo Buchenwald. Es-



Todos os anos, eles voltam ao campo e repetem o «juramento de Buchenwald»: são antigos presos de dezenas de países unidos numa determinação comum — fascismo nunca mais!

conderam presos que estavam em perigo devido às suas firmes atitudes antifascistas. Os mais fracos e doentes receberam às escondidas alguma comida adicional. Outros receberam ajuda dos médicos antifascistas. O escritor da RDA Bruno Apitz descreve no seu romance «Nu Entre os Lobos», que foi traduzido em muitas línguas, incluindo o português, como os internados no campo protegeram uma criança destinada a ser assassinada pelas «SS» — um exemplo autêntico. Os presos antifascistas empenharam-se em particular em multiplicar os ac-

tos de sabotagem nas empresas armamentistas onde os presos de Buchenwald tiveram de trabalhar, contribuindo desta maneira para enfraquecer a máquina de guerra fascista.

A organização militar antifascista internacional

Quando a União Soviética susteve o avanço dos exércitos fascistas no Inverno de 1941/42, iniciando a mu-

dança no decurso da guerra, o Comité de Partido clandestino dos comunistas alemães em Buchenwald entendeu ter chegado o momento de se preparar sistematicamente para uma luta armada. Não tinham ilusões: se um dia os fascistas fossem muito apertados e se estivesse iminente o fim do regime hitleriano, os fascistas procurariam matar todos os presos. Sob a direcção de antigos oficiais das Brigadas Internacionais, experimentados na luta de libertação do povo espanhol, formaram-se grupos de combate que à socapa se dedicaram ao treino usando algumas armas portáteis secretamente trazidas para o campo.

Os presos de outras nações também se preparavam, depois da constituição do Comité Internacional do



Os «beliches» onde estavam instalados os doentes: aqui funcionava o «hospital» do campo, tão mortífero como o crematório



Com o auxílio de tenazes, dois presos transportam um companheiro morto: uma realidade quotidiana em Buchenwald



Walter Bartel

Presidente do Comité Internacional de Solidariedade



Comité Internacional de Solidariedade, tendo Walter Bartel sido nomeado presidente do grupo. este Comité subdividia-se numa organização clandestina da resistência internacional e numa organização militar.

Quando, a 11 de Abril de 1945, as tropas aliadas estavam a uma dezena de quilómetros do campo, Walter Bartel dá a ordem da sublevação armada. Conseguiu-se evitar o massacre de 21 mil sobreviventes.

Com a criação da República Democrática Alemã, Walter Bartel tornou-se Secretário do Presidente Wilhem Pieck, cargo que ocupa até 1953, tendo-se distinguido particularmente na reforma do Ensino e na democratização do Ensino Superior.

Walter Bartel foi professor de História na Universidade de Leipzig, director do Instituto de História Contemporânea e professor de História na Universidade Humbolt, de Berlim.

Este militante operário e antifascista é hoje, aos 80 anos, co-presidente do Comité Internacional Buchenwald-Dora, tendo sido nomeado cidadão de honra de Weimar, devido ao seu contributo para a consolidação da República Democrática Alemã ■

Campo, para a luta armada. Surgiu uma Organização Militar Internacional (IMO). Os grupos da IMO formaram-se nas barracas dos presos e também nos destacamentos de trabalho ordenados pelas «SS», no seio da «guarda do campo» (uma espécie de polícia dos presos), no corpo de bombeiros do campo e nos grupos de socorro e salvamento.

Até meados de 1942 entraram armas isoladas no campo, mas depois esse trabalho começou a processar-se em moldes organizados. A fonte principal foi a fábrica de Gustlow em Weimar, onde os presos trabalharam na produção de espingardas e pistolas. O comunista Kurt Gräbe, escrivão na secção de produção de espingardas, desempenhou um papel especial. Audaciosamente, arriscando a vida, trocava carabinas dos fornecimentos destinados à frente de guerra por armas com defeitos e levava as armas para o campo em «caixas de desperdício». Oficiais da artilharia soviética presos no campo fabricaram granadas de mão. Armas brancas foram secretamente forjadas nas oficinas onde os presos trabalhavam. Espingardas e pistolas foram roubadas dos depósitos de armas das «SS». As armas foram na maioria dos casos emparelhadas

ou enterradas debaixo das barracas dos presos, sendo reduzido o número de pessoas que sabiam do esconderijo.

o juramento de Buchenwald

Em fins de Março de 1945 existiam no campo 194 grupos armados com 900 combatentes. As secções militares mais numerosas eram a alemã, a soviética e a francesa. A evacuação dos destacamentos exteriores aumentou o número de presos no campo para 50 mil. As unidades das «SS» incluíam então 3 mil homens. O Exército Soviético estava nessa altura a 60 quilómetros de Berlim e os aliados ocidentais tinham chegado ao rio Reno.

O Comité Internacional do Campo desde 4 de Abril que lutava encarnadamente contra a intenção das «SS» de evacuar todos os presos, pois isso significava enviá-los para a morte. Quando o inimigo quis transferir os judeus, as suas fichas foram destruídas e milhares de companheiros judaicos foram escondidos. As «SS» encontraram apenas 3 mil do total de 8 mil.

O comandante do campo deu em 5

Oriundo de uma família operária, Walter Bartel cedo se apercebeu das injustiças, da opressão e da ameaça real que o nazi-fascismo representava para a Alemanha. Tendo aderido ao Partido Comunista Alemão, em 1923, continua a sua luta contra a ascensão do fascismo até que é preso com a chegada de Hitler ao poder, em 1933.

Até 1939 é continuamente transferido de prisão em prisão, sendo finalmente deportado para

o campo de concentração de Buchenwald, com passaporte para a morte.

Para fazer frente às atrocidades dos carrascos e às duras condições de cárcere e do trabalho escravo, os antifascistas organizaram-se dentro do campo.

Com a ocupação da quase totalidade dos países europeus, numerosos prisioneiros estrangeiros começaram a convergir para o campo.

Foi então organizado, na clandestinidade, um

de Abril ordens para levar 46 presos políticos à porta de entrada, considerados dirigentes da resistência. As «SS», ainda que ameaçando com metralhadoras e bazukas, não encontraram nenhum dos 46.

Os membros do Comité Internacional do Campo escutaram naqueles dias com toda a atenção os relatórios sobre as frentes de combate, usando aparelhos de rádio por eles próprios fabricados. Uma tentativa prematura de evasão, além de ser um suicídio, teria vitimado os mais de 10 mil doentes que se encontravam no campo. Mas a preparação do levantamento deu já um primeiro sinal do seu adiantamento quando, à ordem das «SS», a maioria dos prisioneiros de guerra soviéticos tiveram de sair do campo: equipados com pistolas e punhais, eles efectuaram no caminho um ataque de surpresa contra esquadras nazis, e na sua maioria, conseguiram juntar-se às tropas soviéticas.

«A noite anterior ao dia 11 de Abril parecia-nos a mais longa», lembra Walter Bartel. «Os companheiros do nosso serviço de reconhecimento informaram-nos de manhã sobre movimentos de fuga entre as „SS“. O Comité Internacional do Campo ordenou que a direcção militar preparasse os combatentes e as armas para o levantamento. Às 14.30 operou-se o assalto, desde há muito ansiado, contra a porta principal». O comandante da brigada de prisioneiros soviéticos, Segei Charin, recorda: «No local antes determinado recebi três espingardas, duas pistolas e três granadas para o meu grupo. Os outros companheiros armaram-se tão bem como puderam, com facas feitas por eles próprios, alavancas de ferro, picaretas e pás». Sob as balas disparadas pelas «SS», já em pânico, os insurrectos arrombaram as portas com troncos, destruíram a rede de arame farpado com pás e alicates. Os mais impacientes

lançaram casacos sobre o arame farpado, a fim de o ultrapassar.

As «SS» fugiram, deixando atrás de si armas e equipamentos. Os presos prenderam perto de 200.

21 mil presos de todas as partes da Europa conquistaram a liberdade. Organizaram sem demora a defesa do campo, pois durante mais dois dias permaneceram entre as frentes de combate. Um pelotão do 3.º Exército dos EUA chegou finalmente, a 13 de Abril, a Buchenwald. Os presos reuniram-se no dia 19 de Abril de 1945, pela última vez, na praça de apelos. Nas línguas francesa, russa, polaca, inglesa e alemã, juraram: «A liquidação do nazismo e das suas raízes é a nossa palavra-de-ordem. A construção dum novo mundo de Paz e Liberdade é o nosso objectivo. Devemos isso aos nossos companheiros assassi- nados.»

O juramento de Buchenwald está gravado no campanário do actual Memorial Nacional da RDA. Este juramento tornou-se no guia para a acção de milhões de pessoas neste país — ele é uma realidade política na RDA. O país entrou na História em 1949, orgulhando-se de ser um Estado antifascista. Os seus dirigentes são comprovados resistentes antifascistas, muitos deles sobreviventes de Buchenwald. Juntamente com todas as forças antifascistas, eles empenharam-se na liquidação das bases políticas, económicas e culturais do fascismo, no derrube do poder daqueles para quem a guerra era um objecto de lucro. A luta pela salvaguarda da paz é um mandamento consagrado na Constituição da RDA, é a tarefa política número um. O antifascista Otto Grotewhol, então primeiro-ministro da RDA, declarou aquando da inauguração do Memorial em 14 de Setembro de 1958: «O Memorial não é pedra morta. Nele está representada para as gerações futuras a glória eterna da luta heróica contra os tiranos, pela paz, liberdade e dignidade humana.»

Muitos milhões de pessoas têm-se inclinado neste local, homenageando os heróis de Buchenwald. Um sem-número de comícios de massas pela paz teve aqui lugar. Entre os visitantes de todos os países há felizmente muitos jovens, que garantem que o juramento de Buchenwald não será esquecido enquanto a Paz e o Humanismo estiverem ameaçados no mundo ■

(Exclusivo «Panorama DDR» — «Avante!»)

40 ANOS DEPOIS



Monumento erguido nos terrenos do antigo campo de concentração de Buchenwald em homenagem ao sofrimento e à luta dos presos de 32 países que por ali passaram

a TV

Isto é uma democracia ou quê?

Não é demasiado classificar de escandaloso o que se passou na última emissão da rubrica **Actual**.

Começou-se por dar ao ministro da Agricultura mais de meia-hora de monólogo em que **não podia ser interrompido por ninguém**; continuou-se com a presença doutros particulares que podiam a qualquer momento ser interrompidos pelo ministro!!!

Ou seja: o governo não apenas tem o uso do poder, como tem o seu abuso! Tal abuso vai ao ponto de calar a própria realidade. Ou seja, para apontar apenas um pormenor: o Telegjornal não disse em nenhuma das suas emissões uma única palavra sobre a entrega de mais reservas aos agrários e seus clientes, com a cobertura em grande força da GNR!

Também ali no **Actual** as forças com influência na vida portuguesa só puderam ir à Televisão com a atenta vigilância do governo. Mas este pôde ir lá com toda a segurança...

Apesar de tudo, o ministro Barreto II não conseguiu disfarçar a realidade: o que ele pretende mesmo é a destruição total da Reforma Agrária — e pouco se lhe dá que tal facto seja ou não inconstitucional: o governo quer, logo faz-se.

Se isto é democracia, vou ali e já venho. Se um governo toma decisões à revelia da Constituição, será tudo menos democrata. Ou então caberá perguntar para que servem as constituições. Para que serviu, inclusivamente, a constituição política de 1933...

Trabalhadores avisam

Barreto II mostrou desconhecer a realidade da Reforma Agrária, para além de umas quantas noções aprendidas nos compêndios do anticomunismo militante e degradante. Desconhecia inclusivamente números apontados por Lino de Carvalho, representante dos trabalhadores alentejanos. Ficou sem resposta quando soube que tais números (concludentes para refutar as teses inimigas da Reforma Agrária) eram números — oficiais...

E quanto à importação desnecessária da maçã; quanto à importação de batata de semente; quanto à falta de escoamento de batata no norte do país; quanto ao não cumprimento dos acordos relativos ao esbulhamento de terras das UCP's — quanto a isso, Barreto refugiou-se no seu valor absoluto, sem se preocupar com a justiça, a má gestão, as possíveis degradações do poder. Estranho comportamento ético de um político!

Por outro, nem ao de leve o Barreto demonstrou que o retorno das terras para as mãos dos seus antigos proprietários levaria ao aumento da produção ou de produtividade. Foi Lino de Carvalho, representante dos trabalhadores, quem provou que tal retorno leva à miséria, à repressão, à fome. Provou com números e com exemplos. Reacção do ministro: não acredita nesses números...

Tornou-se comprometedor o seu silêncio face à proposta das UCP's para se sentarem à mesa, trabalhadores e governo, e discutirem às boas todos os problemas existentes. Tudo isso demonstra claramente que o governo age de má-fé, que o seu desejo não é dialogar, mas reprimir.

Contra tal estado de espírito foi o governo, na pessoa de Barreto, posto em guarda. Assume pesada responsabilidade histórica quem pretender entrar pelo caminho da ilegalidade e da repressão. O povo não gosta que façam pouco dele. Atenção!

O poder da vida e da verdade

Um dos elementos positivos deste «Actual» foi o convite endereçado à CNA para se representar no debate. Assim se fez, na pessoa do seu dirigente Joaquim Casimiro. De facto, o silenciamento da Central da lavoura portuguesa durou já bastante tempo, tempo demasiado. A realidade acabou por se meter pelos olhos dentro da Televisão.

A participação de Joaquim Casimiro foi decisiva a três níveis: deu-nos a conhecer melhor a realidade da agricultura portuguesa ao norte do Tejo; pôs a claro a demagogia das promessas e das atitudes do governo; e desmascarou as intenções da CAP, remetendo-a para a sua verdadeira posição de defensora dos grandes agrários e dos grandes senhorios. Foi, ao mesmo tempo, uma presença de grande simplicidade contra a qual esbarram os sofismas de Barreto e as intelectuais provocatórias do Rosado Fernandes.

A vida tem muita força. Tem muita força a verdade...

■ **Ulisses**

... Síntese semanal da IMPRENSA

Soares: o retrato

Mário Soares foi ao Porto assistir à inauguração do primeiro banco privado português autorizado pelo Governo PS/PSD, em flagrante desrespeito pela Constituição. Acompanhavam-no ministros vários, gestores da banca nacionalizada, muitos, e um único embaixador: o senhor Allen Holmes, dos Estados Unidos da América.

Soares discorreu sobre o «impacto não só económico» e a grande «relevância política» do acto. Nessa noite jantou também com uma vintena de grandes patrões em casa de um industrial, Salvador Caetano.

Tudo lógico. Um retrato a corpo inteiro do «soarismo».

Soares no Porto: retrato «de corpo inteiro»...

«Mário Soares aproveitou a sua deslocação de ontem ao Porto — onde foi participar no acto inaugural do Banco Português de Investimentos (BPI) — para, à margem da visita oficial, jantar com uma vintena de destacados empresários nortenhos.

A reunião privada, cuja iniciativa coube a alguns dos empresários mas que, segundo fontes próximas de Soares, veio de encontro aos desejos do próprio primeiro-ministro, teve lugar em casa do industrial Salvador Caetano, e para ela foram convidadas pessoas ligadas a importantes sectores económicos: Manuel Gonçalves, Coelho Lima (Coelima), José Oliveira (Riopele), Américo Amorim, Laurindo Costa (Soares da Costa), Ilídio Monteiro, Manuel Violas, Belmiro de Azevedo (Sonaé), Rodrigo Leite (Tertir), António Clara, entre outros. Estava ainda prevista a presença de Valle Guimarães, antigo governador civil de Aveiro e ultimamente um grande entusiasta da candidatura presidencial de Mário Soares.

«Não sei qual é exactamente o objectivo do jantar, mas estas coisas não se fazem só para comer...» — afirmou-nos um dos convidados que, por razões de agenda, não poderia estar presente. Tanto quanto apurámos de diversas fontes, a iniciativa estaria (pelo menos na mente de alguns) claramente ligada com o futuro lançamento da campanha de Soares a Belém, e para ela se iriam contabilizando alguns apoios, embora ainda de modo discreto. A ideia seria, neste caso, pedir ao primeiro-ministro que «**aguentasse o Governo**» por mais alguns meses, não provocando agora uma crise, mesmo que isso significasse um desgaste acrescido, oferecendo-se-lhe em contrapartida o apoio para o «round» presidencial.

A iniciativa de ontem não terá sido alheia, pelo que nos confienciaram, à tomada de posição do empresário Belmiro de Azevedo, há duas semanas atrás, em entrevista ao EXPRESSO. Essa posição terá funcionado, em alguns meios empresariais, como uma espécie de «tiro de aviso», pois logo de seguida outros industriais terão surgido, em privado, a oferecer o seu apoio

ao líder do PS. O jantar de ontem poderia ser visto um pouco nessa sequência — daí, por exemplo, o grande empenho de Salvador Caetano —, não obstante as fontes oficiais terem insistido em colocá-lo de par com outros jantares já anteriormente realizados do primeiro-ministro com sectores do patronato português.

Entretanto, na cerimónia que assinalou o início de actividade do BPI — o primeiro banco privado português desde 75, surgido na esteira da SPI, ela também a primeira instituição financeira privada criada em Portugal depois de 1975 —, o primeiro-ministro sublinhou o «**carácter simbólico**» do acto, que definiu como o «**virar de uma página**» na nossa história recente, com grande «**relevância política**» e «**impacto não só económico**».

(...)

Mário Soares, que nesta cerimónia esteve acompanhado de vários membros do Governo e responsáveis da banca (Rui Machete, Álvaro Barreto, António Almeida, Vítor Constâncio, Rui Vilar, Nogueira de Brito, João Salgueiro)

(...)

(«Expresso», 23 de Março)

...E «plano americano».

«As declarações ontem feitas pelo sr. Pinto Balsemão aos microfones da Rádio Renascença sobre a ingerência dos EUA na vida portuguesa colocam o Governo e o sr. Mário Soares perante a exigência de uma explicação pública.

O sr. Balsemão, ex-Primeiro-Ministro do governo que antecedeu o do sr. Mário Soares, mostrou falar com conhecimento de causa. Apresentou mesmo um caso concreto — dois artigos preparados pela Embaixada dos EUA em Lisboa, nos quais a realidade portuguesa teria sido deturpada para favorecer a imagem do actual Primeiro-Ministro.

Regressado do Porto, onde, na companhia do embaixador norte-americano, inaugurou o primeiro banco privado pós-25 de Abril, o sr. Mário Soares terá dificuldade em desmentir o óbvio.»

(«o diário», 25 de Março)

Os jogos da coligação: quem perde é o povo português

«O presidente do Grupo Parlamentar do PS, José Luís Nunes, enviou ontem uma carta ao seu homólogo do PSD solicitando a convocação urgente de uma reunião «**extraordinária**» das direcções das duas bancadas com o objectivo de analisar a situação política e os seus reflexos ao nível da maioria parlamentar. Esta iniciativa pretende constituir uma resposta dos deputados socialistas ao crescente mal-estar que se vive no seio da coligação em sequência das constantes ameaças de ruptura por parte do PSD. Entretanto, a carta de José Luís Nunes obteve já a resposta favorável de António Capucho.

Nesta reunião que, por vontade do PS, se deve realizar na próxima semana, deverá ser discutido o funcionamento dos dois grupos e fazer-se o balanço das medidas calendarizadas no acordo PS-PSD que têm sido apresentadas à Assembleia da República.

Entretanto, entre os deputados socialistas é crescente o «**sentimento de perplexidade**» face à «**escalada**» de críticas dos seus parceiros de coligação bem como perante «**uma certa incapacidade de reacção**» que se verifica nas estruturas dirigentes do partido. Alguns deles sublinharam mesmo ao EXPRESSO o facto, até agora inédito, de nenhuma reunião da Comissão Permanente ou da Comissão Política do PS preceder a Comissão Nacional que se reúne amanhã em Lisboa, com a presença de Mário Soares.

«Tal facto — referem — apenas significa que o PS está sem verdadeira direcção política e totalmente dependente da disponibilidade do primeiro-ministro para se reunir com as estruturas partidárias.

(...)

Por outro lado, reina no PS alguma perplexidade quanto às reais intenções da nova direcção política dos sociais-democratas. Aparentemente, ninguém consegue na Rua da Emenda saber exactamente «se a presente

agitação do PSD corresponde apenas a uma fase pré-Congresso em que todos têm de gritar 'agarra que é ladrão' — na expressão de um dirigente socialista —, ou «se se trata efectivamente de um verdadeiro processo de ruptura da coligação». De resto, nos últimos dias de funcionamento da Assembleia, corria insistentemente nos bastidores que o PSD já teria decidido romper com o PS logo após o dia 31 de Março e a pretexto de um balanço insatisfatório quanto às medidas do acordo previstas até ao fim do mês corrente.

Nesta lógica, o PSD poderia vir a evocar o facto de o Governo não ter ainda aprovadas as propostas de revisão das leis eleitorais, aprazadas para final deste mês.

Contudo, em meios socialistas considera-se que, com a aprovação da lei das rendas e o avanço do chamado «pacote agrícola» a que se soma, para muito breve, a resolução final sobre a adesão à CEE, poderá tornar-se «**difícil**» para o PSD encontrar um pretexto «**suficientemente forte e credível**» para forçar a ruptura.»

(«Expresso», 23 de Março)

Conselho Nacional da CGTP-IN

«O Conselho Nacional da Intersindical decidiu ontem apresentar no plenário de 29 de Março propostas para novas acções de massas «contra esta política e este Governo».

O Conselho Nacional daquela central sindical considerou que a jornada de luta realizada no passado dia 16 «demonstrou que os trabalhadores e o seu movimento sindical não vergam perante a repressão».

A CGTP analisou e repudia projectos do Governo que, segundo afirma em comunicado distribuído, «visam liquidar as UCP e cooperativas, liberalizar os despedimentos, entregar recursos nacionais ao grande capital estrangeiro (minas de cobre) e aumentar as rendas de casa numa situação de miséria social crescente».

(«Diário de Notícias», 24 de Março)

«O arquipélago da APU no Concelho de Lisboa»

Por razões de espaço não nos é possível, neste número, dar continuidade ao conjunto de reportagens que temos vindo a apresentar sobre as nove Freguesias APU no Concelho de Lisboa, subordinadas ao título genérico de «O arquipélago da APU no Concelho de Lisboa»

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS



O fascismo português e a 2.ª Guerra Mundial

Gazetilha

por Ignotus Sum

Roubam terras da UCP
dão-na aos agrários antigos
que têm os seus amigos
no governo, já se vê.
Mas então como é que a dão?
Dão-na — o diabo os sotterre! —
não à força da razão
mas à força... da GNR...



Na festa dos banqueiros
o Soares esteve lá
todos muito lampeiros.
Se há quem por 30 dinheiros
Cristo denunciaria,
dentro do mesmo ardil
por muito menos há
quem atraiaço Abril...



PSD quer? Bem,
o Soares dá.
Não dá dez: dá cem...
e ainda mais dará...

Ferraz quer funil?
O Soares satisfeito
não dá cem: dá mil...
pra fazer o jeito...

CDS não
não exige aos pares
menos que um milhão...
com o sim de Soares...

Bate ao povo miúdo
mas aos reis do dinheiro
o Soares dá tudo...
... tudo a bem do poleiro...



PS há dias reuniu
com os pê esses da NATO.
Foi lá a TV e viu
viu e fez o seu relato.

PS e os que vieram
discursaram de repuxo
e comeram e beberam
num hotel de super-luxo...

Alienação e loucura
eis exactamente o nome
da ostentação da fartura
num país que passa fome.

Soarista gente tão calma
a viver de intriga em intriga
não tem cultura nem alma
tem barriga e só barriga

e, de champanhe em repuxo
barriga de grande luxo...

Pontos Cardeais

Bluff

O «bluff» é uma prática comum no pocker. Finge-se que se ataca quando o único objectivo é ficar na defesa.

Ou resulta ou não resulta, tudo depende da mestria do jogador. O truque está em ter-se actuado conseqüente com a finalidade do discurso. Houve «bluff» na Assembleia da República. Quem deu as cartas foi o deputado pelo PSD Agostinho Branquinho. Levantou-se e disse que «a partidização da comunicação social em Portugal é, hoje, um facto indesmentível».

E continuou: «como é que, num ano de eleições presidenciais e autárquicas, tão importantes para a consolidação do regime democrático, a população portuguesa pode acreditar na isenção dos meios de Comunicação Social do Estado, com particular destaque para a Rádio e Televisão, com o constante conhecimento de situações em que elites partidárias se imiscuem na orientação seguida pelos órgãos daquelas empresas?».

O «bluff», ou resulta ou não resulta. O do sr. Agostinho Branquinho não resultou porque, querendo apenas mais uma fatia das páginas dos jornais, da rádio e da televisão para o seu partido, acabou por levar à Assembleia da República um problema que, de facto, preocupa os portugueses, e, o pior de tudo, é que disse verdades.

Não seria preferível ter optado por uma conversa entre cavalheiros? É que assim ninguém ficava a saber que isso acontecia; pelo menos quem só ligasse a televisão, nunca o saberia, certezinha.

O Pulo

Contava-se, há vinte anos, uma anedotazinha feroz sobre uma personagem que partilhava com o então presidente Tomaz a caricatura, a azelhice e o visceral e cavernícola pendor para o passado. Era sobre o ditador brasileiro Costa e Silva que teria feito um discurso, começando por dizer que antes dele — antes da ditadura — o Brasil estava à beira do abismo e que, com ele, tinha dado um passo em frente...

Falava-se também nessa época, nos salazarentos pasquins, no milagre económico brasileiro. Vão longe esses tempos, mas perduram em alguns lugares do mundo o discurso, as personagens e as realidades abismais.

Por exemplo em Portugal, onde os buracos abundam e se preparam outros com afã europeu. Vem aí a CEE, esse abismo, segundo proclamam os propagandistas da Europa com eles. E logo, à beira do abismo que foi cavando, o Primeiro-Ministro Mário Soares avisa toda a gente que Portugal vai dar um «salto em frente!» Diferentes palavras, à medida da personagem. Mais cheias e inchadas. Senhor de vistas

largas, que vai alargando na passeata pelo mundo, este governante recolhe o que de mais proveito têm algumas tradições de triste memória. Depois de dourar a ampla barriga ao sol carioca, Mário Soares deve ter-se avistado com os saudosistas brasileiros que lhe terão contado os primores anedóticos de há vinte anos. Chegado a Portugal não resistiu. Promete mais uma medida a acrescentar às «cem». E desta vez, claramente, promete o salto em frente no abismo. Como a delicadeza é toda nossa, deixemo-lo ir à frente.

O coxo pró marreco

É uma espécie de fruta do tempo — ainda as comadres não se zangaram definitivamente, e já se acusam de janela a janela, enquanto não descem à rua, de chinela em riste. Acusam-se de tudo, normalmente arremessando à cara da vizinha as próprias culpas.

Vem o Balsemão — um dos Pintos do PSD — e canta de galo para o seu colega Mário Soares, ambos primeiros-ministros caídos e levantados, cujos nomes andaram e andam por aí pelas paredes a indicarem o caminho da rua. Diz o Balsemão a propósito de artigos preparados pela embaixada dos Estados Unidos em Lisboa para uma revista oficial do Departamento do Comércio americano «onde constam elogios ao Dr. Mário Soares», que tais artigos, descrevendo factos que ele, Balsemão, conhece e acha deturpados, lhe parecem «uma excessiva ligação ou até intromissão de Washington na vida portuguesa».

Falando aos microfones da Rádio Renascença, Balsemão concluiu ainda que «houve uma cedência excessiva» por parte do Governo para que a candidatura de Soares à presidência venha a tirar dividendos da «adesão à CEE» e que, também por isso, o PSD «deveria assumir a ruptura da coligação».

A coligação, apesar de esfarrapada, não está completamente rota. Falta apenas dar-lhe um puxão final. Será que isto não é claro?

... e o marreco pró coxo

Mas há mais, nisto de comadres zangadas. E esta teve direito a televisão e tudo. Enquanto o PSD escreve laboriosamente a sua carta ao PS, letra a letra por causa dos erros e das sensibilidades ortográficas, o PS, como quem engoliu a caneta, tomou a palavra. E queixa-se. Se o Fontoura do PSD acusa o PS de se apoiar no seu partido a ponto de este se sentir muleta, a Comissão Nacional do Partido Socialista condena os seus parceiros «socialis-democratas» de acumularem «simultaneamente os benefícios

do Poder e as vantagens da oposição».

E, depois de nos deixar ver a mazela — afinal sempre há «benefícios do poder» — o PS baixa as vestes sobre a chaga e acusa. Fala do «frenesi com que, em certos meios, se continua a debater a temática das próximas eleições presidenciais, agora levada ao ridículo supremo da concorrência frenética entre políticos transformados em meros angariadores de tutelas militares e militares em competição desenfreada para se transformarem em autênticos servos de tácticas partidárias». E, afirmando-se limpinho de manchas, mostrando a barriga dourada nas praias do Brasil, o PS diz que sabe «explicitar sem tibieza uma linha própria de justiça social, sem reccar as chantagens retóricas dos que escondem, na agressividade e nas reivindicações verbais, o escândalo das suas permanentes divisões internas e o espectáculo lastimável da sua falta de liderança política». Lá tibiezas não tem o PS.

Um jardim para o «KGB»...

Outro «parceiro» coligativo também vai a TV. Nunca de lá

saem, deixando pouco espaço ao Colombo. Esta é do Jardim, vulgo Alberto João, da Madeira, que deu nas vistas na TV regional. Tal um zandinga ilhéu, prometeu que as próximas eleições presidenciais vão ser «um combate de vida ou de morte, onde vai haver alguns excessos e a segurança de algumas pessoas poderá estar em perigo»...

Este «candidato» paisano, que já deve ter magicado na maneira de assegurar «seguranças» e de «segurar» pessoas, volta-se agora para tudo quanto é partido. Os partidos, acusa ele, estão infiltrados pelo KGB e outras potências. Quais, quantos? E, esperando a gente que ele só acusasse os comunistas, espanta-nos: não senhor. Todos!

Retirando o seu apoio ao Governo, Jardim afirma — é o que se pode ler no sensacional «Correio da Manhã», que tanto o PSD como o PS e o CDS «estão infiltrados pela KGB, potências ocidentais e grupos de pressão». Jardim prepara-se certamente para a grande limpeza. E antes de limpar os partidos da cena política, este «candidato» a sucessor de Tomaz propõe-se «limpar» o país da Contituição, raiz de todos os males, porta aberta a todas as infiltrações...

